



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**O PARTO DOS CAMINHOS: Formação dos Sindicatos Rurais no Rio
Grande do Norte (1960 – 1964)**

Ruy Alkmim Rocha Filho

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Spinelli Lindoso

Natal

2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Ruy Alkmim Rocha Filho

**O PARTO DOS CAMINHOS: Formação dos Sindicatos Rurais no
Rio Grande do Norte (1960 – 1964)**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração desenvolvimento regional, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para a obtenção do Título de mestre em Ciências Sociais, sob a Orientação do Prof. Dr. José Antônio Spinelli Lindoso.

Natal

2005

RUY ALKMIM ROCHA FILHO

**O PARTO DOS CAMINHOS: Formação dos Sindicatos Rurais no
Rio Grande do Norte (1960 – 1964)**

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Antônio Spinelli Lindoso
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Presidente

Profª. Dra. Marilda Aparecida de Menezes
Universidade Federal de Campina Grande
Convidada

Prof Dr. José Willington Germano
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Membro

Prof Dr. Pedro Vicente Costa Sobrinho
Suplente

A todos aqueles que abrem caminhos
para que a liberdade e homens
possam percorrê-los.

AGRADECIMENTOS

Eu sou uma construção coletiva. Este trabalho também. Somos o resultado de ações, palavras, pensamentos e sentimentos de diversas pessoas, que auxiliaram, conscientes ou não, o nosso desenvolvimento.

Sou grato a todos os professores em todas as escolas pelas quais passei: desde a escola familiar, representada por meus pais; até a universidade, em que destaco as contribuições imprescindíveis de meu orientador, José Antônio Spinelli Lindoso. Minha mãe me ensinou a ler as palavras e os mundos. Meu pai me inspirou a dolorosa paixão pela política – não pela politicagem. O professor Spinelli, com simpatia e paciência, deu rumos à nau quando surgiram as calmarias. Os conhecimentos e as críticas de outros como os professores Pedro Vicente Costa Sobrinho e João Emanuel Evangelista, certamente ajudaram na constituição das reflexões. O professor José Willington Germano, pessoa que resume erudição, sensibilidade e elegância, é certamente um grande exemplo de intelectual atuante, que ofertou informações preciosas a este trabalho. A professora Vânia Vasconcelos Gico inspirou energia e disposição, fundamentais ao exercício da pesquisa. Já a professora Norma Missae Takeuti coordenou o programa de pós-graduação em ciências sociais/Ufrn, sendo pautada pelo interesse de buscar melhorias para o curso.

Cristina Maria, Deise Areias e Noêmia Varela certamente sentirão falta de poesia nestes rabiscos. Danilo Pinheiro – presidente de honra do Departamento de Lazer e Eventos (Dele) – e o professor Marconi – homem de grande empatia entre as colegas - certamente vão notar a ausência de humor. São as limitações do tempo e do medíocre escritor. Dedico profunda gratidão a todos os demais colegas e professores do programa de pós-graduação em ciências sociais da UFRN.

A alegria, a descontração, a boa vontade e a amizade de Daniele Montenegro, Daniele Dantas, Amanda Carvalho, Fabíola Taíse da Silva Araújo, Regivaldo Sena, Edmilson de Jesus Silva Júnior foram um esteio nos momentos de ansiedade. Sem o trabalho incansável dos companheiros da secretaria e das demais atividades administrativas o crescimento intelectual dos estudantes seria sensivelmente dificultado. Agradeço à Adrina Mendes Cavalcanti pela tradução do resumo, à Adriana Conceição pela correção dos originais e à Angelike Katherine Pereira da Silva pelas orientações quanto a normas bibliográficas. Ao senhor Borges e aos demais funcionários e bolsistas do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da UFRN, minha gratidão. A Capes pelos subsídios essenciais à produção deste trabalho.

Sou grato a todos os entrevistados pela disponibilidade e pela riqueza de informações transmitidas. Aos diversos trabalhadores rurais que fizeram nascer os caminhos percorridos pelo movimento social, no Rio Grande do Norte e no Brasil.

À Elys Rocha e à Rayane Araújo por muito, tanto que não se pode enumerar.

Aos meus amigos e alunos que muito me ensinaram.

Este trabalho é resultante das ações destes e de muitos outros professores. Podem incorporar ao currículo de vocês!

Desde já peço a paciência dos leitores. O que nasce aqui é uma simples visão da verdade. E, pensando em Adélia Prado, devo dizer que já não acredito em parto sem dor.

E se de repente a gente não sentisse
A dor que a gente finge e sente?
Se de repente a gente distraísse
O ferro do suplício?
Ao som de uma canção
Então eu te convidaria
Pra uma fantasia no meu violão...

Fantasia - Chico Buarque de Holanda

RESUMO

O presente trabalho procura abordar os movimentos dedicados à reivindicação por terra e direitos sociais para os trabalhadores do campo, no período que vai de 1960 a 1964. No intuito de compreender esta problemática no Rio Grande do Norte, é necessário considerar as ligações entre a Igreja Católica e os Sindicatos Rurais, bem como a atuação do Partido Comunista Brasileiro e ainda outros movimentos sociais no estado. Os contextos políticos local, nacional e internacional tiveram importância considerável para a organização dos trabalhadores rurais potiguares. Os Sindicatos Rurais Potiguares surgem no ano de 1961 – após um massivo trabalho de organização a partir do Serviço de Assistência Rural – e se expandem pelo Estado até meados de 1962. Logo são observados os primeiros grandes conflitos e as importantes manifestações, aludindo a uma crescente representatividade do movimento. As correntes progressistas conquistavam maior influência nos destinos políticos do Rio Grande do Norte, diante da integração entre Sindicatos, projetos educacionais e políticos progressistas. Mas o golpe militar impediu que as esperanças se transformassem em fatos.

Palavras-chave: História. Sindicatos Rurais. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The present work treats the movements dedicated to reivindication per land and social rights for the field works, among 1960 and 1964. Trying to understand this question in the Rio Grande do Norte it is necessary to consider the connection between the catholic church and the rural syndicates besides the influence of the Brazilian communist party, and still other social movements and the state. The structures politics local, national and international, had considerable importance to the organization rural potiguares workers. The rural potiguares syndicate appear in 1961 – after a hard organization work starting of the Service of Rural Assistance – and expand itself through state until the middle of 1962. Soon the first big conflicts an important manifestation are perceive, indirectly referring to a increasing movement's performance. The Favoring Progresses chains co quested a biggest influence in the politics' destiny of the Rio Grande do Norte, in front of integration among syndicates, educational projects, and favoring progress's politics. But the military coup hired that the hope overflow the field.

Keywords: History. Rural Syndicates. Social Movements.

LISTA DE SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
AP – Ação Popular
BI – Batalhão de Infantaria
CDH-MP – Centro de Direitos Humanos e Memória Popular
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
Contag – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
Dops – Departamento de Ordem Política e Social
Fetarn – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte
Jac – Juventude Agrária Católica
Jec – Juventude Estudantil Católica
Juc – Juventude Universitária Católica
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LC – Ligas Camponesas
MEB – Movimento de Educação de Base
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUA – Pacto de Unidade e Ação
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RO – Regimento de Obuses
Sar – Serviço de Assistência Rural
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Supra – Superintendência para a Reforma Agrária
Ultrab – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	AS HISTÓRIAS DA TERRA	
2.1	DE VARGAS A JK: O SONHO DO DESENVOLVIMENTO	14
2.2	ENTRE JÂNIO E JANGO: O PAÍS EM TRANSE	25
2.3	A POLÍTICA PARTIDÁRIA POTIGUAR	31
3	REFLEXÕES SOBRE TERRA E SERES HUMANOS	
3.1	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA	41
3.2	QUEM ERAM OS TRABALHADORES RURAIS: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO	46
4	DE ENXADAS A PESSOAS	
4.1	SURGEM AS PRIMEIRAS LIGAS CAMPONESAS	52
4.2	A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA	58
5	DESCOBRINDO A UNIÃO	
5.1	NASCEM OS SINDICATOS	69
5.2	O SINDICALISMO FLORESCE	74
5.3	AS LIGAS CAMPONESAS NO RIO GRANDE DO NORTE	90
6	O GOLPE CONTRA OS MOVIMENTOS SOCIAIS	
6.1	REINVENTANDO A REPRESSÃO	96
6.2	PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS NO RIO GRANDE DO NORTE	103

7	ENCERRANDO ESTA REFLEXÃO: DAS QUALIDADES DOS	
	PONTOS FINAIS	119
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
	APÊNDICE	129
	ANEXO A	130
	ANEXO B	160
	ANEXO C	162
	ANEXO D	165

1. INTRODUÇÃO

Não é fácil retomar os acontecimentos históricos relativos à formação dos Sindicatos, transcorridos quarenta anos. Não se trata de muito tempo, quando observamos a imensidão do passado. O problema está na ausência de cuidados em relação à memória. O Rio Grande do Norte não primou pela preocupação com os documentos que faziam referência aos fatos mais relevantes do passado. Mesmo os jornais que supostamente estariam sendo guardados em arquivos, na verdade são depositados de maneira imprópria, servindo de pasto às traças. É o que se verifica com os números antigos da *Tribuna do Norte*, do *Diário de Natal* e de *A Ordem*.

Por outro lado, as pessoas não são inertes diante do tempo. Nem tão pouco o tempo se mantém impassível diante das mãos humanas. Observamos a ação dos homens tentando forjar reformulações nas circunstâncias com as quais se deparam, paralelamente ao trabalho dos anos desfazendo a memória e levando consigo os próprios homens. Isto dificultou a execução da presente pesquisa. Até porque muitos daqueles que participaram do processo de Sindicalização Rural no Rio Grande do Norte não se preocuparam em deixar vestígios de suas ações ou pensamentos. Conforme declarou um entrevistado, a pressa em fazer história não permitia registrá-la. Por outro lado, alguns nem se davam conta de que estavam construindo uma parcela importante do movimento social.

Assim, eu me pus a pesquisar sobre as iniciativas que movimentaram a realidade vivida no meio rural entre 1960 e 1964, no Rio Grande do Norte. Sempre tive consciência que a grandiosidade dos fatos pode se assemelhar à luz solar, na qual intensidade e fulgor impedem uma observação direta e uma compreensão total. De minha parte permito-me dizer que estudar a formação destas entidades inspira um pouco das alegrias e dos dissabores pelos quais passaram os arquitetos das críticas e os protagonistas das lutas.

O presente trabalho procura abordar os movimentos dedicados à reivindicação por terra e direitos sociais para os trabalhadores do campo, no período que vai de 1960 a 1964. Para compreender esta problemática no Rio Grande do Norte, é observada com atenção a participação da Igreja Católica, reconhecendo a relevância do apoio eclesial para o nascimento e o desenvolvimento dos Sindicatos.

bem como a atuação do Partido Comunista Brasileiro e ainda outros movimentos sociais no estado. Os contextos políticos local, nacional e internacional tiveram importância considerável para a organização dos trabalhadores rurais potiguares.

2. AS HISTÓRIAS DA TERRA

“Só é cantador quem traz no
peito o cheiro e a cor de sua terra, a
marca do sangue de seus mortos e a
certeza de luta de seus vivos...”

François Silvestre

2.1 DE VARGAS A JK: O SONHO DO DESENVOLVIMENTO

O Brasil e especialmente o Nordeste estavam envolvidos num contexto no qual dominação econômica e política se associavam como numa relação de simbiose, sob o controle das oligarquias agrárias. Tal era a situação vigente entre os anos 30 e 50 do século XX, quando alterações tímidas foram implantadas, como que anunciando uma ampla reformulação da sociedade. Forças divergentes na política desejavam afirmar sua existência e participar ativamente dos processos de reformulação social em curso no Brasil¹.

A burguesia urbana, que controlava a florescente indústria brasileira, aspirava maior participação nas decisões. Este anseio se concretizou com a ruptura política verificada em

¹ O latifúndio foi o fundamento das colônias portuguesas na América. Do mesmo modo a escravidão foi a relação de trabalho primaz nos territórios que dariam origem ao país. Estes aspectos foram determinantes para a concentração de renda e o conseqüente empobrecimento dos trabalhadores em grandes áreas, em especial no Nordeste. Ao contrário de países como os Estados Unidos, a agricultura familiar historicamente foi desprezada no Brasil, o que impediu a formação de um amplo mercado consumidor. Ao contrário, a historiografia nacional registra o estabelecimento de estruturas políticas e econômicas, que se baseiam na concentração fundiária e que desde sempre visavam a própria preservação, usando para isto as mais diversas estratégias.

Alguns anos antes da abolição da escravatura, foi adotada a lei de terras de 1850, a qual determinava que apenas por compra era possível possuir propriedade agrária. Tal medida impedia que os escravos libertos e os colonos, que chegariam massivamente nos anos posteriores, saíssem do controle dos latifundiários. Sem terra, não poderiam deixar de ser “empregados”, aumentando drasticamente a oferta de mão de obra, que era muito barata.

1930², que permitiu a formação de um novo pacto de poder, no qual os empresários industriais assumem posição relevante. Dessa forma, teve lugar a modernização conservadora³, com o objetivo de diminuir a influência das oligarquias e diversificar a economia brasileira, até então essencialmente agrária.

Tais modificações econômicas acontecem simultaneamente às reformulações políticas, numa relação de interdependência. Desde 1930, o pacto de poder teve que incluir os proprietários de indústrias, sepultando parte do tradicionalismo proveniente da República Velha. No início dos anos 1960, os efeitos dos acontecimentos anteriores se apresentam com destaque no Nordeste, o que leva as oligarquias rurais a dividirem o poder com a burguesia industrial e acompanhar atentamente as pressões populares.

Todavia, a concentração de renda e a exclusão social não mudam. Na avaliação de Azevedo (1984, p. 21-22), as inovações econômicas estabelecidas assumiram semelhanças com a chamada via prussiana ou revolução passiva:

(...) Lênin, num trabalho clássico, aponta-nos dois caminhos, ou vias, em que este processo se realiza. Na primeira, que ele denomina de ‘caminho prussiano’ o capital penetra no campo mantendo a grande propriedade e o monopólio da terra, a partir de onde promove a modernização agrária e as transformações das relações sociais atrasadas e arcaicas, desarticulando as bases da economia feudal. Ao revés desta via ‘junker’, o caminho americano depende de uma articulação diversa, onde a pequena propriedade tem um peso considerável, ao predominar como forma principal da estrutura fundiária. Em ambos os caminhos, o capital termina por estabelecer a subordinação da agricultura às formas de reprodução especificamente capitalistas, seja desarticulando as relações não-capitalistas da grande propriedade, seja eliminando a produção baseada na economia mercantil simples, caracterizada pela produção camponesa independente.

² Até que ponto os eventos ocorridos em 1930 constituíram verdadeiramente uma Revolução? Conforme os trabalhos históricos mais relevantes, o que ocorreu foi um reordenamento pautado por idéias conservadoras. Conforme declara Fausto (1991, p. 82): “Ao se caracterizar a Revolução de 1930, é preciso considerar que as suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política. As relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade. Esta última circunstância elimina as versões monísticas do episódio, em termos de ascensão da burguesia nacional, revolução das classes médias.”

³ A economia brasileira passou por um processo de modernização, no qual crescimento industrial e inserção de novas tecnologias na agricultura estiveram associados. Este processo repercutiu sobre o Nordeste, em particular sobre a Zona da Mata, incentivando mudanças expressivas nas técnicas de exploração da cana-de-açúcar. Isso significou, entre outros fenômenos a substituição dos antigos bangüês e engenhos pelas usinas voltadas para produção de açúcar e álcool. Este processo teve forte impacto sobre as relações de trabalho no campo, ampliando a expropriação de terras, acentuando a depreciação de salários e estimulando o êxodo rural.

Esta correlação entre dominação política e econômica apresentou considerável impacto sobre o cotidiano das pessoas principalmente no meio urbano. Contudo, a penetração de tendências capitalistas mais modernas no meio rural não resultou em avanços sociais para os agricultores pobres. A substituição das relações trabalhistas tradicionais pelo trabalho assalariado não representou melhoria ampla e imediata no desenvolvimento humano entre as populações rurais. Ao contrário, ampliou a desigualdade alienando muitos trabalhadores da terra, consolidando ainda mais a concentração fundiária. Mais uma vez, se tratava de fazer a ‘revolução’ para manter a ordem social vigente, de caráter conservador:

Esta via ou caminho, (...) expressa-se em suas linhas mais gerais por uma revolução burguesa passiva, caracterizada por uma modernização conservadora induzida pelo alto e onde se conjugam os interesses das classes dominantes do campo e da cidade com a exclusão política das camadas populares. Esta conciliação entre os grupos dominantes pode tomar a forma de um bloco industrial-agrário(...) (Azevedo 1984, p. 21-22).

Os trabalhadores rurais e urbanos procuravam o seu lugar no novo Brasil velho que se anunciava, tentando transformar sonhos em leis e leis em conquistas reais. Em consonância com esta luta, o Partido Comunista do Brasil (PCB), desde sua fundação em 1922, atuava no sentido de organizar os trabalhadores, com o intuito de constituir uma força capaz de conquistar direitos sociais para as camadas mais pobres da população. Os comunistas partem para a organização dos cada vez mais numerosos trabalhadores urbanos.

O operariado era visto como sujeito revolucionário, sendo preferencialmente a força na qual o partido se apoiava. No decorrer do governo Getúlio Vargas, consolidava-se uma tendência de fortalecimento da sindicalização, embora fosse observada forte intervenção do estado. Em muitas cidades já existia, em meados de 1950, um aparelho sindical organizado, diversificado e ativo. A atividade estatal nos governos de Getúlio Vargas não se restringiu à implementação de indústrias. Entre diversas realizações no campo econômico, o governante procurou implantar dispositivos de proteção social, contemplando o fortalecimento da sua base política.

Entretanto, naquele momento, a maioria dos brasileiros vivia no meio rural⁴, longe da proteção dos sindicatos, destituídos de muitos dos direitos e serviços públicos que as populações urbanas estavam conquistando. A imensa maioria da população rural se encontrava sem acesso à saúde, saneamento básico, educação e energia elétrica. Os grandes proprietários rurais eram figuras proeminentes no Nordeste, exercendo uma dominação tenaz.

Este quadro despertava a insatisfação dos trabalhadores rurais, embora a ação conservadora fosse destinada a manter uma suposta paz nos campos. Vejamos o que diz Andrade (1986, p. 5):

Uma sociedade rural em que um pequeno grupo detinha o controle da terra e explorava a grande maioria da população, exercendo sobre a mesma um forte controle, não poderia ser uma sociedade calma, pacífica e tranqüila. O proprietário para garantir seu poder, controlava os cargos públicos locais e mantinha estreitas relações com as autoridades a nível de província, posteriormente de estado, a fim de utilizar o poder público contra os seus dominados. A religião católica era ainda usada como veículo de intimidação da população pobre, lembrando que as diferenças sociais eram resultado da vontade de Deus, e que na outra vida seriam recompensados os humildes e obedientes, diga-se, submissos.

Por volta de 1930, o Partido Comunista Brasileiro já apresentava alguma influência no Rio Grande do Norte, estando organizado em cidades como Natal, Mossoró e Macau. A tensão social crescia, despertando a necessidade de superação desta realidade. Contrastando com o crescimento de partidos e movimentos populares nas cidades, as circunstâncias encontradas na zona rural não eram animadoras. Pequenas organizações, sindicatos destituídos de amparo legal, surgiam e feneciam por não encontrarem condições de se institucionalizar. O agricultor e sindicalista Joel Paulista⁵ faz referência a um sindicato rural fundado na localidade de Alagoinha, nas proximidades de Mossoró. A agremiação, formada em meados de 1935, reuniu cerca de cento e quatro trabalhadores. O problema era superar

⁴ Segundo o IBGE, em 1950 36,2% dos brasileiros viviam nas cidades, enquanto 63,8% viviam no campo. Em 1960, a urbanização avança: 45,1% vivem nas áreas urbanas, contra 54,9% nas áreas rurais. Em 1970, a proporção já era outra, com a presença de 56% dos brasileiros no meio urbano, em oposição a 44% na zona rural.

⁵ Conforme entrevista cedida ao Professor Pedro Vicente, em 16/11/94. Joel Paulista informa também que fundou outro sindicato no Ceará, criado por volta de 1948. Este reunia cerca de duzentos associados.

os limites impostos pela repressão dos fazendeiros locais e a ausência de reconhecimento legal.

A desproporção entre as leis em vigor e sua realização na prática era ainda maior no campo do que na cidade. Em virtude do preponderante caráter agrário do Brasil, a primeira legislação do trabalho atingiu inicialmente apenas o operariado do campo. Os profissionais da agricultura e da indústria agrícola foram os primeiros a receber o direito de se reunirem em sindicatos através do Decreto 979 de 1903. A lei, todavia, não estabelece distinção entre empregador e operário; os 13 sindicatos que foram fundados com base nessa lei ficaram todos submetidos ao controle dos empregadores e não duraram muito tempo. Também os regulamentos legais estabelecidos mais tarde nesse domínio permaneceram sem efeito. (Füchtner, 1980: 115)

A carência de organização teve como resposta a criação de Ligas Camponesas, que abriram caminho para formação de Sindicatos Rurais, afirmando a necessidade urgente de eliminar as grandes propriedades, distribuir igualmente as terras e assegurar mínimas condições de vida à população campesina. O inimigo era o latifúndio, que representava ao mesmo tempo uma fonte do expressivo poder político e econômico dos grandes fazendeiros e a garantia de sustentação daquela estrutura social iníqua. Na Zona da Mata, as grandes propriedades cercavam as cidades, enquanto as pessoas eram sujeitadas aos interesses dos fazendeiros, que freqüentemente se aproveitavam das circunstâncias, para combater os focos de contestação, seja por força do uso ideológico da religião, da repressão policial ou da violência utilizada pelos jagunços. O Coronelismo⁶, isto é, a dominação exercida pelos grandes proprietários rurais estava bem articulada, permeando as estruturas de poder.

⁶ O termo coronelismo – de muita valia para a compreensão da história política tanto no plano local quanto no nacional – é discutido com profundidade por Leal (1975). O autor citado – na página 23 – afirma que o poder político local, a despeito dos cargos eletivos, era realmente exercido pelo coronel, devido ao controle exercido sobre os eleitores: “Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário deste tipo de liderança é o *coronel*, que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o *coronel* como que resume em sua pessoa, sem substituí-las importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que freqüentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas.”

Para entendermos a tensão entre movimentos sociais no campo e políticas conservadoras no Brasil, devemos voltar à Revolução de 1930, contemplando suas implicações políticas e ações dos governos Getúlio Vargas, conforme se refere Azevedo (1984, p. 29):

A Revolução de 1930 tem sido apontada por historiadores e cientistas sociais como ponto de partida para uma série de mudanças que transformaram, ao longo das décadas seguintes, a nossa formação social agro-exportadora numa formação industrial dependente, processo esse que se tornou possível na medida em que a reprodução da economia brasileira passou a ser governada pela reprodução do capital industrial, alterando profundamente o perfil da estrutura de classe em nosso país e redefinindo a estrutura do poder em favor da hegemonia dos grupos industriais. A gênese desse processo encontra-se na revolução de 30, o momento que representa o desfecho de toda uma profunda crise política que solapava as bases do Estado Oligárquico, cujas raízes vinham desde a agitação tenentista da década de vinte e pontilhada por episódios conspirativos de origem militar, como os movimentos de 1922, 1924 e a Coluna Prestes.

Getúlio Vargas governa de 1930 a 1945. Estes quinze anos costumam ser divididos em Governo Provisório (30-34), Governo Constitucional (34-37) e Estado Novo (37-45). São momentos em que a democracia é pouco reverenciada, devido ao cerceamento das liberdades políticas e de imprensa. Entretanto, tem início uma série de transformações de ordem política, que estavam imbricadas com as alterações econômicas decorrentes da Crise de 1929.

Aproveitando-se das oportunidades criadas no período entre as duas guerras mundiais, o Brasil consolidava o seu processo de industrialização, com base na substituição de importações. A implantação de diversas fábricas desencadeou intensa urbanização. O Estado, nestes primeiros quinze anos em que Getúlio Vargas permaneceu no poder, era pautado por considerável participação na economia, criando empresas estatais, lançando as bases para a ampliação do parque industrial nacional.

No âmbito dos direitos sociais e da participação política, Vargas também deixou suas marcas, criando a Consolidação das Leis Trabalhistas, organizando um aparelho sindical controlado pelo estado, criando o Partido Social-Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O governante mantinha uma postura nacionalista e populista, cultivando a imagem de ‘pai dos pobres’. Entretanto, o estado não propôs alterações significativas na estrutura agrária. O presidente consegue governar com ampla liberdade,

afastando tanto os radicais de direita – os integralistas – quanto os comunistas. O movimento comunista de 1935⁷ é utilizado como justificativa para ampla perseguição aos adversários do regime.

Getúlio Vargas procurava implementar um poderoso mecanismo de influência via meios de comunicação de massa, através do Departamento de Imprensa e Propaganda. A aparição em atos públicos e eventos festivos, os comícios, os pronunciamentos no rádio e programas como *A Voz do Brasil* propiciaram efeitos de dominação carismática notáveis.

Porém, o contexto sócio-político não seria favorável para sempre. Após expressiva pressão popular, na qual os comunistas tiveram grande participação, o Brasil se envolve na II Guerra Mundial, posicionando-se ao lado dos aliados. O Estado Novo entra em contradição: uma ditadura lutando para afirmar internacionalmente os valores democráticos. Tais circunstâncias potencializam o desgaste sofrido pela presidência, incentivando o crescimento da oposição. A democracia se torna inevitável.

Getúlio convoca eleições. Sai do poder, mas não perde sua grandiosa conquista: uma popularidade única na história do Brasil. Isto se converte em capital político, que o ex-ditador aproveitará de maneira hábil nas circunstâncias democráticas⁸. Ele apóia para presidente Eurico Gaspar Dutra e se candidata a deputado e a senador, sendo eleito com amplo contingente de votos. O governo Dutra passa sem grandes realizações na economia, apesar do pretensioso plano SALTE, que se propunha a construir soluções quanto aos setores de saúde, alimentação, transportes e energia.

Em 31 de janeiro de 1951, novamente o líder gaúcho toma posse como presidente, porém, desta vez eleito com uma expressiva votação⁹. Encontra uma nação diferente para governar: não aquele Brasil exclusivamente agroexportador de 1930, mas um país que

⁷ Natal e Mossoró tiveram participação importante neste episódio. Na capital, os comunistas tomaram o poder durante três dias, enquanto em Mossoró, foram desencadeadas intensas greves, nas quais é possível destacar a atuação dos salineiros. Para maior aprofundamento, consultar Ferreira (2000) e Costa (2001).

⁸ Veremos no decorrer da análise histórica, que o período “democrático” que vai de 1945 a 1964 era pautado por uma democracia circunstancial, na qual as instituições políticas sempre estarão diante de ameaças de golpe. As fraudes, o abuso do poder econômico, o voto de cabresto eram elementos que explicitavam a fragilidade do regime democrático no período. Do governo democrático de Vargas em 1951 ao governo João Goulart, todos os presidentes se vêem sob pressões decorrentes do golpismo, tal qual a espada de Damocles pendendo sobre suas cabeças. Vale lembrar ainda que a maioria dos brasileiros não votava, devido ao fato deste direito ser vedado aos analfabetos.

⁹ Por não ter alcançado a maioria absoluta, isto é, 50% mais um dos votos em disputa, a oposição questiona o resultado do pleito. Este argumento será utilizado de maneira contumaz nos pleitos seguintes, aludindo à fragilidade das instituições democráticas no país.

lançara as bases para o processo de industrialização. Estas novidades na economia contrastam com a velha pobreza, a aviltante exploração do trabalhador no campo.

Ao assumir a presidência, em janeiro de 1951, Getúlio se deparava com um Brasil muito diferente do país que havia governado como presidente autoritário, de 1937 a 1945. A sociedade brasileira apresentava uma estrutura de classes mais nitidamente diferenciada do que a do tempo do Estado Novo, especialmente nos primeiros anos. O duplo processo de industrialização e urbanização se ampliara e fortalecera em três setores: os industriais, a classe operária urbana e a classe média urbana. (Skidmore, 1988, p. 111)

Entre 1951 e 1954, o Governo Federal teve um posicionamento distinto em comparação com as gestões anteriores: Getúlio Vargas se aproxima da esquerda, explorando o discurso nacionalista. A campanha *O Petróleo é Nosso* precede a fundação da Petrobrás, em 1953, empresa que surge num momento em que o país carecia de energia para dar maior vazão ao desenvolvimento. Paralelamente, os esforços para a fundação da Eletrobrás ilustram a importância dada ao setor de infraestrutura. Quanto às relações comerciais internacionais, a lei que limitava a remessa de lucros ao exterior foi proposta com o intuito de controlar as debilitadas contas externas do país.

Naquele período, as duas posições mais relevantes quanto às políticas econômicas que pautariam a estratégia de desenvolvimento eram o nacional-desenvolvimentismo e o liberalismo, chamado à época de entreguismo. Grande parte das esquerdas, a destacar o PCB e o PTB, defendia o nacionalismo, enquanto a UDN e até alguns nomes do PSD eram defensores da total abertura ao capital estrangeiro, sob a égide do livre comércio. Os trabalhadores industriais e parte da burguesia se alinharam ao primeiro grupo, em oposição aos latifundiários, destacados setores da classe média e comerciantes do ramo de importação e exportação, que se configuravam como devotos do liberalismo. Outros grupos politizados da sociedade brasileira teriam participação decisiva, oscilando entre uma e outra posição, como é o caso dos militares. O embate entre estas duas visões de Brasil permeou o cotidiano político até o Golpe Militar de 1964¹⁰.

¹⁰ O questionamento sobre o papel do Brasil na globalização permanece subjacente à política brasileira no presente. Vale lembrar que o debate entre a construção de um projeto político autônomo, constituído a partir das necessidades nacionais volta a ser colocado em questão após a redemocratização posterior ao período

Vale ressaltar que os níveis de organização sindical e participação política dos trabalhadores urbanos já eram expressivos na década de 1950. O mesmo não ocorria com os trabalhadores rurais, que não se reconheciam e não eram reconhecidos como cidadãos e sujeitos políticos, estando destituídos de direitos sociais.

A classe que ainda não foi mencionada até aqui é a do setor de subsistência da economia rural. Politicamente, esse setor não tinha virtualmente importância alguma, em 1930, e muito pouca em 1950. A constituição de 1946 proibia os analfabetos de votar, e, já que as zonas rurais eram esmagadoramente analfabetas especialmente nas regiões mais retrógradas, os desprotegidos rurais não tinham peso no processo político. Nenhuma figura política de importância, em 1950, propôs quaisquer mudanças radicais no sistema de propriedade rural. (Skidmore, 1988, p. 116)

No ano de 1954, o Governo Vargas se encaminha para o ocaso, diante das intensas pressões emitidas pela oposição, capitaneada por Carlos Lacerda. Este grupo político era composto por setores da classe média e dos grandes empresários liberais, interessados numa maior abertura da economia ao capital externo. Os partidos de esquerda, a destacar o Partido Comunista Brasileiro (PCB), aproximavam-se de Getúlio, visando implementar a agenda progressista, mesmo após as perseguições sofridas no Estado Novo. Já os partidos conservadores como PSD e UDN, se afastavam cada vez mais do presidente. A imprensa combatia duramente o governante, que encontrava apoio apenas no jornal *Última Hora*.

Quando a situação parecia sugerir uma renúncia do presidente diante das pressões e de denúncias, acontece o suicídio de Vargas, um ato político de proporções impressionantes que causou grande comoção. Pessoas do povo perseguiram os opositores, chegando a depredar prédios e queimar carros de jornais, e até Lacerda se viu ameaçado. A morte de Getúlio Vargas derrota seus adversários, adiando em dez anos o golpe de estado que parecia iminente.

O vice-presidente era o potiguar João Café Filho, que assume no dia 24 de agosto de 1954, e governa durante um breve período, afastando-se da presidência em 3 de novembro de 1955. A alegação foi motivos médicos, mas o fato é que Café Filho se distanciara de Vargas pouco antes do suicídio, prestigiando em seu governo forças anti-getulistas. Foi

ditatorial militar. As decisões liberais dos governos na década de 1990 são o desmonte do aparelho estatal, que começou a ser estruturado nos governos de Vargas. O próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso manifesta que suas ações se propõem a enterrar o legado de Getúlio Vargas.

substituído por Carlos Luz, presidente do Congresso Nacional, dissidente do PSD. Carlos Luz era contrário à posse de Juscelino Kubitschek, o candidato vitorioso no pleito de 55. A situação parecia indicar a vitória dos golpistas, liderados por Carlos Lacerda.

Mas o golpe que aconteceu de fato teve a função de manter a legalidade. O marechal Henrique Lott, reconhecidamente legalista, depõe Carlos Luz e o Congresso Nacional dá posse a Nereu Ramos, para entregar o país ao candidato eleito. Nestas circunstâncias incertas, tem início o governo JK.

Poucos presidentes brasileiros tomaram posse sob condições políticas tão pouco auspiciosas como Juscelino Kubitschek. Embora tivesse sido legalmente eleito, sua posse teve de ser garantida por um golpe 'preventivo'. As divisões políticas deixadas pela queda de Vargas levaram à crise subsequente que se estendia entre os militares, onde uma minoria aparente de antigetulistas era tida como amargurada pelo golpe do General Lott. Contudo, Kubitschek tornou-se o segundo presidente, desde 1945, que conseguiu ocupar o cargo por um período inteiro. Como o conseguiu, se o fracasso parecia certo? (Skidmore, 1988, p. 203)

O inusitado sucesso de JK tem explicação. Juscelino era filiado ao PSD, um partido que tinha amplas bases entre os proprietários rurais. Por outro lado, tinha como vice João Goulart, a grande liderança do PTB, que conservava expressivo respaldo junto aos trabalhadores. Além disso, o presidente procurava se articular com os diferentes grupos políticos. Aos militares oferecia promoções, aos comunistas acenava com a legalização do partido. Em suma: era um político de centro e um negociador de rara habilidade.

Neste governo, o Estado assume posição política moderada e uma postura mais liberal quanto à economia, procurando atrair multinacionais da indústria automobilística, aumentando a participação do capital estrangeiro. A criação de Brasília e a construção de grandes rodovias marcam a gestão de Juscelino, conferindo-lhe grande popularidade. Até mesmo o título mundial de futebol, em 1958, somava-se às demais circunstâncias, inspirando a sensação de que o país se dirigia rumo ao desenvolvimento, de forma tranqüila.

A economia era a inspiração para o clima de confiança:

O período Kubitschek tornou-se conhecido por suas realizações econômicas, e é daí que devemos começar analisando a presidência. O dinâmico presidente prometeu ‘cinquenta anos de progresso em cinco de governo’ e não há dúvida de que de 1956 a 1961 o Brasil apresentou um crescimento econômico real e marcante. A base do progresso foi uma extraordinária expansão da produção industrial. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% *per capita*. Para a década de 1950, o crescimento *per capita* efetivo do Brasil foi aproximadamente três vezes maior que o do resto da América Latina. (Skidmore, 1988, p. 204)

A fundação da Sudene, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, mostrava a preocupação do poder executivo com a desigualdade regional. Tal desigualdade se mostrava arraigada, ante a crescente criação de indústrias no Sudeste, contrastando com a manutenção dos latifúndios e da agricultura tradicional no Nordeste.

Com efeito, a participação de São Paulo no produto industrial passou de 39,6 para 45,3 por cento, entre 1948 e 1955. Durante o mesmo período a participação do Nordeste (incluída a Bahia) desceu de 16,3 pra 9,6 por cento. A consequência tem sido uma disparidade crescente nos níveis de renda per capita. Em 1955, São Paulo, com uma população de 10.330.000 habitantes desfrutou de um produto 2,3 vezes maior que o do Nordeste, cuja população no mesmo ano alcançou 20.100.000. A renda per capita na região paulista era, por conseguinte, 4,7 vezes mais alta que a da região nordestina. Essa disparidade de níveis de vida, que se acentua atualmente entre os principais grupos de população do país, poderá dar origem a sérias tensões regionais. (Furtado, 1989, p. 238-239)

A desigualdade regional, a concentração de renda e concentração fundiária eram elementos prejudiciais advindos de uma economia destituída de preocupação social. Se estes problemas não constituíram obstáculo intransponível ao desenvolvimento industrial, impuseram-lhe grandes dificuldades.

A Reforma Agrária era expressão meramente retórica para o congresso e para o governo federal. Deste modo, a estrutura fundiária permanece sem sofrer alterações que visem a democratização do acesso à terra. Já os grandes agricultores encontravam generoso amparo nas políticas governamentais, sob forma de grandiosos empréstimos a fundo

perdido, com juros baixos. Até porque, os gestores públicos muitas vezes eram os próprios fazendeiros ou homens a eles vinculados, que exerciam altos cargos no Estado brasileiro.

Os agricultores brasileiros não ofereciam maiores problemas para a estratégia de Kubitschek. Os plantadores de café eram amparados pelo apoio contínuo do governo, incluindo novas medidas, largamente frustradas, de embargar o declínio mundial dos preços da rubiácea. A insatisfação causada pelo sistema de 'confisco cambial' foi melhorada por altas periódicas nos 'bônus' pagos aos exportadores. Quanto aos outros agricultores, tinham poucas razões para continuar a temer reformas significativas na estrutura arcaica do uso da terra. Kubitschek, pelo contrário assim como Vargas antes dele, nunca levantou o problema da terra de outra forma, senão a de sugerir medidas politicamente inócuas, tais como a expansão do crédito rural ou o aperfeiçoamento da distribuição de alimentos através, das facilidades de construção de novos armazéns. Tendo sido bem treinado na escola política do PSD de Minas Gerais, Kubitschek estava pouco inclinado a influir no sistema de propriedade rural existente. (Skidmore, 1988, p. 209-210)

Os anos JK são marcados por grande entusiasmo contraditoriamente associado à indiferença. Entusiasmo desperto ante as políticas desenvolvimentistas, os prometidos 50 anos em 5. Indiferença do governo em relação às demandas sociais: serviços de saúde e educação democratizados, livre acesso a terra e subsídios à pequena agricultura, assuntos que receberam pouca atenção. Havia ainda calcanhares de Aquiles, quanto à economia: o desequilíbrio nas contas públicas, que assumiam déficits perigosos e a inflação, crescendo de modo preocupante.

2.2 ENTRE JÂNIO E JANGO: O PAÍS EM TRANSE

Em março de 1961, um novo presidente assume: Jânio Quadros, um homem temperamental e contraditório. Nunca vinculou totalmente sua imagem a partidos, sempre cultivou a independência. Em contrapartida, não tinha posições políticas claras. Não apoiara, nem fizera oposição ferrenha a Getúlio. Muito menos se alinhava rapidamente a políticos como Carlos Lacerda, ou outros líderes conservadores. Era extremamente

carismático e tinha uma trajetória política vitoriosa no estado de São Paulo. Conseguia cativar amplos setores da classe média, com o discurso da moralidade e da honestidade. Procurava simbolizar o combate à corrupção, opondo-se a liderança representada por Ademar de Barros.

Ainda nas eleições de 1960, Jânio Quadros jogava com os apoios políticos da UDN e do PDC, o Partido Democrático Cristão. Não hesitava em manifestar sua aversão a compromissos. Isso lhe conferia um certo charme, como se Jânio representasse o cidadão comum desencantado com os representantes eleitos, conferindo-lhe uma reputação distinta dos demais candidatos, associados à tradição da política profissional. Contudo, não defendia um projeto específico e detalhado. Ao contrário, tentava conquistar votos com promessas difusas. Era a própria expressão da esquizofrenia política.

Por outro lado, Quadros baseou sua campanha numa plataforma mais extensa que a posição tradicional da UDN. Prometia uma democracia honesta e digna, mas também se comprometia a assegurar uma rápida taxa de desenvolvimento econômico que atingiria setores anteriormente negligenciados como a agricultura, educação e saúde. Tudo isso seria feito paralelamente ao controle da inflação e preservando a independência do Brasil como nação soberana. Quanto à questão em debate, em relação ao tipo de estratégia que um Brasil nacionalista deveria seguir para o desenvolvimento econômico, Quadros endossava a fórmula neoliberal¹¹. (Skidmore, 1988, p. 235-236)

Sua imagem marcante – Jânio levantara a bandeira da luta contra a corrupção – e a base eleitoral forte em São Paulo – onde já fora prefeito da capital e governador do estado – eram inegáveis trunfos. Estes elementos o conduziram à vitória sobre o marechal Henrique Lott. Jânio obteve 48% dos votos contra 28% de Henrique Lott, num universo de 11,7 milhões de eleitores (Skidmore, 1988, p. 237). Como a UDN apoiou o candidato eleito, não houve a habitual contestação pelo fato do vencedor não ter conquistado a maioria absoluta dos votos. O estilo adotado nas eleições foi mantido no governo.

¹¹ Skidmore tenta unir neste texto dois conceitos imiscíveis: neoliberalismo e nacionalismo. A contradição é que o nacionalismo não coaduna com o liberalismo. Isso ilustra as decisões imprevisíveis de Jânio Quadros, que hora se aproximava de um ou outro posicionamento político. A confusão de Jânio levou o Brasil à crise. Numa fotografia da época, o presidente é visto com os pés trocados, como que enrolado em si próprio, sem saber que rumo seguir. Não há melhor metáfora para o quadro político brasileiro naquele período.

Mesmo nos primeiros meses de governo persistia a impressão de que a verdadeira diretriz de sua gestão ainda não havia sido definida. Esta qualidade equívoca ou ambígua da Presidência Quadros constitui um dos aspectos com o qual concordam seus críticos. Os dois problemas que Quadros enfatizou em seu discurso de posse, em 31 de janeiro, foram a ineficiência governamental e a crise financeira (a inflação e as dívidas externas). O tom do discurso variava entre o desafio e o desespero. (Skidmore, 1988, p. 241)

O presidente Jânio implementava uma política interna conservadora, em que o objetivo era controlar os gastos públicos e reduzir a inflação. Aceitou o receituário do FMI, freando o impulso desenvolvimentista brasileiro. As medidas ‘austeras’ não tinham eficiência garantida e eram impopulares ao extremo, pois causavam desemprego, restrição do consumo e estagnação econômica.

Jânio Quadros procurava manter uma postura independente quanto à política externa. Decisões como o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, a posição do governo em relação a Cuba e a condecoração de Che Guevara com a ordem do Cruzeiro do Sul desagradaram os setores conservadores da sociedade, explicitando o interesse de Jânio em manter relações internacionais divergentes quanto às determinações estadunidenses. O presidente parecia insinuar um alinhamento com os governos terceiro-mundistas independentes, a exemplo de Nasser no Egito e Nehru na Índia.

O fato é que Jânio Quadros conseguia deixar todos os grupos políticos ansiosos. Aqueles que o haviam apoiado – os partidários da UDN, por exemplo – não se sentiam prestigiados pelo governo. Os militares anticomunistas viam com temor a aproximação com Cuba e URSS. Industriais e trabalhadores urbanos estavam insatisfeitos com o programa recessivo adotado pelo chefe do executivo. A classe média sofria ante os seguidos aumentos do custo de vida. Os trabalhadores rurais não viam qualquer sinalização de reconhecimento das suas aspirações. Como Jânio Quadros responde a estas condições adversas? Renunciando, em 25 de agosto de 1961. Depois...

Jânio dirigiu-se para São Paulo. Desceu em Congonhas para pegar a filha, Tutu, e depois foi para a base aérea de Cumbica, onde permaneceu 23 horas, três das quais dentro do Viscount presidencial. O ex-presidente ficou aguardando uma reação popular, parlamentar, ou militar à renúncia, para voltar com plenos poderes mas nada ocorreu. O golpe falhou e, em vez de voltar para Brasília nos braços do povo ou com o apoio das baionetas, saiu da base aérea guiando um DKW. Dois dias

depois, partiu para Londres no navio *Uruguay Star*, acompanhado de dona Eloá Quadros, deixando o país imerso em uma grave crise política. (Villa 2004, p. 44)

As incertezas econômicas e políticas se aproximam do clímax. Não fosse tão complexo o cenário brasileiro, a solução seria simples: assumiria o vice. Contudo, o vice-presidente era João Belchior Marques Goulart: o mesmo homem que quando fora ministro do trabalho no governo Vargas propusera um aumento de 100% no salário mínimo. A medida atraiu a simpatia dos trabalhadores e atizou a ira dos patrões. Jango continuara participando da política chegando a vice-presidente na gestão JK. Tratava-se de alguém visto como um verdadeiro fantasma pelos conservadores, amplamente representados nos partidos e enraizados na estrutura estatal, assim como nos meios de comunicação. Era o herdeiro político de Getúlio.

Para tornar as circunstâncias ainda mais desfavoráveis a um desfecho consoante com a Constituição e as regras instituídas, João Goulart estava na China em viagem oficial no dia em que Jânio renunciou. João Goulart iniciou sua viagem de regresso no dia 26. Mas a volta foi lenta e permeada por telefonemas ao Brasil.

Políticos e militares conservadores se aproveitaram para organizar mais uma tentativa de golpe. Entretanto, várias forças se uniram em torno da legalidade, como o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, parte do exército e algumas outras lideranças progressistas. Os trabalhadores se mobilizaram, entrando em greve, como forma de apoiar Jango. Em Natal, aconteceram manifestações de apoio ao vice-presidente, por parte da União Estadual dos Estudantes e da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias.¹²

A solução da crise foi o parlamentarismo, que agradou parcialmente aos conservadores e aos progressistas. Aos conservadores por reduzir os poderes de um presidente progressista, embora não significando a sua deposição. Aos progressistas porque mantinha no governo o líder que se comprometia com as Reformas de Base, embora destituído de suas prerrogativas integrais. Na verdade, o parlamentarismo apenas arrefeceu os ânimos temporariamente, adiando a definição quanto aos destinos do país.

¹² O jornal *Folha da Tarde* foi submetido à censura no decorrer da crise desencadeada pela renúncia de Jango. A publicação, dirigida por Djalma Maranhão, deixou de circular por seis dias. A assembléia legislativa aprovou uma moção de apoio a Jango. Após a crise, houve um “Comício da Legalidade”, em comemoração pela posse do novo presidente.

O período parlamentarista foi marcado por grandes desencontros na política partidária e poucas realizações. A expectativa da população crescia, sem que fossem anunciadas propostas para o combate dos problemas brasileiros. Por fim, veio o plebiscito, no qual o povo escolheu a volta do presidencialismo, o que representou uma vitória política para João Goulart.

Os ativistas das Ligas Camponesas permaneciam mobilizados em favor da Reforma Agrária e do governo Goulart. Contudo, os latifundiários tinham grande representatividade no congresso nacional naquele momento, procurando atuar na defesa de seus interesses. Essa atuação transcendia os limites da legalidade.

Nos quase dez anos entre o suicídio de Vargas e o golpe militar, as tensões políticas se incrementaram drasticamente. As ameaças de golpe se repetiam, demonstrando a fragilidade e a relatividade da democracia no âmbito político brasileiro. É importante observar que o analfabetismo atingia proporções absurdas e os analfabetos não poderiam votar. Também era flagrante a manipulação política das camadas populares, que eram coagidas a votar em candidatos que reforçassem as tendências conservadoras.

A direita liberal, favorável a maior penetração de capital estrangeiro no país, era chamada de ‘entreguista’ pelos partidos de esquerda, que propunham o desenvolvimento econômico de maneira autônoma, frente ao capitalismo associado. Também era relevante a atuação dos grandes fazendeiros. Num país cuja maioria da população, ainda vivia no campo, os latifundiários conseguiam preservar seus interesses, fazendo usos de ampla influência política.

Por outro lado, os sindicatos cresciam ganhando maior representatividade, à medida em que o país ampliava seu processo de industrialização. As esquerdas assumiam diversos modos de pensar, que abrangiam o trabalhismo, o nacionalismo e o comunismo.

O contexto da Guerra Fria permeava as relações entre o Brasil e o mundo, repercutindo no âmbito local. O anticomunismo estimulado pelos Estados Unidos impregnava o pensamento de políticos, empresários e jornalistas no plano nacional, chegando também ao estado, influenciando o modo como as pessoas pensavam o próprio contexto político.

Em contrapartida, muitos estudantes, sindicalistas e intelectuais potiguares tinham contato com as idéias defendidas pela esquerda, chegando a estudar o marxismo. As

vitórias das Revoluções na China em 1949 e principalmente em Cuba, em 1959, foram acontecimentos que entusiasmaram a juventude, assustando os latifundiários e os grandes empresários, bem como seus representantes políticos. As notícias chegavam pelo rádio, despertando curiosidade. Entre simpatias e desafetos, as Revoluções repercutiam de diversas maneiras. Jornalistas escreviam artigos, eram organizados atos em solidariedade. A simpatia deste ou daquele candidato quanto à Revolução Cubana definia opiniões quanto aos votos. A instabilidade política parecia crescer com o passar do tempo, acirrando posições mais radicais de parte a parte.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), ora na legalidade, ora na clandestinidade, atuava procurando organizar os trabalhadores, priorizando ações junto aos operários. Mas, entre as décadas de 1940 e 1950, partido dedicou atenção à concentração fundiária e exploração no campo. A direção nacional do partido acalentava a idéia de unir trabalhadores urbanos e rurais no mesmo projeto político de revolução, a exemplo do que ocorrera na União Soviética. No manifesto lançado em agosto de 1950 (Lagoa e Mazzeo 2003, p. 67-68), os comunistas atacam o latifúndio, afirmando a necessidade de se fazer uma “revolução agrária”. Mas o documento trata também do aspecto reformista, ao reivindicar a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais.

Alguns conflitos envolvendo trabalhadores rurais em luta pela terra tiveram a participação de comunistas. É o caso dos conflitos ocorridos em Porecatu no Norte do Paraná e nas localidades de Trombas e Formoso em Goiás. Nestes locais, os trabalhadores apelam para a luta armada, com o intuito de permanecerem nas terras em que trabalhavam. (Gorender 1987, p.22)

A criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Brasil (Ultrab) em 1954 foi um fato decorrente da mobilização dos comunistas¹³ em relação aos problemas

¹³ Segundo Ângelo Priori (in: Lagoa e Mazzeo 2003, p.78), era notória a preocupação do PCB em relação aos problemas dos trabalhadores rurais, nos anos 1950. “A direção do PCB orientava seus militantes para as seguintes questões fundamentais. 1) atuar no campo de maneira concreta e de acordo com a situação do local; 2) concentrar o trabalho entre os assalariados agrícolas, os camponeses pobres e os camponeses sem terra; 3) organizar as grandes massas camponesas de acordo com cada situação, levando em conta o desejo, a experiência e o nível de compreensão dos camponeses. As últimas experiências mostravam que as massas camponesas queriam se organizar legalmente em sindicatos e associações; 4) utilizar as mais variadas formas de lutas. Mas devem ser sempre lutas das massas e para as massas. Nesta condição, são justas as lutas que vão desde os abaixo-assinados, os pequenos protestos, as greves parciais e totais até a luta armada; 5) construir o partido no campo, recrutando milhares de assalariados agrícolas e camponeses nos mais diversos povoados, vilas, bairros rurais, águas e fazendas.”

agrários. A Ultab abriu caminhos importantes, num tempo em que as lutas por Reforma Agrária e direitos trabalhistas eram enfraquecidas pela falta de Sindicatos Rurais.

Num país como o Brasil, em que a população rural era maior do que a urbana até meados de 1965, levando em conta que as condições de vida destas pessoas eram extremamente deficientes, o PCB não poderia ignorar o potencial de organização popular no campo. Mas ainda assim, o partido priorizava a atuação junto aos operários, até porque encontrava diversas dificuldades em conquistar adesões longe do meio urbano, seja por falta de recursos materiais, seja pelo contexto de exclusão e dominação em que se encontravam os trabalhadores rurais.

As primeiras experiências de Ligas Camponesas estiveram vinculadas ao Partido Comunista, por volta de 1945. Foi o que aconteceu com a Liga de Iputinga em Pernambuco, fundada em 3 de janeiro de 1946, a única que conseguiu sobreviver à ilegalidade do partido. Entretanto, alguns militantes comunistas permaneceram ativos no interior do Nordeste, procurando arregimentar trabalhadores rurais.

2.3 A POLÍTICA PARTIDÁRIA POTIGUAR

Desde as mudanças políticas implantadas em 1930 por Getúlio Vargas, seus aliados Tenentistas e demais correntes reunidas na Aliança Liberal, o Rio Grande do Norte passou por intensas disputas pelo governo estadual. Os interventores impostos pelo presidente – que mesmo contando com o apoio de lideranças locais, como era o caso do “coronel” Dinarte Mariz e de João Fernandes Campos Café Filho – desagradavam aqueles que tinham sido afastados do poder. Também havia rivalidade entre aqueles que apoiavam o movimento de 1930, conforme é possível deduzir diante das considerações de Spinelli (1996, p. 26):

A 5 de dezembro, o 29º batalhão de Caçadores marchou sobre Natal e efetivou a deposição sem resistência do governador Juvenal Lamartine. No interior, os

‘coronéis’ Dinarte Mariz (região do Seridó) e Joaquim Saldanha (região do Apodi) secundaram o levante, mobilizando homens em armas. O desgaste político dos governantes da velha República lhes tirara a legitimidade e afastara a possibilidade de apoio popular para uma resistência. Os dirigentes da Aliança Liberal no Estado se dividiram quanto à questão do poder. De um lado, os cafeístas queriam empossar seu líder, Café Filho, na presidência provisória, enquanto os liberais da Aliança patrocinavam o nome do desembargador Silvino Bezerra Neto, com apoio dos oficiais que comandaram a sublevação.

Não se pode declarar que ocorreu uma verdadeira revolução no Rio Grande do Norte, porém é possível verificar novos acontecimentos. Houve numerosas divergências entre os tradicionais mandatários locais, que se dividiam em grupos rivais, mantendo intuito de controlar o cargo de governador.

Por outro lado, a maior integração entre os trabalhadores se revelava através da crescente sindicalização nas cidades, paralelamente ao crescimento eleitoral de políticos e siglas partidárias cujas imagens estavam relacionadas às idéias progressistas. O resultado é que, alguns anos após 1930, depois de disputas entre os setores da elite, forças de caráter popular conseguiram alcançar representatividade eleitoral. Assim, no final dos anos 1950, certas forças desvinculadas de grupos tradicionais passaram a aspirar prefeituras e governos estaduais, no Nordeste e no Rio Grande do Norte em particular.

Se havia novidades nas estruturas de poder no Brasil, as repercussões regionais e locais eram inevitáveis. As oligarquias agrárias conservavam grande parte da sua influência nas localidades do interior e nos governos estaduais. Entretanto, as lideranças burguesas desejavam abarcar maior espaço político e demonstravam especial interesse na modernização econômica. Por outro lado, os políticos populares conquistaram maior relevância na política, enquanto intelectuais de esquerda divulgavam suas críticas sob forma de livros e artigos jornalísticos. A presença do povo na política, o desejo de participar e de se reconhecer nas decisões, na cultura e nos projetos nacionais parecia se afirmar como fruto da conscientização e da organização. É necessário observar os fatos políticos daquele período.

Em Pernambuco, a chegada de Pelópidas Silveira à prefeitura do Recife e a vitória do usineiro Cid Sampaio nas eleições para o Governo Estadual – apoiado por uma coligação que reunia UDN, PTB, PSB e PCB – sinalizam a participação de novos grupos no pacto local de poder. Estas duas realizações significaram também derrotas importantes

para as oligarquias mais tradicionais. A tendência que indicava avanço das forças progressistas foi consolidada com a vitória de Miguel Arraes, que se tornou o primeiro governador de Pernambuco eleito por um partido de esquerda.

O Rio Grande do Norte seguiria o exemplo pernambucano? Esta pergunta permeava o clima de ansiedade que marcou as eleições para o governo potiguar, em 1960. As oligarquias se viam obrigadas a testemunhar diversas mobilizações de cunho popular em Pernambuco, o que redundava no fortalecimento político de personagens como Miguel Arrais, conforme afirma Germano (1982, p. 30):

Este foi o caso da greve deflagrada por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, quando forças direitistas tentaram impedir a posse de Jango; este foi o caso da mobilização em favor de Cuba, ameaçada pela invasão por parte dos Estados Unidos; este foi o caso das mobilizações em favor das reformas de base, isto sem contar, por fim, que em 1959 as forças de esquerda, rompendo o círculo de ferro das oligarquias, iriam eleger Miguel Arraes prefeito do Recife, que em 1962 seria eleito governador de Pernambuco. E em 1960 essas mesmas forças elegeriam Djalma Maranhão prefeito de Natal, capital do Rio Grande do Norte.

A eleições de 1960 foram agitadas nas terras potiguares. Os governos anteriores tinham sido de políticos oligarcas, comprometidos com a manutenção da estrutura sócio-política no estado, conforme Germano (1982, p. 48):

Cabe salientar, entretanto, o domínio exercido pelo PSD ao longo do período que vai de 1947 a 1960. Nesse espaço de tempo o PSD elegeu três governadores: José Augusto Varela – 1947, Jerônimo Dix-sept Rosado – 1950 (coligação PSD-PSP-PR) e Aluizio Alves – 1960 (coligação PSD-PTB-PDC). A UDN elegeu apenas um governador: Dinarte de Medeiros Mariz – 1955 (coligação UDN-PSP-PDC).

O Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional representavam o mesmo grupo econômico – grandes fazendeiros – divididos em duas correntes políticas. Suas propostas, sua atuação e seus compromissos na administração do estado não apresentavam muitas diferenças.

“Entretanto pode-se observar que, com exceção das eleições de 1947, quando José Augusto Varela foi eleito governador, as eleições seguintes foram vencidas pela oposição. Dessa maneira, foi oposição em 1950, porque o governador José Varela se passara para UDN. Por sua vez, a UDN era oposição em 1955 e o PSD em 1960.” (Germano, 1982: 49)

As mudanças na administração se restringiam às siglas partidárias, sem que houvesse uma discussão ampla e profunda dos problemas sócio-econômicos do estado, nem muito menos a implantação de ações direcionadas para a resolução destes problemas.

“Tratava-se, portanto, de um confronto entre frações da oligarquia agrária e, por conseguinte, os partidos eram simples expressões nominais, através dos quais os setores oligárquicos se organizavam para a disputa do poder. Nesse sentido não se pode jamais falar na existência de contradições fundamentais, mas somente de divergência de caráter secundário, concordando todos no essencial: a preservação da situação.” (Germano, 1982: 49)

A insatisfação de setores populares, no campo e nas cidades, poderia suscitar mudança no quadro hegemônico. Isto abriria espaço para a ascensão de novas lideranças, que canalizassem esta insatisfação, em conformidade com o desejo de renovação que envolvia o Brasil, nos anos 1960.

Esse quadro de tranqüila dominação da oligarquia agrária estende-se até as eleições de 1960, quando então entra em crise e onde novos elementos são incorporados ao processo político, já agora influenciado pelas tensões sociais oriundas das estruturas sociais e que possibilitou tanto o aparecimento das massas populares urbanas, como força política liberta do controle dos ‘coronéis’ (diga-se de passagem que esse processo começou a se expandir, outrossim para o campo), como também o surgimento de uma liderança “desenvolvimentista e modernizador”. Essa liderança, embora atrelada a setores oligárquicos específicos, propunha um rompimento com as práticas tradicionais de fazer política e de exercer o poder. Isso ocorria em virtude da liderança representar, nesse momento, os interesses da industrialização, e portanto, da burguesia, como forma de resolver os graves problemas ‘regionais’. (Germano, 1982, p.49)

A vitória de Aluizio Alves sobre Djalma Marinho, candidato apoiado pelo então governador Dinarte Mariz, representou uma ruptura entre as oligarquias locais. Aluizio utilizou tanto o tradicional discurso populista, quanto modernas técnicas de propaganda. Ele associou a própria imagem à cor verde e à temática da esperança, procurando criar uma expectativa de progresso. Também empregou slogans como *Fome ou Libertação?*, *Mendicância ou trabalho?*, *Miséria ou Industrialização?*. Conseguiu a vitória com 53% dos votos, consolidando-se como grande liderança. Sua administração demonstrou algumas posturas contraditórias, conforme acrescenta Germano (1982,p. 48):

Com efeito, esta liderança assumia naturalmente uma posição ambígua, porquanto, sendo oriunda da oligarquia agrária, estava agora ‘contaminada’ pelos interesses modernizadores da burguesia. Dessa maneira, embora fosse ‘favorável ao progresso’, não se tratava de substituir pura e simplesmente a tradicional dominação oligárquica no comando político do Estado, porém modernizar para conservar, em essência, essa dominação. Assim sendo, isso iria representar não somente a modernização da máquina administrativa estadual com a institucionalização do planejamento governamental (que passava a existir paralelamente às práticas clientelistas de fazer política), mas também significou o estabelecimento de condições infra-estruturais requeridas pela industrialização, como é o caso da eletrificação do Estado com a energia gerada pela hidrelétrica de Paulo Afonso. Por outro lado, essa liderança pelo seu poder manipulatório constituía um obstáculo à radicalização das classes populares.

A gestão de Aluizio Alves foi marcada por mudanças quanto ao modo de administrar o estado, mas também por intensa repressão aos movimentos populares¹⁴. A adesão do governador à Aliança para o Progresso¹⁵ levou ao seu distanciamento em relação a Djalma Maranhão, que tinha sido seu aliado na campanha de 1960. Djalma estava comprometido com o trabalhismo e com o nacionalismo, opondo-se à influência norte-americana representada pela Aliança. Aluizio Alves conseguiu recursos estimados em vinte milhões de dólares (cerca de oito bilhões de cruzeiros), suficientes para empreender os

¹⁴ Foram reprimidas duramente as greves da polícia militar e dos trabalhadores da construção civil, entre outras manifestações populares. Na repressão atuaram forças militares.

¹⁵ A Aliança para o Progresso, programa formulado pelos Estados Unidos para amparar ações anticomunistas, ofereceu financiamentos a políticos de postura conservadora, dentro do contexto de combate às esquerdas. Assim como Carlos Lacerda era apoiado por ser visto como o principal opositor ao presidente João Goulart, Aluizio Alves era tido como o contraponto a Miguel Arraes. Para os estadunidenses, o Brasil, e em especial Nordeste mereciam atenção, diante da crescente tensão social. A repercussão manifesta pela Ligas Camponesas inspirava o temor de que o Nordeste se transformasse numa nova Cuba.

projetos nas áreas de educação, agricultura, habitação, pecuária, abastecimento de água e saúde. A área de educação tinha grande relevância, conforme destaca o jornal *A Ordem*. Foram destinadas verbas superiores a dois bilhões de cruzeiros que seriam empregadas na educação primária e básica. O plano governamental previa a construção de 1.175 salas de aula; conclusão e equipamento de cinco ginásios no interior; formação de três mil professores em cursos intensivos; alfabetização de cem mil alunos. Entretanto estas metas não foram alcançadas.

Curiosamente, recursos destinados à educação foram empregados nas experiências educacionais progressistas, formuladas por Paulo Freire, em Angicos e em Natal. Estes projetos de educação popular contemplavam a formação política, dentro de uma percepção crítica da realidade. Em decorrência disto, os norte-americanos retiraram os financiamentos a estas atividades educacionais, por compreenderem que estas ações levariam a contestação da ordem social vigente. Logo, o governador também se colocaria contra estas experiências de educação libertária, submetendo o então secretário de educação, Calazans Fernandes, a uma série de sanções. A situação levou a renúncia do secretário, juntamente com o a saída da equipe responsável pela alfabetização (Germano 1982, p.60). Os conservadores ganharam espaço no governo Aluizio Alves, em detrimento dos progressistas. Essa tendência foi gradualmente reforçada até o Golpe Militar de 1964.

No âmbito municipal, a primeira eleição para prefeito¹⁶ trazia um candidato forte que procurava estimular a presença do povo. Não dispondo de muitos recursos, a campanha de Djalma Maranhão foi marcada por intensa participação popular, irradiada através dos Acampamentos Nacionalistas, que de acordo com Germano (1982, p. 72) eram:

Espécies de barracas cobertas de lona e instaladas nas proximidades dos mercados e das feiras, onde, além do alistamento eleitoral, existiam urnas onde eram depositadas contribuições financeiras destinadas à movimentação política. Era o início da Campanha do Tostão contra o Milhão e que seria responsável por uma grande mobilização em Natal. Esse processo mobilizatório foi acentuado a partir do surgimento dos Comitês Nacionalistas, organizados por ruas e por bairros; imagine-se que, numa cidade que em 1960 contava com uma população de 154.276 habitantes, existiam cerca de 240 desses Comitês, que reuniam moradores de uma rua ou de um bairro não somente para participarem da campanha política, mas também para discutirem problemas, fossem locais ou não. Os comitês; dessa maneira não constituíam simples locais de proselitismo eleitoral, pois, como assinala José Fernandes Machado, presidente do Comitê Nacionalista do bairro das

¹⁶ Até 1960 os chefes do executivo municipal eram conduzidos ao cargo por indicação do governador.

Rocas, fazia-se o questionamento dos problemas sociais, do problema de salário, do problema dos trustes, o que era um truste.

Nas discussões, um tema recorrente, quase sempre constante na pauta dos diversos eventos, era a Reforma Agrária. Na I Convenção Estadual do Movimento Nacionalista, que ocorreu nos dias 6 e 7 de setembro de 1960, um dos temas em debate era ‘Reforma Agrária e Organizações populares’.

A chegada de Djalma Maranhão à prefeitura deu início a uma administração progressista, colocando em alerta as elites locais. O prefeito tinha uma trajetória política de oposição às oligarquias, tendo sido filiado ao Partido Comunista na juventude. Djalma já tinha exercido anteriormente o cargo prefeito por indicação de Dinarte Mariz, entre 1956 e 1959, renunciando por divergências com o governador. Nas eleições de 1960, obteve 66% dos votos, com uma campanha de forte apelo popular.

O prefeito Djalma se aproximava dos movimentos sociais respondendo positivamente ao apoio popular recebido durante a campanha. A implementação de projetos como a Campanha de “Pé no chão também se aprende a Ler” e as bibliotecas volantes levaram educação às camadas mais pobres da população. A prefeitura de Natal procurou apoio em Recife com o governador Miguel Arraes estabelecendo parcerias nestas iniciativas que visavam o combate ao analfabetismo e o aumento de vagas escolares.

A Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler consistia num conjunto de ações integradas, como informa Germano (1982, p. 102-103):

Entretanto, é importante que se diga, desde logo, que a campanha significou, além das *escolinhas* e dos *Acampamentos escolares*, a criação de bibliotecas populares, de praças de cultura, do Centro de Formação de Professores, do Teatrinho do Povo, da Galeria de Arte; significou a formação de círculos de leitura, a realização de encontros culturais, a reativação de grupos de danças folclóricas, a promoção de exposições de arte, a apresentação de peças teatrais, isto é, redundou numa organização cultural da cidade, onde o povo participava efetivamente e não apenas assistia como mero espectador.

A campanha, mesmo sendo voltada especificamente para a cidade do Natal, atingiu o interior, pois alguns professores fizeram cursos preparatórios na capital¹⁷, com o intuito de transmitir seus conhecimentos por outras cidades do estado¹⁸.

A atuação de Paulo Freire, nas “40 horas de Angicos”, projeto voltado para alfabetização e politização de trabalhadores rurais, representa a efervescência que envolvia a sociedade potiguar naquele período. Esta foi uma experiência pioneira, na qual o educador colocou em prática suas idéias sobre educação libertadora. Houve financiamento do Governo Estadual a princípio. Mas o apoio não teve continuação por divergências políticas, dado ao caráter revolucionário do projeto.

É oportuno ressaltar que, em 1960, só poderiam votar aqueles que fossem alfabetizados. Excluía-se das decisões a maioria dos brasileiros, um enorme contingente de pessoas pobres principalmente no espaço rural. Isto aumentava a relevância dos projetos de educação popular preconizados naquele momento, evidenciando o caráter libertador do conhecimento. As idéias e a atuação política de Paulo Freire procuravam despertar o pensamento crítico entre os educandos, colocando-os como agentes na relação ensino-aprendizagem. Ao procurar alfabetizar lavradores a partir de palavras do seu cotidiano, o educador se comprometia com o auxílio ao estudante no itinerário da percepção crítica do seu mundo. Ao se reunirem para aprender a ler, não só palavras, mas também o seu chão, a sua roça, os trabalhadores rurais poderiam descobrir a ação política coletiva.

Em suma, a administração de Djalma Maranhão juntamente com a atuação de diversos intelectuais progressistas foi importante para que Reforma Agrária não fosse vista como uma questão restrita ao meio rural. De forma semelhante, muitos outros políticos, intelectuais, sindicalistas, estudantes e trabalhadores em geral contribuíram para que a questão fundiária se tornasse um tema de repercussão nacional. A participação da

¹⁷ O Centro de Formação de Professores, instituição voltada para a formação dos educadores engajados na campanha, recebeu 46 professores do interior para cursos de formação emergencial. Nos cursos, as Reformas de Base eram discutidas, o que mostra a preocupação dos educadores com as questões emergentes da política brasileira. O Centro de Formação de Professores também foi responsável pelo I Congresso de Cultura Popular, que reuniu delegações de diversos estados brasileiros. Entre apresentações teatrais e exibções de filmes, mais uma vez acontece debate sobre Reforma Agrária. Ao fim do evento, aconteceu uma manifestação da qual participaram operários, estudantes e trabalhadores rurais (Germano 1982: 112-113).

¹⁸ No ano de 1964, a Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler se expandiu pelo interior do Rio Grande do Norte, por intermédio de convênio com prefeituras. Os municípios de Afonso Bezerra, Ipanguaçú, Pendências, Pedro Avelino, Macau, São Tomé, Barcelona, São Paulo do Potengi e Rui Barbosa foram beneficiados.

população urbana foi fundamental para que os crimes cometidos em defesa do latifúndio fossem denunciados, impedindo que as arbitrariedades cometidas ficassem no anonimato.

Convém ressaltar que o crescimento de partidos, sindicatos e demais agremiações de interesse dos cidadãos mais pobres, no campo ou nas cidades, tem que ser compreendido como o resultado de diversas iniciativas, tendo a colaboração de parte da imprensa. A difusão de informações sofreu grande incremento, diante do trabalho desenvolvido pelas emissoras de rádio e pelos jornais, que aos poucos conseguiam atingir de modo sistemático boa parte da população potiguar.

Qual era o papel dos meios de comunicação no âmbito estadual? A informação apresenta grande importância política, pois é empregada na formação de opinião quanto a candidatos e propostas, ou ainda na análise da realidade, na percepção dos problemas, na proposição de soluções.

Deste modo, as iniciativas do *Movimento de Educação de Base*, as *Escolas Radiofônicas*, as experiências de Paulo Freire, a *campanha de Pé no Chão também se aprende a ler* tinham em comum um caráter emancipador, que não se restringia ao meio urbano. Este caráter transcendia as expectativas e os objetivos de muitos dos setores envolvidos nestes projetos. Os meios de comunicação também assumiram um papel importante neste contexto, pois alguns apoiavam as ações educacionais, amparando o desenvolvimento social no Rio Grande do Norte.

Os trabalhadores urbanos e em menor grau os rurais poderiam ter acesso a jornais que representavam o pensamento das correntes políticas atuantes. As correntes políticas e instituições como a Igreja Católica difundiam suas idéias através de jornais, que assumiam abertamente a função de ferramentas políticas. Não havia grande preocupação com o ideal de imparcialidade. A imprensa escrita tinha importância destacada, dividindo com o rádio a responsabilidade de entreter e informar a população, já que a televisão ainda era raridade no Brasil.

Aluízio Alves veiculava suas idéias e ações através da *Tribuna do Norte*. Já Djalma Maranhão tinha a seu favor a *Folha da Tarde* e o *Jornal de Natal*, que pertencia a Café Filho. Dinarte Mariz detinha o *Correio do Povo*.

Com uma linha editorial identificada com os valores progressistas, a *Folha da Tarde* publicava artigos defendendo as teses nacionalistas, apoiando o prefeito e questionando

problemas nacionais como a necessidade de se fazer Reforma Agrária. O jornalista Ubirajara Macedo escrevia a *Coluna Nacionalista*, defendendo a autonomia do Brasil, frente a crescente influência estadunidense. Em um de seus artigos Ubirajara diz que o Brasil precisava seguir o exemplo de Cuba, destacando o tema Reforma Agrária:

Seguiu Fidel Castro e fez uma limpeza geral na administração do país. Destruíu todos os antros de tavolagem que faziam de Havana a cidade da perdição. Depois, olhou para a miséria reinante no interior do seu país, onde os lavradores não tinham terras porque estas estavam em sua grande maioria nas mãos dos consórcios estrangeiros. Indenizou estas terras, e as distribuiu entre os verdadeiros donos da terra que são os cubanos (...). E toda a América Latina vê em Fidel Castro o símbolo da luta de libertação desta parte da América, das garras dos trustes (...). Sabem que o líder cubano fará escola, e em breve o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o Chile, o Paraguai, o Peru, o Equador, a Colômbia, a Venezuela, etc., estarão seguindo o exemplo de Cuba e expulsando de seus territórios aqueles que para aqui vêm apenas para levar o nosso ouro, explorar o nosso povo e procurar nos arrastar à condição de colônia...¹⁹

Como é possível observar, a referência à Reforma Agrária era cada vez mais constante. Políticos, jornalistas e população em geral se mostravam cada vez mais cientes da questão fundiária, instituindo a solidariedade entre os setores progressistas urbanos e a luta dos trabalhadores rurais.

A Igreja Católica mantinha o jornal *A Ordem*, órgão que passou a veicular as ações voltadas para a sindicalização no meio rural. O próprio nome deste veículo de comunicação informa a linha editorial, afinada com o posicionamento eclesiástico: propor soluções para a desigualdade social aguda no nordeste, mas conservando a ordem social vigente.

É possível afirmar que os jornais *A Ordem e Folha da tarde* juntamente com a *Emissora de Educação Rural (Rádio Rural)* eram diferenciados dos demais veículos de comunicação locais. Contribuíam com os movimentos progressistas ouvindo os trabalhadores e as lideranças, além de abordarem assuntos ignorados por outros órgãos de imprensa.

¹⁹ Artigo de Ubirajara Macedo publicado no jornal *Folha da Tarde*, de 26 de janeiro de 1960 e citado por Germano (1982, p. 78).

3. REFLEXÕES SOBRE TERRA E SERES HUMANOS

*Como assim levitante colono
Pasto aéreo celeste curral
Um rebanho nas nuvens mas como
Boi alado, alazão sideral
Que esquisita lavoura mas como?
Um arado no espaço será
Choverá que laranja que pomo?
Gomo, sumo, granizo, maná?*

Chico Buarque de Holanda

3.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

A discussão da questão agrária no contexto capitalista é rica, povoada por idéias divergentes. É possível fazer algumas referências relevantes para a discussão. Logo na formação do modo de produção capitalista se fazem sentir grandes transformações na agricultura, que por sua vez, também causam mudanças por todo o mundo, a partir da Europa. Estes acontecimentos estão ligados à evolução da economia, que gradualmente dá origem a um mercado internacional.

Se na idade média, o feudo constituía uma unidade política e econômica autônoma, arrefecendo a atividade comercial e a vida urbana, com a idade moderna acontecem significativas alterações na estrutura social e econômica européia. Marx (1979) informa, no capítulo 24 do capital, que a própria constituição do capitalismo esteve relacionada diretamente às modificações na agricultura. A expropriação – perpetrada pelos capitalistas – das terras que anteriormente eram exploradas pelos camponeses, gradualmente enriquece os senhores da indústria:

Marcam a época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história desta expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases, em seqüência diversa e em épocas históricas diferentes. (1979, p. 831)

No texto, Marx expõe o modo como as propriedades camponesas de origem feudal foram sendo transformadas em propriedades privadas, alienando os trabalhadores da terra. Tomando como referência a situação inglesa, as propriedades que antes eram voltadas para a produção de alimentos, estavam sendo substituídas por pastagens para a criação de ovelhas, auxiliando o desenvolvimento industrial em pelo menos dois aspectos: na oferta de mão de obra, já que um expressivo contingente de pessoas foi expulso do campo para as cidades; na produção de matéria prima, pois a produção de lã foi fundamental para o desenvolvimento da indústria têxtil. Como já foi assinalado anteriormente, este processo adquiriu feições diversas em diferentes países e até mesmo nas regiões de uma mesma nação, em variados momentos históricos.

A expropriação e a conseqüente proletarização dos camponeses na Europa foi fundamental para o desenvolvimento capitalista, levando à consolidação da grande indústria, eliminando o caráter auto-suficiente das comunidades (Marx, 1979). É possível perceber que a subordinação das pessoas ao mercado não ficou restrita à ilha britânica, mas estendeu-se por todo o mundo, acompanhando a expansão do capitalismo.

Com o colonialismo e com o imperialismo, a América e posteriormente a África e a Ásia são submetidas a sistemas econômicos de grande escala, inseridos numa divisão internacional do trabalho. As *Plantations*²⁰ são estabelecidas nestes continentes, com o intuito de fornecer matérias primas para o continente Europeu.

Tais mudanças são evidentes na comparação entre o capitalismo nascente e modo de produção feudal. É importante considerar a visão de Marx sobre o feudalismo:

²⁰ Propriedade agrícola caracterizada por se estabelecer em latifúndios, empregando mão de obra escrava, utilizando a monocultura. A produção é destinada ao mercado externo.

Em todos os países da Europa, a produção feudal se caracteriza pela repartição da terra pelo maior número possível de camponeses. O poder do senhor feudal, como o dos soberanos, não depende da magnitude de suas rendas, mas do número de seus súditos, ou melhor, do número de camponeses estabelecidos em seus domínios. (1979, p.832-833)

O feudalismo se caracterizava por fraca atividade comercial, autonomia política e econômica do feudo, já que a produção era voltada para o próprio consumo do senhor feudal e de seus vassallos. Sendo assim, Feudalismo e Capitalismo são consideravelmente diferentes em relação à questão agrária: o primeiro exige a manutenção de grandes contingentes populacionais no meio rural, emprega poucos recursos tecnológicos, apresenta produção voltada para o consumo do feudo; já o segundo reinventa as relações de trabalho, separa trabalhadores da terra, destina a produção ao mercado. Marx (1979, p.836) ressalta ainda que o sistema capitalista levava à subordinação servil da massa popular, sua transformação em mercenários e a conversão de seu instrumental de trabalho em capital.

Estas reflexões – em concordância com as idéias de Caio Prado Jr. (1979) – refutam a tese de que o Brasil viveu um período feudal, idéia que ganhou a adesão de muitos intelectuais preocupados com o desenvolvimento econômico do Brasil. A economia do Brasil, incluindo neste quesito grande parte da agricultura desde o período colonial, apresentava vinculações com o capitalismo global, pois cabia às colônias a produção de matérias primas. No caso do Nordeste, em especial da Zona da Mata, a produção do açúcar era destinada à exportação, algo que se distancia muito da economia feudal.

Voltando a considerar a questão agrária no contexto europeu, é possível relatar a crescente modernização agrícola, que se destaca no final do século XIX, potencializando-se no século XX. Kautsky (1998) já observava avanços consideráveis quanto à produtividade, decorrentes da modernização capitalista nas grandes propriedades rurais, processo no qual o aumento da produção estava associado à redução de custos, por sua vez, subjacente à adoção de novas tecnologias e melhor administração dos recursos:

O grande estabelecimento agrícola não poupa somente energia animal. Poupa também energia humana (...), pois em condições iguais faz uso de um número menor de animais e de implementos. Usa mais máquinas, por outro lado, que significam economia de trabalho, inclusive porque existe um aproveitamento racional das áreas de cultivo, seja pela forma delas, seja por causa da extensão das mesmas. (1998, p.141)

Diante desta realidade, Kautsky (1998) vê como alternativa mais viável a criação de grandes fazendas sob modelo cooperativista. Isto daria margem a um melhor aproveitamento dos recursos tecnológicos, aumentando a produtividade. Contudo haveria uma clara distinção entre estas cooperativas modernizadas e as propriedades capitalistas: a produção não seria destinada à comercialização e ao lucro, mas sim ao consumo da população, sendo socializada.

É evidente que um grande estabelecimento agrícola, desde que explorado em moldes cooperativistas, pode beneficiar-se de todas aquelas vantagens do grande estabelecimento que as cooperativas de consumo de matérias-primas, de máquinas, de venda e creditícias só são, ou não, capazes de prover em parte, de forma imperfeita e incompleta. A supremacia do trabalho realizado em proveito próprio deve, assim mesmo, impor-se ao trabalho assalariado nos estabelecimentos agrícolas dirigidos segundo princípios cooperativistas. Tal cooperativa deveria impor-se ao grande estabelecimento não apenas em pé de igualdade, mas deveria mesmo revelar-se superior a ele. (1998, p.173)

Kautsky vê decididamente neste modelo a alternativa imprescindível para superar o capitalismo no contexto agrário. A simples partilha da terra aos trabalhadores daria origem a uma infinidade de pequenas propriedades, colocadas novamente à mercê da proletarianização²¹, possibilitando o retorno à concentração fundiária.

Embora no século XIX, experiências agrícolas cooperativistas fossem pouco comuns – fato que ele atribuía à dificuldade de agregação dos agricultores – a exploração coletiva da terra se apresentava como a possibilidade de revolucionar as estruturas agrárias. Entretanto, a despeito de todas as dificuldades existentes para organizar trabalhadores agrícolas, o estudioso ressalta que algumas experiências rudimentares aconteceram, ainda carentes de melhor organização. Isto levava a pensar nas possibilidades deste novo tipo de cooperativa e suas implicações futuras.

²¹ Proletarianização é o processo pelo qual o camponês é destituído da posse da terra, sendo colocado na condição de trabalhador autônomo, isto é, operário agrícola. A modernização da agricultura, processo que passa pela adoção de novas tecnologias e equipamentos, leva à proletarianização. Aprofundamentos em Marx (1979).

No primeiro decênio deste século, quando os grandes pensadores já tinham reconhecido que não era o pequeno, mas o grande estabelecimento socialista que constituía o meio de superar a espoliação capitalista, na época em que, no entanto, não se tinha entendido ainda que o grande estabelecimento socialista dependia de uma série de pressupostos de ordem econômica, política e intelectual para poder implantar-se e subsistir em grande escala, não foram poucos os entusiastas (dos quais Robert Owen foi o primeiro e possivelmente o maior) que, na época, tentaram criar as condições de existência para uma sociedade socialista através da fundação de colônias e cooperativas de cunho socialista. Essas tentativas provaram inegavelmente uma coisa: a produção coletiva é possível como também é possível substituir o capitalista individual por instituições de ordem social. (1998, p.174)

Apenas atuando em grandes propriedades de cunho cooperativista, os trabalhadores teriam condições de conservar as conquistas tecnológicas no campo agrícola, eliminando, a exploração da sua força de trabalho. Kautsky (1998) afirmava também que a implantação destas novas unidades de produção agrícolas, baseadas num aprimoramento das relações associativas, só ganharia circunstâncias plenamente favoráveis numa sociedade socialista.

Uma vez que essas cooperativas (já não mais proletárias, mas socialistas) comecem a funcionar a contento e tiver desaparecido o risco que hoje ainda afeta qualquer empreendimento agrícola, o camponês não ver-se-á mais ameaçado a desistir de sua terra em função da proletarização, vai reconhecer, ele também, que a propriedade pessoal dos meios de produção apenas impede a sua passagem para uma forma de produção de ordem superior, dificuldade da qual na certa gostaria de livrar-se. Por outro lado, seria um verdadeiro absurdo esperar que na *sociedade atual* ingressasse na produção cooperativa. Isso significa, em outras palavras, ser impossível (dentro do modo de produção capitalista) a cooperativa transformar-se no meio do camponês apropriar-se de todas as vantagens do grande estabelecimento, vantagens das quais ele pudesse servir-se para fortalecer e aprumar a sua propriedade agrícola tão vacilante atualmente. (1998, p. 181)

Deste modo se questiona o comportamento político dos camponeses europeus, tidos como conservadores e aliados de forças políticas tradicionais. Seria possível construir alianças táticas entre os operários e os camponeses colocando-se a favor do socialismo, atuando politicamente em favor de mudanças sociais? Para alguns teóricos, isto era viável, pois havia setores dentro do campesinato interessados na transformação. Esta é a aposta que Lênin faz, observando a situação política da Rússia, antes da Revolução de 1917.

Quanto mais fácil for ao governo chegar a um acordo com os elementos conservadores do campesinato, mais nos devemos esforçar e apressar para chegar a um acordo com seus elementos revolucionários. Nosso dever consiste em determinar com a máxima exatidão científica possível em que direção temos de apoiar estes elementos e, em seguida, impeli-los a uma luta resoluta e incondicional contra todos os vestígios da servidão, impeli-los sempre, em todas as circunstâncias e com todos os meios a nosso alcance. (Lênin 1979, p.8)

Lênin percebe não só a necessidade de pensar a Questão Agrária, como também a importância de falar aos camponeses, convencê-los de que poderiam se aliar aos operários, num projeto comum para uma nova sociedade. Os oprimidos do campo tiveram importância proeminente, não só na Revolução Russa, como também na Revolução Chinesa e na Revolução Cubana, apenas para destacar os eventos de maior repercussão internacional.

Esta alvorada, em que os pobres do meio rural atuam e se reconhecem enquanto sujeitos políticos, parecia bem distante dos campos brasileiros. As múltiplas e diferenciadas realidades rurais do Brasil poderiam ser tomadas como reinos da aceitação e do conformismo. Entretanto, esta é uma conclusão apressada, que ignora as relações entre a violência e a desigualdade social no campo. Resistência e indignação existiam às fartas. Faltavam condições para que se integrassem sentimentos e ações isoladas, dando origem a movimentos sociais organizados e representativos. O processo em que os pequenos agricultores brasileiros despontassem como sujeitos políticos seria uma invenção nordestina nos anos 1950.

3.2 QUEM ERAM OS TRABALHADORES RURAIS: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO

A tradição política enxergava nos trabalhadores rurais uma massa de manobra sem identidade, um conjunto de pessoas incapazes de se estabelecerem como sujeitos políticos. Era por isso que os problemas relativos à Reforma Agrária e ao desenvolvimento humano

nas áreas rurais eram preteridos nos projetos implementados pelos diferentes níveis de governo. Até porque estes governos tratavam as camadas populares conforme o receituário clientelista, aproveitando-se da carência das pessoas para incutir a dominação.

Entretanto, à medida que alguns trabalhadores percebem a exploração a que são submetidos e descobrem a necessidade de união em função de uma atuação conjunta, as perspectivas de maiores conquistas quanto a melhorias na qualidade de vida se ampliam.

Entre as décadas de 1950 e 1960, diversas relações de trabalho eram adotadas, sem que os agricultores recebessem proteção por intermédio dos direitos trabalhistas. Esta situação sustentava a concentração de renda, concorrendo para a depreciação dos ganhos obtidos pelos trabalhadores, que muitas vezes não vinham sob forma de salários. Era usual o emprego de trabalhadores por tempo limitado, apenas nos períodos de colheita e de plantio. Os trabalhadores rurais se dividiam em diversas categorias: parceiros, arrendatários, moradores, pequenos agricultores e assalariados²². A legislação não compreendia essa diversidade, não conseguia abranger os diferentes matizes da realidade social. Eram poucas as garantias em termos legais, e a implementação real dos direitos representava mais do que uma exceção: era uma raridade, uma excentricidade.

²² Francisco Julião classifica deste modo as categorias de trabalhadores rurais das quais provinham os participantes das Ligas Camponesas : “a) ARRENDATÁRIO é o camponês que paga em dinheiro uma renda pela terra que ocupa. No Nordeste, recebe o nome de foreiro. Foro é o aluguel do sítio, recolhido pelo proprietário das terras, geralmente a 8 de dezembro. Além do foro, o arrendatário é obrigado a conceder ao senhor das terras alguns dias de trabalho gratuito, cujo número varia conforme o acordo estabelecido. A essa forma de pagamento em trabalho dá-se o nome de *cambão* ou *condição*; b) PARCEIRO é o trabalhador que aluga um pedaço de terra, dando como pagamento uma parcela de sua produção. A parceria assume diversas modalidades – a meia, a terça, ou a quarta partes da produção – conforme variam os tipos de cultivo. Este é estabelecido pelo proprietário, que fornece, além da terra, os meios de produção. Feita a colheita, recebe toda a produção, da qual desconta o preço de tudo o que forneceu, e o que resta é dividido em partes (iguais, ou terça, ou quarta, conforme o combinado), o mesmo acontecendo com os animais. Muitas vezes, no ato do contrato, já é estabelecida pelo proprietário a potencialidade de produção da terra, o que define a quantidade de produto a ser entregue como pagamento do aluguel. A mensuração, sendo arbitrária, leva a que o parceiro raras vezes atinja a quantidade estipulada. Ocorre, então, um saldo negativo, que deve ser pago em dinheiro. Não havendo outros recursos, o parceiro contrai uma dívida para o ano seguinte, a ser paga com a nova colheita. Além de parte do produto, o senhor de terras possui o direito de pasto ou forragem, que consiste em introduzir seu gado para comer os “restos” – palha, folhas secas, etc, - da plantação; c) POSSEIRO, forma rara no Nordeste, é o indivíduo que se apossa de terras que não pertencem a ninguém, nelas estabelecendo moradia, trabalhando, fazendo melhorias, sem contudo possuir escritura da propriedade; d) MINIFUNDISTA é o pequeno proprietário que possui 1 a 10 hectares. Pela exigüidade de suas terras, em geral cansadas pelo excessivo tempo de cultivo e nenhuma adubação – muito onerosa para sua condição econômica – não consegue obter excedente de produção que possa colocar no mercado. Não podendo, por isso, apenas com a exploração da sua propriedade, prover seu sustento e de sua família, trabalhando simultaneamente nas terras de um grande proprietário, como assalariado. Isto o torna membro do enorme *exército de reserva camponês*.” Francisco Julião citado por Rugai (1984: 49).

Na constituição de 1946 foi garantida a *estabilidade* aos trabalhadores do campo (Artigo 157/12). O Decreto 7.038 de 1944 lhes concede o direito de se organizarem em sindicatos. Essa lei deu origem à organização de dois sindicatos, fundados respectivamente em 1946 e 1952. De resto, as leis que tratavam das questões dos trabalhadores rurais permaneceram até os anos 50 sem efeito, visto que toda e qualquer tentativa de aplicá-las esbarrava na oposição dos grandes proprietários de terra. (Füchtner, 1980: p.115)

Os pequenos proprietários também passavam por dificuldades, pois muitos ocupavam as piores terras, longe da fértil e úmida zona da mata, região na qual as terras estavam sob controle mais intenso dos latifundiários. A ocorrência de minifúndios se destacava no Agreste e no Sertão. Devido ao tamanho diminuto – algumas roças dispunham apenas de dois a três hectares – e também em decorrência da falta de investimento e problemas com a seca, muitos agricultores não conseguiam rendimentos que lhes permitissem conservar suas terras, ou se viam obrigados a abandoná-las, para trabalhar sazonalmente nos latifúndios da Zona da Mata²³. Em termos nacionais, os minifúndios ocupavam uma área diminuta – 13% da área agrícola brasileira – embora representassem 81% dos estabelecimentos agropecuários, no ano de 1960 (Vinhas 1972, p. 93). A produção priorizava gêneros alimentícios para subsistência ou para o mercado interno, sustentada pela mão-de-obra familiar.

Por sua vez, na Zona da Mata, as grandes propriedades se valiam de moradores, parceiros e meeiros, além dos migrantes do semi-árido. Os moradores começaram a ser empregados desde o século XIX, conforme afirma Andrade (1963, p. 69):

Era freqüente, nessa região, os senhores-de-engenho, por não poderem adquirir escravos devido a seu alto custo, para suprir a necessidade de braços, facilitarem o estabelecimento de moradores em suas terras, com a obrigação de trabalharem para a fazenda. Esses trabalhadores tinham permissão para derrubar trechos de matas, levantar choupanas de barro ou de palha, fazer pequeno roçado e dar dois ou três dias de trabalho semanal por baixo preço, ou gratuito, ao senhor-de-engenho.

Andrade (1963, p. 90) acrescenta ainda, que os moradores viviam em choupanas, em condições de extrema pobreza. O trabalho gratuito ou mal remunerado oferecido ao

²³ Ver Andrade (1963 e 1976).

grande proprietário recebia o nome de “condição”, ou “cambão”²⁴. Alguns arrendatários, que se fixavam nas áreas mais distantes dos engenhos, pagando aluguéis anuais pela terra, recebiam o nome de foreiros.

Na parceria, os trabalhadores partilhavam a produção com o proprietário de acordo com o que fora contratado. Na maioria das vezes, o agricultor plantava produtos determinados pelo dono da terra.

Os contratos de parceria – que às vezes nem apareciam de forma escrita – davam à primeira vista a idéia de que os proprietários cediam terra ao camponês para explora-la independentemente do cedente, segundo contrato de aluguel do imóvel; na verdade, porém, esta continuava nas mãos do latifundiário e era explorada segundo os seus ditames, constantes ou não do contrato. Tudo no solo pertencia ao patrão. A parte do produto que restava ao parceiro ele entregava por qualquer preço ao cedente, além da metade ou mais do que tinha obrigação de entregar de acordo com o contrato. Além disso era obrigado a executar trabalho gratuito e nem sequer tinha a liberdade de movimento. (Vinhas 1972, p. 59)

Os meeiros tinham direito a metade da produção obtida, destinando o restante ao dono da terra. Entretanto eram obrigados a vender os produtos que colhiam aos proprietários, muitas vezes por valores depreciados em relação ao mercado (Vinhas 1972, p. 92), tendo que pagar pelo uso de silos e outros equipamentos. Viam-se na obrigação de prestar trabalho gratuito ou a preços aviltados.

Os vários benefícios auferidos ao latifundiário, tais como o cambão, o foro, o pagamento por sementes ou ferramentas utilizadas fermentavam a insatisfação. Os contratos verbais, rompidos nos momentos em que era mais conveniente para o fazendeiro, sem que os trabalhadores recebessem qualquer restituição pelo que plantaram ou pelas benfeitorias, também semeavam indignação.

A revolta também era despertada, quando os agricultores eram obrigados a comprar nos “barracões”²⁵, isto é, recebiam vales que eram trocados por alimentos – a preços

²⁴ O cambão simbolizava a opressão dos trabalhadores rurais e o atraso das estruturas econômicas, que na época eram tidas como semelhantes às condições do feudalismo. O problema figurava em destaque nos panfletos, nas palavras de ordem e nas reivindicações. Francisco Julião se dirigia aos trabalhadores nos seguintes termos: “Esse cambão existe por todo o Brasil. Mesmo em um Estado como São Paulo, nesse vagão de ouro, que os outros estados como locomotivas sem força, empurram para a frente. O cambão é o dia de graça e a seca que tu dás ao dono da terra, além de pagares o foro ou a renda. Tem muitos séculos de vida. Nasceu com a servidão e continua montando no seu lombo”. (Julião 1962, p. 72)

maiores que nas cidades, mas com qualidade inferior – como forma de pagamento por serviços prestados. Como o valor dos vales era inferior às necessidades das famílias, as dívidas cresciam, superando em muito o valor dos salários.

Em decorrência desta realidade, grupos de parceiros, arrendatários, trabalhadores volantes e pequenos proprietários perceberam que tinham em comum a pobreza e condições de vida degradantes. Diversos conflitos ocorreram sem que fossem registrados, por pesquisadores acadêmicos ou mesmo pelos jornais, pois esta luta silenciosa dificilmente chegava às cidades. A questão social era um dilema a ser resolvido com a ação da polícia. Os trabalhadores mais combativos eram tidos como arruaceiros, criminosos.

Estes conflitos eram resolvidos por meio de jagunços e pistoleiros, ironicamente, recrutados entre os próprios trabalhadores rurais. Nas pequenas cidades, as autoridades locais eram submissas à influência dos grandes proprietários, de modo que dificilmente os trabalhadores encontravam representação legal e política efetiva. Os interesses do Estado e as necessidades dos latifundiários eram vistos como elementos interligados, dentro da lógica conservadora manifestada pelas oligarquias locais.

A oposição aos interesses elitistas era crime, sendo lícito ao Coronel, na qualidade de liderança local, manter jagunços a seu serviço. Estas milícias paramilitares atuavam abertamente, não só contando com a omissão da polícia, mas com sua colaboração e cumplicidade. Para fugir destas circunstâncias desfavoráveis, os trabalhadores rurais teriam que atuar conjuntamente, distanciando-se do espaço hegemônico da dominação representado pelo latifúndio.

Vale lembrar ainda que a legislação trabalhista, criada no governo Getúlio Vargas, não representou a efetivação dos direitos trabalhistas no meio rural. Pouquíssimos sindicatos foram constituídos, até meados de 1950.

²⁵ Julião também se refere a este problema: “Que quer dizer Democracia para o camponês? Eu te explico. É tirar o soldado da tua porta. É desarmar o capanga. Porque as tuas questões devem ser resolvidas na justiça. E nunca pela polícia. E muito menos pelo capanga. Pois a polícia e o capanga esmagam a tua liberdade (...). Que é o *vale-de-barracão*? É um papelzinho que corre como moeda nas grandes fazendas, usinas e engenhos. Não para te beneficiar, mas para te escravizar ainda mais ao latifúndio. Forçando-te a comprares mais caro o bagaço que a cidade não quer. É acabar com o dia de 10 e 12 horas de trabalho. Com a *vara* de mais de dois metros e vinte centímetros e o pulo que ainda se dá furtando na medição da conta. É lutar contra o aumento do foro, que, de um ano para o outro, passa de 2 para 4 e de 5 para 10. é acabar com toda e qualquer forma de sujeição, de servidão, de escravidão. Por isso é que a Liga existe. E é para isso que tu deves entrar na Liga. Lutar pela Liga. Porque a Liga é a cachoeira. É o feixe de varas. É a união. E a união, digo e repito, é a mãe de toda a liberdade. Quem for foreiro, parceiro, posseiro ou pequeno dono de terra deve entrar na Liga. E marchar com ela. Porque ela é o guia que te ensina o caminho da liberdade (Julião 1962, p. 73).

Todas estas situações em que os trabalhadores são submetidos à violência, são impedidos de constituírem sindicatos e são destituídos de direitos sociais ajudam a explicar a baixa qualidade de vida, inferior ao padrão existente no meio urbano. A fome era um problema crônico intensificado pela seca, fenômeno para o qual os pequenos agricultores estavam pouco preparados, embora estivessem muito expostos, por ocuparem as terras mais áridas.

Era notória a insatisfação dos trabalhadores rurais, devido ao quadro de desigualdade estabelecido no campo. Desde sempre houve contestação, em maior ou menor grau, instigando ações violentas ou tentativas de negociação. A exemplo de memoráveis acontecimentos de importância nacional como o Contestado e Canudos, havia momentos nos quais esta contestação aflorava, contudo, isto se dava de forma isolada e desorganizada. Nestas passagens da história brasileira, o compromisso do Estado com as correntes conservadoras da sociedade ficou evidente. Entretanto, a questão crucial era como articular movimentos sociais que protegessem os trabalhadores rurais, mas que conseguissem atuar sem serem esmagados pelos grandes proprietários.

4. DE ENXADAS A PESSOAS

*Como então desgarrados da terra?
Como assim levantados do chão?
Como embaixo dos pés uma terra?
Como água escorrendo da mão?
Como em sonho correr numa estrada
Deslizando no mesmo lugar?
Como em sonho perder a passada
E no oco da terra tombar?*

Chico Buarque de Holanda

4.1 SURGEM AS PRIMEIRAS LIGAS CAMPONESAS

Para superar a degradante situação na qual se encontravam, os trabalhadores rurais teriam que se reunir em algum tipo de organização que conseguisse fugir à repressão dos proprietários e superar as dificuldades burocráticas, que dificultavam a formação de sindicatos. Qualquer conflito no campo ou nas pequenas cidades seria solucionado pela força, acabando em prisão do trabalhador, ou dos trabalhadores envolvidos.

Faltava algo que levasse a insatisfação a um nível ainda maior. Isso ocorreu, quando houve aumento nos preços dos produtos agrícolas, verificado após a II Guerra Mundial. Muitos fazendeiros que arrendavam suas terras decidiram retoma-las. Foi o que aconteceu, por exemplo, com os grandes proprietários da Zona da Mata, que visando maiores lucros com o plantio da Cana-de-Açúcar, expulsaram muitos agricultores. A tensão social se elevou ainda mais, aumentando a motivação na luta por terra e melhores condições de trabalho (Azevedo 1982).

O primeiro movimento em que os camponeses conseguiram uma vitória representativa a ponto de chamar a atenção da sociedade brasileira, ocorreu em Pernambuco. Este é o caso do Engenho Galiléia, no qual os trabalhadores criam, em 1954, a *Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco* (Rugai 1984, p. 19). Alguns foreiros se organizaram de maneira autônoma, sem a iniciativa direta de partidos²⁶ ou movimentos sociais baseados nas cidades. Legalmente, a agremiação tinha por objetivo a construção de uma escola, a formação de um fundo funerário, a compra de implementos agrícolas e a reivindicação de apoio governamental.

Como o proprietário Oscar de Arruda Brandão não viu naquela entidade nenhum tipo de ameaça, a princípio aceitou ser o presidente. Porém, advertido por outros fazendeiros de que aquilo poderia dar origem a um movimento popular com aspirações maiores, mudou de idéia. Passou a reprimir os trabalhadores, pedindo na justiça a expulsão dos arrendatários que ali trabalhavam há anos e a interdição da sociedade por eles organizada. Os fazendeiros da região viam nesta organização uma ameaça às suas posses e procuraram impedir que os trabalhadores se organizassem em associações, que poderiam comprometer a ordem conservadora.

Restou aos agricultores pedir auxílio na cidade, buscando representação legal. Indo a Recife, procuraram o então governador General Cordeiro de Farias, que se negou a ajudá-los. Procurando apoio na Assembléia Legislativa, acabaram chegando a Francisco Julião, advogado e deputado estadual, que se sensibilizou com o problema daquelas pessoas, dispondo-se a ajudá-las. Trabalhando juntos, Julião e os agricultores utilizam duas estratégias: por um lado a disputa judicial, por outro a reivindicação política através da tribuna da Assembléia Legislativa, denunciando as pressões dirigidas contra o movimento.

Por fim, em 1959, após anos de disputa política, o Engenho Galiléia é desapropriado por intermédio de um projeto de lei, proposto pelo deputado socialista Carlos Luiz de Andrade. O projeto é sancionado pelo governador Cid Sampaio, que já havia assumido este compromisso no decorrer de sua campanha (Rugai 1984, p. 20). No processo de mobilização surge a reivindicação por Reforma Agrária, pois desponta a percepção de que

²⁶ Embora não fosse observada a participação direta de partidos políticos, entre os organizadores das primeiras Ligas Camponesas havia militantes comunistas. Ver Azevedo (1984) e Rugai (1982).

aquele não era um problema isolado, vivido apenas pelos galileus. Ia além. Transcendia os limites de Pernambuco, abrangendo o Nordeste, o Brasil.

Com o Engenho Galiléia desapropriado, não cessaram as perseguições políticas. O governo do estado criou a Companhia de Revenda e Colonização – CRC – que desejava impor aos camponeses uma série de restrições, instituindo requisitos para a concessão dos lotes. A terra era distribuída de acordo com limite de idade (no máximo 50 anos), desempenho físico, prestação de serviço militar e ainda atestado de facilidade de adaptação. Além disso, a companhia desejava estabelecer os trabalhadores em outras áreas, com o intuito de enfraquece-los politicamente. Mas os “Galileus” resistiram a estas regras, mantendo-se mobilizados.

Francisco Julião procura organizar e difundir as Ligas Camponesas, buscando o apoio de outros políticos de esquerda e de outros trabalhadores do campo. Reunir mais trabalhadores era o grande objetivo, como afirma o próprio Julião (1962, p. 33):

Os caminhos são muitos. Da conversa de Pé de Pau, na casa de farinha, no meio do caminho, na feira, na missa, no terço, no enterro, na briga-de-galo, no eito, na palha-da-cana, ao boletim escrito em linguagem singela em tom evangélico, como o ‘Guia’, o ‘ABC’, o ‘Recado’, a ‘Cartilha’, a ‘Carta de Alforria’, tudo o que a experiência indica e a imaginação sugere, é usado como meio para despertar, atrair, unir e organizar os camponeses em Ligas.

O cordel foi um meio de grande importância para o trabalho de conscientização proposto pelas Ligas. A cultura popular apresentava grande poder de convencimento, já que muitas pessoas tinham o hábito de ouvir os violeiros e adquirir os cordéis nas feiras.

Em resumo, o violeiro, o folhetinista, e o cantador são notáveis elementos culturais graças à sua vinculação aos fatos, já que vivem em contacto permanente com a massa camponesa. Em face disso, não hesitamos em convocá-los para o trabalho das Ligas Camponesas. Com esse veículo não só era mais fácil o trabalho do proselitismo junto ao campesinato, como a penetração da notícia sobre as Ligas nas fazendas onde o agitador político não podia entrar, dada a vigilância do latifundiário. (Julião 1962, p. 41)

A luta ganha repercussão na imprensa, tanto nos jornais quanto nas emissoras de rádio, chegando ao conhecimento de outros trabalhadores que passavam pelos mesmos dilemas, em comunidades do interior de Pernambuco e da Paraíba. Julião entra em contato com lideranças urbanas, como Clodomir Moraes, e procura estabelecer contatos na zona rural, com outros trabalhadores dispostos a conquistar a própria cidadania, conforme relata Rugai (1984, p. 44):

Enquanto se desenrola a luta dos *galileus*, as *ligas* expandem-se regionalmente: primeiro em Pernambuco e, em seguida, por outros Estados do Nordeste. Esse alargamento do movimento, possível graças a condições sociais e políticas propícias, tem como consequência uma alteração do projeto político da mobilização. Ocorre que se filiam às *ligas* trabalhadores que, por vivenciarem condições de trabalho diversas das dos *galileus*, encaminham reivindicações diferentes daquelas pelas quais estes lutam.

Seja por intermédio do jornal *A Liga*, seja por reuniões organizadas por lideranças, o movimento se torna conhecido do trabalhador rural, o que facilita a sua expansão. Os jornais de outros estados, principalmente os progressistas, também repercutiam as ações das Ligas.

Nos anos que se seguiram, buscamos alargar nosso campo de ação. Somente na cidade do Recife, durante três meses, realizamos oitenta atos públicos, a céu aberto, mostrando a correlação existente entre o latifúndio, com a monocultura da cana, e a espantosa proliferação dos mocambos sobre os alagados daquela metrópole regional. Somos gratos ao 'Semanário', a 'Novos Rumos', à 'Terra Livre', ao 'Binômio', à 'Última Hora' de São Paulo, ao 'Correio da Manhã', de Antonio Calado, ao 'Jornal do Brasil' de Heráclito Sales e outros jornais que deram acolhida às cartas e boletins que, de cinco anos para cá, temos escrito, transmitindo a experiência das Ligas Camponesas que de Pernambuco se alastraram para outros estados. (Julião 1962, p. 41)

Entre atos públicos, contatos diretos com os camponeses e a repercussão na mídia, o nome Ligas Camponesas crescia e despertava o receio de diversos latifundiários em todo o Nordeste brasileiro, pois o tema reforma agrária ganhava espaço no debate político nacional. Pela primeira vez na história do Brasil, os trabalhadores eram vistos e se reconheciam como sujeitos políticos, o que abriu precedentes nunca vistos na arcaica estrutura social nordestina.

As Ligas Camponesas conseguiram realizar um feito inusitado: mostraram que era possível organizar os pobres do campo, sustentar suas reivindicações e ver reconhecida a legitimidade de sua luta. Depois de acesa a fogueira, era difícil fazer com que os trabalhadores esquecessem a luz.

Deste modo, é possível observar três momentos no desenvolvimento das Ligas Camponesas, conforme a compreensão de Azevedo (1982, p. 77):

Para efeito de análise, e mesmo correndo risco de um certo esquematismo que representa qualquer tentativa de periodização, dividimos a prática política das Ligas em três fases, onde as formas de luta e apreensão política e ideológica da questão agrária são distintas ou, pelo menos, sofrem profundas mudanças no sentido de radicalização do movimento camponês. A primeira, entre 1955 e 1959, corresponde da fundação as SAPP até a expropriação do Engenho Galiléia, período em que a ação das Ligas orienta-se, em suas linhas gerais, para a assistência e a organização dos camponeses em litígio ou demanda com os grandes proprietários e para a campanha de denúncia e agitação, no meio rural, das condições sociais a que estava submetido o campesinato, como a obrigação do *cambão* (trabalho gratuito), o vale do barracão, o aumento do foro, a expulsão violenta dos sítios e roçados, as arbitrariedades policiais ou dos capangas do engenho ou usina e os salários aviltantes pagos aos assalariados rurais. O eixo dessa luta, naturalmente, era o próprio caso da Galiléia, que terminou por se transformar numa espécie de exemplo e síntese da questão agrária em Pernambuco e no símbolo da resistência e da luta do campesinato contra o seu despojamento e a sua proletarização. (...) A segunda fase (1960-1962) inicia-se logo após a expropriação do Engenho Galiléia, que projetou nacionalmente o nome das Ligas, e seria marcada por uma série de fatores que se combinam e contribuem, com pesos relativos, para provocar uma virada política e ideológica nas Ligas. Seria nesse período, por exemplo, que Julião e vários líderes camponeses, integrando a comitiva do candidato presidencial Jânio Quadros, visitam Cuba e Venezuela e conhecem a experiência da reforma agrária cubana e as formas de atuação das inúmeras organizações e sindicatos rurais da Venezuela.

É possível perceber as cisões entre as esquerdas a partir destas informações. A expansão rápida do movimento social veio acompanhada de pluralidade de idéias, sem que fosse implementada uma voz que unificasse discursos e ações. O Partido Comunista ainda se recuperava dos efeitos relativos à descoberta dos crimes stalinistas. Muitos comunistas rejeitavam a liderança do partido, buscando outras organizações. Em contrapartida, outras lideranças conseguiram projeção a partir de discursos e práticas divorciadas das resoluções propostas pelos comunistas. Assim se deu com Francisco Julião, que diante do trabalho realizado nas Ligas Camponesas acumulou enorme respaldo junto aos trabalhadores do

campo. A presença à frente das Ligas fez dele um homem conhecido em todo o Brasil e até mesmo em outros países. O crescimento político de Julião e a trajetória das suas idéias têm relação profunda com o novo momento das Ligas, em que são fundadas delegacias em diversas localidades de Pernambuco, da Paraíba entre outros estados.

Ainda em 1960, os comunistas ligados às Ligas são derrotados, com suas teses, durante o Congresso do PCB aprofundando o afastamento daquela organização política das Ligas, cujas relações já estavam tensas desde a campanha presidencial, quando as Ligas organizam, em todo o Nordeste, um movimento de solidariedade à Cuba, durante o episódio do bloqueio à ilha pelos Estados Unidos, movimento este considerado pelo PCB (que apoiava Lott e cujas posições eram contrárias à revolução cubana) como inoportuno, do ponto de vista tático, no momento eleitoral em que se vivia. Seria inda nessa etapa, que também vai corresponder ao crescimento das Ligas em Pernambuco e à sua ampliação para outros estados do Nordeste e do Centro-Sul do País, que o Conselho Regional define a reforma agrária radical (“na marra ou na lei”) como o objetivo estratégico do movimento social agrário. (Azevedo 1982, p. 77-78)

Datam deste período, entre 1960 e 1962, a consolidação das Ligas Camponesas e a resposta por parte dos latifundiários. A violência fora tomada como a resposta mais adequada ao nascente movimento camponês. Para ilustrar este fato, é possível lembrar a morte de João Pedro Teixeira²⁷, talvez o evento de maior repercussão, tanto em escala local quanto nacional. Apesar do destaque dado a este crime, não se tratou de ocorrência isolada. Tornavam-se cada vez mais comuns as ameaças, as agressões e os assassinatos.

O crescimento da violência faz brotar a sensação de que apenas com maior agressividade seria possível sepultar o latifúndio. Deste modo, os dilemas conduzem parte dos membros vinculados às Ligas ao caminho da revolução. Alguns acreditavam que a opção era criar focos de guerrilha, iniciados em locais isolados, mas tendo como perspectiva a tomada do poder, seguindo o exemplo cubano. Faltava a percepção de que a

²⁷ João Pedro Teixeira era uma das lideranças que procuravam consolidar o trabalho das Ligas Camponesas na Paraíba. Foi morto no ano de 1962, e os mandantes do crime não foram punidos. Sua esposa, Elizabete Teixeira, passou a denunciar a violência sofrida pelos trabalhadores, conquistando lugar de destaque nas mobilizações. Esta situação despertou a curiosidade do cineasta Eduardo Coutinho, que resolveu contar a história no filme *Cabra Marcado Para Morrer*, tendo como atores os próprios trabalhadores rurais. As filmagens foram interrompidas pela deflagração do Golpe Militar de 1964. O filme foi retomado e finalizado em 1984, quando Elizabete Teixeira sai da clandestinidade, pois desde o golpe ela vivera no interior do Rio Grande do Norte, em São Rafael.

realidade sócio-econômica do Brasil não era idêntica à de Cuba. Até mesmo as condições geográficas eram distintas, pois o Brasil tinha e tem não só uma população muito maior do que a cubana, como também um território muito mais vasto. Mesmo assim, grupos ligados às Ligas Camponesas implantaram campos de treinamento voltados para guerrilha, em Dianópolis, Almas e Natividade, no estado de Goiás. Tais iniciativas servem de prenúncio para o ocaso das Ligas Camponesas e as atribulações políticas que logo despontaram.

Finalmente, a terceira fase, que podemos fixar a partir de 1963, expressa uma profunda crise das Ligas, provocada por dissensões políticas e ideológicas entre as facções internas e pela perda da hegemonia do movimento social agrário para os sindicatos, controlados pelos comunistas e por setores da Igreja. Este é o momento em que o Estado, mesmo pagando o preço da perda do apoio das oligarquias e da burguesia agroindustrial, tenta carrear as lutas do campo para o seu controle, através da sindicalização rural em massa e pela encampação da bandeira da reforma agrária e de outras medidas, onde se destacam a criação da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), a decretação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) e, já nas vésperas do golpe de 1º de abril, da desapropriação das terras situadas às margens das rodovias federais. As Ligas, então, redefinem-se mais uma vez e, a 3 de outubro de 1963, na *Conferência do Recife*, transformam-se nas *Ligas Camponesas do Brasil*, adotando uma nova estruturação orgânica, através da criação de uma Organização de Massa (OM) e uma Organização Política (OP). Na verdade, a OP constituía, desde já, o embrião de um partido agrário baseado nos princípios do centralismo democrático e do marxismo-leninismo, e deveria dirigir e apoiar-se na Organização de Massa das Ligas, definida como uma entidade aberta e de caráter corporativo, com a função principal de coordenar a campanha pela reforma agrária radical. (Azevedo 1982, p. 79)

4.2 A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA

No Nordeste como um todo, bispos e padres estavam atentos aos fatos relativos a movimentos políticos no campo. No Rio Grande do Norte, a inquietação da Igreja

Católica²⁸ com as questões sociais deu margem a iniciativas isoladas, mesmo antes do Movimento de Natal. Contudo, só a partir da reunião de sacerdotes preocupados com os problemas do estado e com a conjuntura política, a Igreja conseguiu ampliar sua atuação. Dispostos a agir em função de um projeto organizado, os padres foram determinantes para que acontecessem ações coordenadas e sistemáticas de grande vulto, voltadas para o benefício dos marginalizados. O Clero Católico temia perder a enorme influência²⁹ entre os trabalhadores do campo, construída ao longo dos séculos, num processo em que a cultura popular se fundia aos preceitos religiosos. Havia a possibilidade de que os Comunistas ampliassem sua influência no meio rural brasileiro, de forma semelhante ao que acontecera aos trabalhadores urbanos na Europa, em grande parte organizados pelos diversos Partidos Comunistas. Os Sindicatos Urbanos em Natal e Mossoró já eram em grande parte controlados pelo Partido Comunista Brasileiro³⁰.

Havia a necessidade de resguardar o Catolicismo dos riscos políticos. Para isso seria necessária alguma estratégia que fizesse frente às iniciativas do PCB e das Ligas Camponesas. Entre os padres que tiveram atuação mais proeminente no Movimento de Natal, figuram Nivaldo Monte e, principalmente, Eugênio Sales. Eles coordenaram os trabalhos de fundação e organização de instituições e grupos dentro da Igreja Católica, que serviriam de substrato para os Movimentos Sociais. Isto teve início com a fundação de

²⁸ Essa preocupação se manifestava tanto no âmbito local, quanto no posicionamento do Vaticano. As encíclicas *Rerum Novarum* (Das Coisas Novas), *Quadragesimo Anno* (Quadragesimo Ano) e *Divini Redemptoris* (Salvação Divina) publicadas em 1891, 1931 e 1937 respectivamente, tratavam de problemas temporais, servindo como base para a doutrina social da Igreja. Nestes documentos a preocupação com a desigualdade e a crítica ao capitalismo, coadunam com a condenação ao socialismo. Por outro lado, longe das discussões macropolíticas, nas paróquias, alguns padres prestavam assistência aos pobres, de maneira desorganizada e pontual.

²⁹ Conforme depoimento de Plínio de Arruda Sampaio (*Caros Amigos*, maio de 2005, Nº 98), que fora deputado federal no início da década de 1960, a disputa entre católicos e comunistas era notória: “A Igreja Católica disputou muito a massa rural com o Partido Comunista. A massa rural era uma massa disponível, ainda não tinha tomado posição. A massa operária urbana, o trabalhador urbano era PTB. Era Getúlio, Jango, Brizola. A classe média ficava com a UDN e o PSD. E havia um coro emergente no Brasil que era massa rural que não tinha lado nenhum. Se libertava do coronelismo no interior e do cabresto do chefe político local, mas não sabia o que apoiar. Então, duas instituições foram procurar esse apoio – a Igreja e o Partido Comunista”.

³⁰ A indústria não era o setor mais desenvolvido da economia potiguar no período, mas algumas atividades desenvolvidas em escala industrial já assumiam posição de destaque no panorama econômico do estado. É o caso da extração de sal marinho. As salinas mobilizavam grandes contingentes de trabalhadores – a mecanização ainda não tinha chegado ao auge – e os sindicatos já eram bastante representativos na década de 1960. Os Sindicatos dos estivadores, dos operários na indústria têxtil e dos ferroviários também eram exemplos de entidades atuantes, que contavam com a participação de comunistas. Spinelli (1996) relata greves e manifestações mais intensas desde o início da década de 1930. Em conformidade com estes acontecimentos, teve ampla repercussão o movimento comunista de 1935. Ver Costa (2001) e Ferreira (2000).

agregações como a Juventude Feminina Católica, em 1936, e a Juventude Masculina Católica, em 1944. Estas entidades foram de suma importância, por cumprirem o papel de mobilizar leigos, a destacar os universitários. Reuniões eram organizadas, tendo como pauta preponderante a questão social:

Assim, na I Semana Diocesana de Ação Católica, realizada em Natal em fins de outubro de 1945, tratou-se de temas como 'a cooperação da Ação Católica nas obras sociais' e 'o pensamento social da Igreja'. Esta semana constituiu, por assim dizer, uma antecipação ao pronunciamento da Comissão Episcopal da Ação Católica, a qual, por ocasião do encerramento da II Semana Nacional de Ação Católica realizada no Rio de Janeiro em junho de 1946, afirmava o propósito de "organizar um plano nacional de ação social" e convocava, para esse programa, toda a comunidade brasileira. (Ferrari 1968, p. 58)

O jornal *A Ordem*, a partir de 1945, também manifestou o pensamento eclesiástico local quanto a tais questões. Numerosos artigos trataram de ação social, problemas sociais, Doutrina Social da Igreja. Muitos destes escritos foram obra do próprio Eugênio Sales (na época ainda padre) e do advogado Otto de Brito Guerra, engajado na Ação Católica.

Por outro lado, a ação estatal também revela preocupação com as contingências sociais. É necessário fazer referência à implantação no estado da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, e a criação do Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social (SERAS), em 1943, organismos de maior relevância no âmbito geral, a despeito de suas limitações.

Tanto Igreja Católica quanto Estado necessitavam de profissionais preparados para tratar das mazelas que prejudicavam a vida da população potiguar. Ambos se unem para fundar e manter a Escola de Serviço Social. Este curso de nível superior foi essencial para o despertar da consciência quanto à problemática decorrente da desigualdade sócio-econômica no Rio Grande do Norte. Além disto, a faculdade permitiu o aparecimento dos profissionais qualificados que iriam dar suporte às atividades de assistência, num estado em que a pobreza vinha tomando notoriedade. A Escola de Serviço Social³¹ era tão fortemente

³¹ A criação da Escola de Serviço Social, em 2 de junho de 1945, não possível sem o apoio da Legião Brasileira de Assistência (que fez doações financeiras) e a participação da Igreja Católica. Por outro lado, as iniciativas relacionadas ao Movimento de Natal receberam grande apoio de estudantes e assistentes sociais já

orientada pela Igreja Católica, que entre os professores estavam padres, como o próprio Eugênio Sales. Através do curso de Serviço Social, despontam lideranças de alta relevância para o que veio a ser o movimento social rural, como Julieta Calazans, Célia Vale, Safira Ammam Bezerra, Socorro Freire e Lourdes Santos, entre outras.

As demandas sociais do campo foram a grande justificativa para a criação de uma nova instituição: o Serviço de Assistência Rural (SAR), implantado em termos formais no dia 22 de dezembro de 1949 e instalado em 23 de outubro de 1950. Com uma equipe pequena, de atuação acanhada a princípio, este órgão pertencente à Igreja Católica tinha por objetivo prestar assistência social às populações pobres do meio rural potiguar. O que era apenas um trabalho voltado para remediar parte dos problemas sociais sem considerar suas origens, gradualmente se transmuta em trabalho de conhecimento da realidade, conscientização crítica e agregação dos trabalhadores rurais. Isto constituiu a base para a implementação dos sindicatos. Conforme é possível destacar em Ferrari (1968, p. 72), a interação entre o Sar e a Escola de Serviço Social favoreceu a percepção dos problemas vividos pela maioria da população, no interior do estado:

Otávio Nóbrega – concluinte da Escola de Serviço Social, membro da JMC e da equipe do Sar – realizou, a título de colaboração, um levantamento sobre as condições de vida em 4 zonas do Estado. Esta pesquisa – comenta Lourdes Santos em sua entrevista – demonstrou que havia poucas escolas; que não havia nenhuma assistência técnica e sanitária; que o patrão botava o trabalhador para fora (da propriedade) quando queria. Nesse tempo, aqui, só nós da Igreja falávamos de Reforma Agrária.³²

Em 1951, acontece a I Semana Rural do Estado, que seria sucedida por mais 13 eventos semelhantes até 1959. No começo, as palavras chaves para entender a atuação do Sar eram assistência e cooperativismo. A “Volante da Saúde” foi uma das primeiras ações do órgão, contando com um médico e um dentista, que levavam alguns medicamentos e prestavam assistência de urgência. A Missão Rural ampliou esta assistência ao formar uma equipe mais ampla, que contava com um médico, um dentista, um assistente social e um

formadas. Posteriormente, estas profissionais tiveram papel proeminente na formação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Ver Ferrari (1968).

³² A Juventude Masculina Católica era um grupo dirigido por Dom Nivaldo Monte. Lourdes Santos, assistente social, trabalhou no Sar.

sacerdote. Foram cerca de 110 visitas a comunidades de todo o estado, desde Extremoz até Mossoró. Contudo, a iniciativa era pontual, provocando poucas mudanças no cotidiano das pessoas. Os próprios membros dos Sar percebiam esta deficiência, conforme declara a assistente social Célia Vale Xavier:

Por onde passava a Missão era uma semente que se plantava. Uma semente que exigia cuidados mais freqüentes, cuidados estes que a Missão não podia dispensar em vista do seu trabalho volante. Cedo, portanto, senti a equipe a necessidade de capacitar pessoal do próprio meio a levar avante as iniciativas tomadas. Surgiu a idéia de promover um curso de líderes...³³

Desta forma, a Missão Rural Ambulante se tornou Missão Rural do Agreste, em 30 de agosto de 1954. A partir daí, foram criados núcleos fixos em áreas determinadas, com sede inicialmente em Nísia Floresta e depois em Goianinha. A atuação da Missão se dava em Nísia Floresta, São José de Mipibu, Arês, Goianinha e Monte Alegre³⁴, com a criação de 16 núcleos. Além do trabalho de assistência, a idéia era incentivar a fundação de cooperativas voltadas para a fabricação de produtos artesanais. Outra atividade importante era a atuação no ensino, conhecida como “Binômio Escola-Paróquia”, desencadeada a partir do momento em que se percebe as deficiências educacionais dos estudantes e até mesmo dos professores no interior. Os profissionais da educação na maioria das vezes não tinham completado nem o antigo 1º grau, atualmente ensino fundamental. Com o intuito de resolver o problema, a proposta era oferecer cursos aos professores. Aos poucos as atividades crescem, o que desperta o entusiasmo do clero, conforme escreve Ferrari (1968, p. 80):

À medida que se multiplicavam os treinamentos, os trabalhos iniciados no meio rural tomavam novo alento, firmando-se e expandindo-se. Novas escolas e novas paróquias foram atingidas pela equipe que atuava junto ao “Binômio Escola-Paróquia”. Surgiram novos Centros Sociais de Comunidade. Proliferaram os Clubes de Jovens, de Mães, os Clubes Agrícolas e Juvenis. Expandiu-se a JAC. Os líderes treinados no CTL passaram a promover, no interior, cursos de líderes, cursos de corte e costura, de bordado, de arte culinária, de indústrias rurais

³³ Citada por Ferrari 1968, p. 76.

³⁴ Todas estas localidades são próximas à capital e estavam circunscritas à diocese de Natal.

caseiras. Foram organizadas campanhas de saúde e de frequência à escola. Foram feitas demonstrações, como de combate à formiga e à lagarta, e experiências de criação de galinhas e de hortas caseiras. Atividades recreativas invadiram fazendas, sítios, povoados, vilas e mesmo cidades do interior.

Mas um acontecimento em especial, vai marcar uma nova fase da atuação católica no interior, ampliando a influência do Sar: a concessão, em 21 de maio de 1958, da *Emissora de Educação Rural*, que ficou conhecida como *Rádio Rural*. A própria denominação da emissora demonstra ao mesmo tempo a importância dada ao interior e a finalidade principal daquele veículo de comunicação. Com a fundação da emissora em 10 de agosto do mesmo ano, foram criadas as escolas radiofônicas, potencializando a atuação do Movimento de Educação de Base (Meb). Deste modo, eram formados grupos de estudantes, que contavam com um rádio e o apoio de um monitor. Fica evidente a relação entre todas as ações voltadas para a assistência social, a fundação e implementação da Rádio Rural e a politização do trabalhador rural.

A educação de base – objetivo do ensino radiofônico – visava não somente a alfabetização, mas também a conscientização e politização das populações rurais. O próprio método de alfabetização era um processo de conscientização e politização, partindo não das tradicionais cartilhas de alfabetização, mas de termos como povo, voto, liberdade, libertação, trabalho, salário, direito, dignidade, justiça, doença, fome, união, força, sindicato, alfabetização, analfabeto, cristão, amor, responsabilidade, etc. (Ferrari, 1968, p. 85)

A emissora representou não apenas uma extensão da escola ou do templo, mas também um elemento formador de opinião, uma fonte difusora de notícias. Isso teve um impacto destacado no modo como os potiguares das áreas mais longínquas compreendiam o mundo à sua volta, permitindo-lhes perceber a desigualdade social que permeava o cotidiano. Foram distribuídos aparelhos de rádio³⁵, que eram empregados nas comunidades, onde as pessoas ouviam a programação em conjunto com os vizinhos. Assim, a Rádio

³⁵ Os aparelhos de rádio distribuídos pela Igreja Católica vinham equipados com uma peça que impedia a mudança de canais. Mas não demorou muito para que as pessoas aprendessem a retirar a peça, passando a ouvir também outras emissoras de rádio. Informação citada nas entrevistas de Severina Garcia e José Rodrigues Sobrinho gravadas pelo autor.

Rural incentivava a formação de grupos, despertava a noção de comunidade. De fato, pessoas que antes viviam isoladas em lugares distantes do interior, agora tinham uma fonte de informação, que abordava seus problemas, contemplando perspectivas de transformação, de melhoria, de progresso.

O rápido surto sindicalista dos anos 60 não se entende sem Emissora... e sem os Centros Sociais, os Clubes, a Jac, enfim, sem os suportes institucionais criados, no interior, na I FASE RURAL do Movimento. O programa do Setor de Sindicalização, Em Marcha Par o Campo, passou a ser *rendez-vous* obrigatório para muitos trabalhadores rurais... e também para patrões, com uma diferença: enquanto aqueles davam todo volume ao aparelho, estes colavam o ouvido no *pé do rádio*, para que a vizinhança não se apercebesse... (Ferrari 1968, p. 86)

Também esteve vinculado ao Sar, o empreendimento da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no estado. A idéia era criar e ampliar escolas públicas, com o apoio de cada paróquia. Foi viabilizada parceria entre o setor de ensino médio do Sar e a Campanha.

Outra iniciativa importante partia do setor de migrações, criado para melhorar a vida das pessoas em meio às viagens do Nordeste para outras áreas do país. O Sar pretendia implantar em alguns municípios núcleos voltados para orientação dos migrantes, procurando convence-los a não viajar sem documentação e garantias de serviço já determinado. Tal idéia nascia da observação dos problemas locais e regionais. A cidade do Natal havia recebido um elevado aporte de população proveniente do interior no decorrer da II Guerra Mundial. Eram pessoas vindas do interior, fugindo da pobreza. Desejavam conseguir empregos gerados pela presença norte-americana. Parte das expectativas foi atendida. Entretanto, após o conflito, a demanda por bens e serviços na cidade caiu consideravelmente com o retorno das tropas estadunidenses e a drástica redução da atividade militar.

Paralelamente a isto, o desenvolvimento econômico na região Sudeste servia de motivação para que fosse criado um considerável fluxo migratório. Partindo do Rio Grande do Norte e de demais estados nordestinos para as áreas mais industrializadas, muita gente

se submetia às piores condições. Era árdua a peregrinação dos migrantes provenientes do Nordeste naquela época:

Homens e mulheres à venda como se fossem gado. Até mesmo um leilão poderia acontecer quando o interesse por uma mesma pessoa aumentasse. Passados cem anos após a abolição da escravidão, ainda era possível escolher a dedo a melhor *mercadoria*. Enquanto velhos e mulheres (as consideradas feias) eram recusados, rapazes fortes de mãos calejadas e mulheres novas e bonitas tinham a preferência de fazendeiros e comerciantes. Os métodos de seleção também mostravam-se os mesmos. As pessoas passavam por uma revista, sendo apalpadas, examinadas da cabeça aos pés. Mãos calejadas indicavam a condição de trabalhadores; bons dentes, sinal de saúde. Meninas de 14 e 15 anos eram compradas para casas de prostituição. (Rabelo 1997, p. 68)³⁶

Além da atuação do Sar, há outros elementos que denotam a atenção dedicada à questão social por parte da Igreja Católica. Em meados de 1950, a Igreja Católica acompanhava a tensão no campo, atenta não só à pobreza crônica, mas também ao surgimento e à expansão das Ligas Camponesas, além da atuação do Partido Comunista.

Preocupava também a Igreja Católica, conforme já foi dito, que contribuiu grandemente para a organização dos trabalhadores rurais (e a Igreja se preocupou com a ‘questão social’ do nordeste antes mesmo das encíclicas de João XXIII – *Mater et Magistra*, 1961 e *Pacem in Terris*, 1963 –, pois foram realizadas três reuniões para discutir o problema, a primeira em 1956, em Campina Grande, e a segunda em 1959, em Natal, tendo sido realizada uma terceira em 1962, também em Natal). Não se deve esquecer, por outro lado, que o medo da influência das Ligas Camponesas e do “comunismo”, junto às massas rurais, foi ponto importante para uma tomada de posição da hierarquia católica em favor da sindicalização rural. No Rio Grande do Norte, por exemplo, essa era uma postura claramente assumida pela hierarquia religiosa, conforme se pode ler nas notas e editoriais publicados pelo jornal *A Ordem*. (Germano 1982, p. 20)

Os sinais da atenção dispensada à questão social no campo estão evidentes também em outros documentos e cartas da época³⁷. A Igreja, ampliando sua atuação política, não se

³⁶ A reportagem informa que era possível comprar retirantes de diversos estados nordestinos. O preço para comprar um casal de cearenses, Manuel e Francisca, foi de cerca de 200 dólares, na época. O comércio era realizado no norte de Minas Gerais. A reportagem, assinada pelo falecido escritor Roberto Drummond, teve repercussão internacional, em revistas como *Time* e *Paris Match*.

³⁷ O bispo Inocêncio Engelk, em carta datada de 10 de novembro de 1950, exprime sua preocupação ante a questão social e fundiária, alertando para as ameaças à influência eclesiástica no campo. Os camponeses

contentava em agir apenas junto à população, como também procurava provocar a ação do poder público, propondo e cobrando iniciativas governamentais. Ao observarmos o texto final relativo ao II Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em Natal em 1959, é possível perceber a preocupação com o desenvolvimento econômico, a ser desencadeado com a implementação de projetos em sua maioria voltados para a agricultura. No documento são propostas diversas ações pontuais a serem implementadas em cada estado do Nordeste, e também no norte de Minas Gerais.

Para o Rio Grande do Norte, são propostos projetos que contemplam o aproveitamento dos vales úmidos, o saneamento de Natal e ainda um programa de fomento do artesanato rural. As iniciativas voltadas para a educação ganham apoio do governo federal, que passará a incentivar a aquisição de transmissores de rádio, facilitando a criação das escolas radiofônicas.

O texto final do II Encontro apresenta também a Declaração dos Bispos do Nordeste, em que são feitas algumas afirmações de cunho político. Os bispos se declaram responsáveis por “salvaguardar a paz social”, afirmando que não poderiam ignorar a vida temporal. Entretanto, fica a dúvida a respeito da verdadeira existência desta tal paz social, pois os jornais da época registram com frequência crimes no campo³⁸. Por outro lado, pessoas que viveram aquela época relatam a dura repressão aos movimentos sociais. É preciso lembrar que esta paz era apenas aparente (Oliveira, 1986), até porque “paz sem voz, não é paz, é medo”³⁹. Há outra passagem do texto, que vale a pena destacar. Os bispos em conclave ressaltavam como princípio:

Cuidado extremo em evitar açodamentos demagógicos, paixão partidária, personalismos, de vez que se trata de matéria delicada e facilmente explosiva, cujo tratamento legal, partindo de estudos da Comissão Nacional de Política Agrária, deve ser confiado a grupo inter-partidário especialmente constituído para esse fim.⁴⁰

poderiam seguir o exemplo dos operários, que já se organizavam distanciados das doutrinas católicas. Citado por Cruz 1982, p. 50.

³⁸ Há constantes registros sobre tentativas de espancamento, assassinato e expulsão das terras. Os trabalhadores rurais eram constantemente ameaçados, de acordo com as entrevistas e notícias divulgadas no jornal *A Ordem* nas edições de 27/01/62, 3/02/62, 10/04/62, 23/05/63, entre outras.

³⁹ Yuka 2000.

⁴⁰ Conforme Texto final do II Encontro de Bispos do Nordeste.

Isto parece sugerir descrédito em relação aos políticos e a política partidária, bem como a crença numa solução técnica, científica, puramente racional. Era uma maneira de manter o caráter conservador, mesmo propondo mudanças. A Igreja Católica desejava tomar a liderança num processo que conduzisse o Rio Grande do Norte a uma situação de desenvolvimento econômico e social, sem que isso desencadeasse paixões políticas, advindas de classes sociais e de partidos discordantes. Tencionava resolver os problemas sem atingir as causas; acreditava numa sociedade diferente, sem que houvesse fatores condicionantes diferentes. Como a história demonstrou, os anos 1960 foram marcados pela expressão de diversas correntes partidárias. E parte destas tendências perdeu o apreço pela instituição democrática.

A ocorrência destes encontros, entre representantes católicos de diversos estados, também revela que o Rio Grande do Norte não era o único foco de atuação temporal dos religiosos. O exemplo potiguar serviu de incentivo para que outros padres e bispos tentassem criar órgãos voltados para intervenção no âmbito social, entre o fim dos anos 1950 e o início dos anos 1960. De fato, alguns padres, juntamente com grupos de leigos organizados pela Igreja Católica, passaram a atuar diretamente nas questões sociais correlatas ao campo nos demais estados nordestinos. Eram iniciativas que encontravam semelhanças com as estratégias adotadas no Rio Grande do Norte, baseando-se na educação, assistência social e organização sindical.

A atuação do Padre Antônio Melo no Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, chamou a atenção dos florescentes movimentos sociais e dos setores conservadores. Em pouco tempo, conquistaria uma posição em que sua influência entre os trabalhadores Rurais seria considerável.

O padre Melo, proveniente de uma família de 15 filhos, era um nordestino, natural do pequeno e modesto estado de Sergipe, na parte sul da região. Ele havia sido designado para trabalhar no Cabo em 1961, quando o governador Cid Sampaio estava fazendo preparativos para um dos seus projetos favoritos, construção de uma fábrica que, para fabricar borracha sintética, utilizaria o álcool, um subproduto da indústria do açúcar no Nordeste. Os recursos da Aliança para o Progresso, bem como investimentos de várias companhias americanas, ajudaram a tornar possível esta aventura que criaria uma nova indústria e novos empregos para a região, bem como novos mercados para os donos das usinas.(Tais esperanças continuam

irrealizadas até a presente data.) A fábrica seria construída no lugar de uma usina. O governo estadual tinha prometido tomar conta dos camponeses que seriam desalojados, mas o bispo a que o padre Melo era subordinado teve a inteligência de prever que tais promessas não foram feitas para serem cumpridas e, portanto, designou o jovem padre para zelar pelos interesses dos camponeses. (Page 1972, p. 180)

Quando o governo pernambucano tentou desalojar camponeses, o padre Melo protestou. Percebendo que seu protesto não adiantaria por si só, entrou em contato com os donos das casas e os incentivou a resistir a expulsão. Disse que ele próprio impediria a entrada da polícia na área em que moravam.

A sua tática funcionou. O governo estadual desistiu, declarando por escrito que os camponeses poderiam permanecer no local até que fossem encontradas casas apropriadas para eles. Com a publicidade gerada pelo incidente, o padre Melo tornou-se um herói nacional. Ele continuou a trabalhar com os camponeses e dentro de pouco tempo estava competindo com Julião. (Page 1972, p. 180)

Logo o padre Melo receberia o auxílio do padre Paulo Crespo, possibilitando assim a criação do Sorpe, Serviço de Orientação Rural de Pernambuco. Este órgão tinha sido inspirado no Sar, assumindo uma atuação semelhante nas áreas de assistência social e criação de sindicatos. Sendo assim, no início dos anos 1960, as condições para o surgimento do sindicalismo cristão não estavam restritas ao Rio Grande do Norte. Foram fundados diversos sindicatos com o intuito de minar a influência de Julião e das Ligas Camponesas em Pernambuco, e em outros estados do Nordeste.

A Igreja Católica procurava manter uma posição de centro, na qual padres e bispos se pronunciavam contrários ao Comunismo, embora também rejeitassem os efeitos negativos do capitalismo. Isso os colocou numa posição de relativa ambigüidade. Não causa espanto diante deste quadro, que sindicatos e organizações católicas tenham recebido auxílio financeiro da Aliança para o Progresso e posteriormente do Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

5. DESCOBRINDO A UNIÃO

“Si eu tivesse di vivê obrigado
 Um dia inantes desse dia eu morro
 Deus fez os homi e os bicho tudo forro
 Já vi iscrito no livro Sagrado
 Qui a vida nessa terra é u’a passage
 I cada um leva um fardo pesado”
 Elomar

5.1 NASCEM OS SINDICATOS

Diante do contato com a realidade dos trabalhadores no interior, parte da Igreja Católica⁴¹ passa a ver nos Sindicatos uma perspectiva de avanço social. Os grupos organizados católicos – a destacar a Juventude Agrária Católica no meio rural – tinham um papel importante, pois reuniam os leigos, colocando-os a disposição do trabalho do Sar⁴².

⁴¹ O posicionamento político da Igreja Católica requer uma análise aprofundada. Longe de apresentar opiniões e atitudes consensuais, a instituição religiosa já se deparava com visões antagônicas quanto às questões sociais, no início dos anos 1960. No clero, predominavam os moderados e os conservadores. Os poucos padres e bispos verdadeiramente progressistas não estavam tão articulados entre si e não dispunham de tanta influência quanto aqueles que manifestavam idéias mais tradicionais. Por outro lado, entre os fiéis as correntes progressistas ganhavam importância, tendo grande influência na Juventude Estudantil Católica, na Juventude Universitária Católica e até mesmo na Juventude Agrária Católica. As divergências entre os católicos eram expressivas no âmbito local e no âmbito nacional. Tal conjuntura é citada no depoimento de Plínio de Arruda Sampaio (*Caros Amigos*, maio de 2005, N° 98): “Eu era democrata cristão, mas democrata cristão de esquerda! É complicado né? E dentro da democracia cristã também havia o grupo mais à direita, mais conservador, e a disputa era ver para onde iria a democracia cristã: se ela seria um apêndice da UDN, partido de direita, ou se iria para o governo João Goulart, que era de esquerda. Eu defendi a tese de que iria para a esquerda. E ganhei!”

⁴² Conforme relata o Monsenhor João Penha Filho, em entrevista concedida ao autor em 22/04/2005, os grupos organizados tinham uma função importante na mobilização das populações rurais. Juntas, as pessoas conseguiam ampliar a percepção em relação aos problemas vividos pelas comunidades, como a falta de terra e de condições para trabalhar: “Esse era um problema social que começou a se criar no meio rural. O homem não tinha terra para plantar, não tinha mais nada. Se você viajar hoje para o Seridó, você vai ver que muita gente ainda faz o seu roçado à margem da estrada. Por que não tem mais terra para plantar, aí faz o seu roçadinho ali, justamente por conta disso. Esta foi a gravidade do problema rural que surgiu. Agora, a Ação Católica, a Jac, o Sar nasceu por causa da Jac. O Serviço de Assistência Rural nasceu por causa da Jac. Foi o

Assim sendo, alguns padres e leigos, sob a orientação de Dom Eugênio de Araújo Sales tomam para si a responsabilidade de fundar Sindicatos Rurais, conseguindo autorização governamental para tanto. Uma iniciativa importante neste contexto foi a criação do setor sindical do Sar, que dará assistência na fundação de entidades representativas, auxiliando na escolha e formação de lideranças, orientando a organização legal e prestando auxílio logístico.

A organização do trabalhador rural no Rio Grande do Norte, a partir de 1960, não se constitui num fenômeno isolado. Ela está inserida em todo o movimento da classe dominada, que emerge com mais força, desde os anos 50, no Brasil e no Nordeste. Por outro lado, também, não é um fato novo na história política brasileira. Antes mesmo que existisse uma legislação específica que legitimasse sua organização e participação em sindicatos, o trabalhador já se organizava, tanto no meio urbano, como no meio rural. Genericamente, o trabalhador já se organizava em Círculos Operários, Associações Benéficas e de Ajuda Mútua. (Cruz 1982, p. 30)

Mas esta experiência orientada pela Igreja Católica e com amparo legal não foi a primeira tentativa de criar sindicatos no meio rural. De fato, algumas pequenas organizações foram criadas, mesmo destituídas de reconhecimento legal, sendo perseguidas pelos patrões e pela polícia, quando qualquer atitude mais combativa era despertada.

De acordo com relato do agricultor Joel Paulista⁴³, em 1935, na localidade de Lagoinha, foi fundado um Sindicato Rural que reunia cerca de 104 associados. Isso aconteceu em decorrência do considerável nível de organização apresentado pelo Partido Comunista em Mossoró, com destacada atuação nas áreas próximas. Grupos de trabalhadores rurais se aglutinavam estrategicamente, mas a formação de sindicatos sólidos com ampla participação dos trabalhadores era prejudicada pelo fato de não conseguirem o reconhecimento legal, devido a todas as dificuldades burocráticas e a desinformação dos trabalhadores quanto a legislações trabalhista e sindical.

Entretanto, alguns sindicatos como os dos Salineiros, em Mossoró e Macau, interferiam no campo, pois muitos dos trabalhadores mobilizados nestas entidades

peçoal da Jac que primeiro organizou o Sar. O pessoal da Jac, orientado por Dom Eugênio, organizou o Serviço de Assistência Rural. No início o Sar era uma expressão da Jac. O Sar e Jac se identificavam”.

⁴³ Entrevista concedida ao professor Pedro Vicente, pelo projeto Memória do Partido Comunista, em 16/11/94.

trabalhavam em duas atividades: parte do tempo nas salinas – especialmente na estação seca quando aumenta a colheita do sal – e sazonalmente na agricultura.

No campo, a despeito de existir uma legislação que concede o direito à organização do trabalhador rural, desde 1931, esta só veio a vigorar, de fato, a partir da década de 60. Ainda no período 30/50, o governo, objetivando traçar uma política de conciliação entre as classes, dá corpo a uma legislação que atende aos interesses da burguesia industrial nascente, ao mesmo tempo que possibilite dirigir as lutas operárias, no sentido desses interesses. Surge, então, em 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Nesse jogo de forças, a nova legislação é posta em prática, sem no entanto atingir nem a toda população urbana, nem à população rural – que continua à margem – mas, principalmente, àqueles que servem ao capital industrial – o proletariado. É a partir destes mecanismos legais que o Estado, com a capacidade de manipular a classe operária, passa de um tratamento repressivo, a um tratamento tutelar, através dos sindicatos e da legislação, justamente, para impedir sua organização autônoma. (Cruz 1982, p.30-31)

Os diversos congressos camponeses que aconteceram na década de 1953 a 1964 – cerca de 27 – prenunciam as possibilidades de ações coletivas por parte dos trabalhadores camponeses. As aspirações passavam sempre por questões como acesso a terra, direitos sociais, liberdade política. Sem dúvida, um momento importante neste período é a II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo, no ano de 1954. A grande deliberação do evento foi a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Utlab). Para encerrar o evento, formulou-se uma carta em que foram feitas reivindicações. O direito à reunião, organização e participação política, em si, ainda era uma condição a ser almejada.

A Igreja decide apoiar o processo de Sindicalização Rural em resposta ao crescimento das Ligas Camponesas. Tratava-se de atuar politicamente em defesa da Fé Católica, conforme declara Monsenhor João Penha Filho⁴⁴, na época vigário de Macau:

A primeira idéia foi justamente por conta das Ligas Camponesas. Eu sou padre, sou cristão, ia defender o trabalhador cristão e a Igreja. Eu já tinha lido uma declaração de um cônego francês que dizia que o grande escândalo do nosso século foi a Igreja perder o mundo operário. Eu dizia num trabalho meu: o escândalo do século XX foi perder o mundo operário, vamos abrir o olho ou vamos perder

⁴⁴ Conforme entrevista concedida ao autor em 28/04/2005.

também o mundo rural. Porque o mundo rural ainda nos pertence, mas se nós não tivermos cuidado vamos perder também o mundo rural. Eu procurei abrir os olhos dos bispos para isto, na minha conferência em Três Corações. Esta conferência foi em 61, 62 por aí. Eu publiquei esta conferência, Dom Eugênio foi quem fez o prefácio. Já estava o nosso amigo das Ligas Camponesas, Julião se movimentando. Por lá [em Macau] também já começavam a se movimentar, Floriano [Bezerra de Araújo, então deputado estadual] com outros, para fazer Ligas Camponesas. Eu disse a Dom Eugênio: o perigo é iminente. Ou a gente faz ou então...

Assim tem início a disseminação dos Sindicatos Rurais. Para os católicos envolvidos neste processo, as entidades deveriam ter uma postura mais identificada com a conciliação, concentrando sua atuação na questão dos direitos trabalhistas, na conquista de melhores condições de trabalho. A idéia era ocupar o espaço antes que as Ligas Camponesas o fizessem, já que a proximidade com a Paraíba e com Pernambuco, bem como as visitas de Francisco Julião ao Rio Grande do Norte poderiam mobilizar os trabalhadores. Contudo o Sindicalismo Rural Potiguar, a despeito da forte vinculação com a Igreja Católica, também sofria retaliações contumazes.

Um dos fatores responsáveis pelo processo de 'libertação' dos trabalhadores rurais, com relação aos proprietários de terra, era justamente o sindicato rural, ou seja, o sindicato exercia um papel importante na organização dos camponeses como classe. Daí os constantes conflitos registrados entre trabalhadores rurais e patrões rurais, no período 1960-1964. Tanto é assim que, em fevereiro de 1962, os sindicatos rurais do Rio Grande do Norte enviaram um memorial ao governador do Estado, solicitando "cobertura policial necessária" que garanta as suas atividades sindicais, porquanto "diversos patrões rurais (...) têm oferecido resistência à nossa pretensão (...), oprimindo os filiados" das entidades citadas. Esclarecem em seguida que a 'reação desta natureza [parte] dos proprietários que são economicamente mais fortes' e que 'muitos patrões (...) estão até mesmo ameaçando de morte alguns trabalhadores e arrendatários seus (...) 'como represália a nossa iniciativa de querermos organizar a classe'. (Germano 1982, p. 48)

A instalação de sindicatos era uma reivindicação constante. Se fossem implantados sem restrições e de maneira independente, possivelmente colocariam em risco a estrutura de poder oligárquica. Portanto, os grandes fazendeiros procuravam reprimir a organização tanto pela via legal, quanto por meios 'alternativos', na tentativa de evitar futuras derrotas políticas:

Naturalmente que os sindicatos não foram atendidos porque, de fato, a polícia atuou como braço armado do latifúndio em diversos conflitos. Por outro lado, esse processo de organização poderia ter reflexos ao nível político-eleitoral. A propósito José Rodrigues Sobrinho, presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, em declaração sobre as eleições para governador a serem realizadas em 1966, afirmava: “Nós não estamos mais prontos para sermos mais boi de ninguém e os trabalhadores rurais estão se preparando nos seus sindicatos, para nas próximas eleições darem uma lição aos políticos que nada fazem a não ser enganar o povo”.⁴⁵

Em 1960, é criado no Sar, um setor voltado para sindicalização rural, com o claro intuito de se antecipar à expansão das Ligas Camponesas. Dom Eugênio se envolve pessoalmente na fundação de diversos sindicatos rurais, que apresentam uma conduta mais voltada para a negociação.

No Rio Grande do Norte, bem como no Nordeste de um modo geral, fica evidente a disputa entre Igreja Católica, Partido Comunista e Ligas Camponesas pela direção dos trabalhadores rurais. Entretanto, os católicos estavam muito adiantados nas terras potiguares, pois tinham saído na frente em relação a movimentações de outros grupos. Há também outro aspecto relevante: esta rivalidade era muito mais presente entre as lideranças do que propriamente entre as bases, que muitas vezes viam com bons olhos qualquer um que se dispusesse a denunciar as arbitrariedades.

Essa disputa teve nuances diferenciadas no Rio Grande do Norte. Em algumas circunstâncias curiosas, na atuação cotidiana, eventualmente era observada cooperação entre pessoas ligadas a Sindicatos de orientação católica e ativistas das Ligas Camponesas⁴⁶. É importante ressaltar que as Ligas Camponesas apresentaram uma postura autônoma em relação ao Partido Comunista, ora atuando em parceria, ora mantendo uma postura independente.

Em 1960, os avanços das Ligas Camponesas em Pernambuco e na Paraíba chamaram a atenção para o potencial político dos trabalhadores no Rio Grande do Norte, levando a Igreja a participar de maneira efetiva da organização sindical. Diante disso a participação da Igreja Católica teve grande relevância para o Sindicalismo Rural, pois

⁴⁵ Notícia extraída do jornal *A Ordem*, 2/11/1963, p.8.

⁴⁶ Em entrevista ao autor em fevereiro de 2002, Meri Medeiros relata que ao visitar comunidades do interior potiguar, com o objetivo de divulgar as idéias das Ligas Camponesas, chegou a pegar carona em veículos do Sar. Fatos como estes dificilmente chegavam ao conhecimento de Dom Eugênio Sales.

colocou à disposição dos trabalhadores e das lideranças a Rádio Rural, o jornal *A Ordem*, recursos de ordem material e humana. Os fiéis católicos e os próprios padres, a exemplo do que ocorrera no início do Movimento de Natal, se juntaram aos trabalhadores dispostos a liderar a fundação dos sindicatos.

5.2 O SINDICALISMO FLORESCE

Para um observador desatento, as situações que ocorrem no movimento sindical entre 1960 e 1964 são espantosas, inusitadas. Como tantos trabalhadores rurais potiguares se organizaram tão rápido? Como conseguiram mobilizar cerca de 50 mil pessoas em sindicatos contando com condições precárias e tempo tão exíguo? Como conseguiram fundar mais de 60 sindicatos e uma federação com amplas perspectivas de crescimento?⁴⁷

Diante de todos os fatores anteriormente enumerados – a efetiva participação da Igreja Católica, os diversos movimentos educacionais, a presença solidária e envolvente do Sar – não há motivo para surpresa. A atuação de estudantes, lideranças e partidos políticos progressistas também compõe este quadro. Por fim, tornou-se impossível negar a existência política dos explorados no campo após o surgimento das Ligas Camponesas, que destacavam entre suas reivindicações a liberdade de formar Sindicatos⁴⁸. Depois de

⁴⁷ Dados fornecidos por José Ferreira, atual Vice-Presidente da Fetarn, em entrevista concedida ao autor em 21 de janeiro de 2005.

⁴⁸ O próprio Julião ressalta a importância de criar Sindicatos, ao enumerar os objetivos das Ligas Camponesas. É o que podemos perceber na *Carta de Alforria do Camponês*, mensagem distribuída sob forma de panfleto no início dos anos 1960. Julião se dirige aos homens do campo: “Muitos são os caminhos que te levarão à liberdade. Liberdade quer dizer terra. Quer dizer pão. Quer dizer casa. Quer dizer remédio. Quer

discussões internas, o clero católico se decidiu pela participação efetiva na formação de lideranças, conforme afirma Monsenhor João Penha Filho:

O mundo operário ainda nos pertence. Eu falei com Dom Eugênio e ele disse: Penha como é que a gente vai fazer? Aí eu comecei meu trabalho, conhecendo já de doutrina sindical, fui a Pendências, onde nós tínhamos uma Jac. E Zé Rodrigues fazia parte desta Jac. E eu perguntei a Zé Rodrigues: eu preciso de um trabalho seu para a Igreja. Está pronto? Ele disse: estou padre, estou pronto. Então vamos para Macau. E levei ele para Macau, para morar com a gente. Escolhi um dos meus rapazes, que era filho de um operário, que conhecia também de doutrina sindical, doutor Cledionor de Mendonça. Entreguei Zé Rodrigues a ele. Você vai estudar Sindicalismo e ensinar a Zé Rodrigues. Eu ia dando minhas dicas. Eu conversava muito com Zé Rodrigues e quando eu achei que Zé Rodrigues estava pronto, vim para Dom Eugênio e disse: pronto eu tenho o homem que vai inventar Sindicalismo Rural. Aí Zé Rodrigues veio para aqui e começou o movimento de Sindicalismo Rural. Foi Zé Rodrigues que começou, se infiltrou por todo este interior, começou a criar Sindicatos e mais Sindicatos.

Mas de que adiantaria o envolvimento da Igreja, de militantes partidários e dos jovens universitários – muitos deles provenientes da Juventude Estudantil Católica (JEC) – sem o interesse dos próprios trabalhadores camponeses? Muitos homens do campo estavam dispostos a se organizar, pois viam na organização a possibilidade de melhorar as próprias condições de vida e já tinham contato com os Sindicatos Urbanos.

Quando José Rodrigues Sobrinho começou a participar de grupos organizados da Igreja Católica, não imaginava que isto o levaria aos pedregosos caminhos do sindicalismo. O jovem agricultor morava no pequeno município de Pendências, no vale do Açú, próximo a Macau. Atendendo ao chamado do padre João Penha, começou a participar da Juventude Agrária Católica (Jac). Estar naquela comunidade e naquele grupo em 1960 significava entrar em contato com as perspectivas de mobilização social, incentivadas pelo padre João

dizer escola. Quer dizer paz. Eu te apontarei esses caminhos. Mas eu te digo e repito: não adianta a viagem se tu fores sozinho. Convida teu irmão sem terra ou de pouca terra. E pede que ele convide outro. No começo serão dois. Depois dez. Depois, cem. Depois, mil. E no fim serão todos. Marchando unidos. Como unidos vão à feira, à festa, à missa, ao culto, ao enterro, à eleição. Digo e repito: a união é a mãe da liberdade. São muitos os caminhos por onde poderás viajar com os teus irmãos. Eles começam em lugares diferentes mas vão todos para o mesmo lugar. Que caminhos são esses? Esses caminhos são: 1) A democracia para o camponês. 2) o Sindicato para o camponês. 3) A Cooperativa para o camponês. 4) Uma Lei justa e humana para o camponês. 5) E o voto para o analfabeto” (Júlio 1962, p. 69).

Penha Filho e pelo padre José Luiz, em sintonia com as proposições de Dom Eugênio Sales. Para José Rodrigues, aquele ambiente era muito estimulante.

Nasci em 1940. Na verdade, nasci em 1942, mas como eu já votei... Com 16 anos de idade eu já votava na eleição para deputado. Eu já tinha tirado meu título para votar aqui, sempre fui muito participativo nisso. Morei em Pendências até 1964. Trabalhava no estado todo, no movimento sindical, mas morei em Pendências toda a minha vida. Nasci dentro de uma propriedade em que o nome também era Bambual. Por ser uma região perto das Salinas, trabalhei e todo mundo trabalhava nas salinas, durante o verão e na agricultura, no inverno. Eu trabalhei muito em salinas, e meu pai participou ativamente da fundação dos dois sindicatos, um dos barcaceiros e outro dos salineiros. A gente começou trabalhando em 1958. Lá em Pendências eu encontrei o Padre Zé Luis. O Padre Penha começou a trabalhar a juventude. Eu era um jovem de 17 anos. Entramos para o movimento da Juventude Agrária Católica e participando disso veio a idéia da sindicalização rural. Pra mim sindicato não era nenhuma novidade, pois eu vivia numa região que chamavam de “Moscouzinho”. E a gente tinha na nossa veia a presença do sindicalismo como o maior defensor dos direitos dos trabalhadores. Não foi difícil em Pendências construir o sindicato rural.⁴⁹

Muitos outros trabalhadores entraram no Movimento Sindical pelo mesmo caminho de José Rodrigues: participando de reuniões organizadas pela Juventude Agrária Católica, ouvindo os sermões dos padres, conversando com os estudantes que vinham da cidade, estudando nas Escolas Radiofônicas. Eram homens como José Paulino, José Martins da Cruz, Expedito Jorge, José Honório que se tornaram lideranças, atuando destacadamente na fundação de sindicatos.

Nos anos de 1960 e 1961, a Igreja Católica implementa uma série de iniciativas que incentivam a formação de Sindicatos. Os cursos de formação de lideranças do Sar disseminam novas idéias políticas entre os participantes, muitos deles provenientes de grupos organizados, como a Juventude Agrária Católica (Jac). Numerosos padres, respondendo às exortações do então bispo Dom Eugênio Sales, chamam seus fiéis a participar de cursos, reuniões e demais eventos que precedem a fundação dos Sindicatos. As missas, as festas, os momentos religiosos eram empregados para convidar os homens a participar da sindicalização. Nestes primeiros momentos, prevalecem as idéias conservadoras da Igreja Católica quanto a Questão Agrária, voltadas para uma solução

⁴⁹ Entrevista de José Rodrigues Sobrinho, concedida ao autor em novembro de 2004.

imparcial, apolítica e apartidária. É um posicionamento idealista, em que se procura atenuar as tensões, ignorando a contradição entre capital e trabalho.

Entretanto, havia obstáculos legais à formação de Sindicatos Rurais, tanto que antes de 1960 apenas cinco tinham sido criados, em todo o país. Como contornar as barreiras burocráticas, aliadas às ingerências de políticos conservadores? Os militantes se deparavam com os dilemas propostos pelas leis, conforme relata Francisco Julião:

O Conselho de Segurança Nacional numa atitude injustificável, pronunciou-se, há tempo, contra o registro de um sindicato agrícola do sul do País. Isso bastou para que o Ministério do Trabalho firmasse Jurisprudência sobre o assunto, de modo que não se pôde mais legalizar associações desse tipo. Foi preciso que o Supremo Tribunal Federal, em acórdão do fim de ano de 1961, portanto, recentíssimo, julgando um mandado de segurança impetrado em favor do registro de um desses sindicatos, pusesse abaixo aquela decisão discriminatória e contrária ao princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei. Em todo o país, desde que se conseguiu registrar o primeiro sindicato agrícola, há vinte anos, no município de Campos, Estado do Rio, até os nossos dias, somente seis sindicatos desse tipo foram legalizados. Apenas seis e funcionando precariamente. (Julião 1962, p. 54)

Os primeiros Sindicatos – a exemplo do que ocorrera anteriormente com as Ligas Camponesas - foram organizados legalmente sob forma de associações, assim fugiam da retrógrada Legislação Trabalhista. Mais tarde, com as melhorias na Legislação Sindical implementadas no governo João Goulart, o reconhecimento dos Sindicatos potiguares foi rápido e fácil, devido a estratégia anteriormente utilizada.

Os sindicatos do Litoral foram quase todos fundados em 1961, sendo que a ação da Igreja se adentrou pelo Seridó e, também, na zona oeste do Estado. Mas, no Litoral, foi onde se concentrou o trabalho de organização sindical. Nesse sentido, há uma dupla preocupação da Igreja, enquanto prática, que extrapola os limites de sua ação evangelizadora: desenvolver uma atividade que está comprometida com a classe trabalhadora, visando o Bem Comum. Por outro lado, proteger o trabalhador rural contra os esquerdistas e comunistas, que ameaçam invadir e ganhar para si as bases que deverão ser da Igreja. (Cruz 1982, p. 66)

O primeiro sindicato a ser fundado foi o de Serra Caiada, sendo sucedido pelas agremiações de Macaíba, São José do Mipibu, São Paulo do Potengi, Pendências, Ceará

Mirim, Canguaretama, Santana do Matos. Estes Sindicatos dão origem a Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, em 01/01/1962. A entidade amplificou a atuação sindical, coordenando a fundação de novos Sindicatos, reunindo os trabalhadores nas reivindicações comuns, organizando manifestações de grande porte. O primeiro presidente da Fetarn foi José Rodrigues Sobrinho, que participara da criação do Sindicato de Pendências.

E foi um processo doloroso, você criar sindicato em 1960, o tamanho da terra determinava o poder político, o poder de cada cidadão. Você sabia que era meeiro, parceiro, arrendatário ou simplesmente assalariado. Em cima disso foi se trabalhando, foi se conscientizando. Chegamos a fundar Sindicato em Pendências, mais outros companheiros de outros municípios fundaram, criaram a Federação e eu fui eleito o primeiro presidente da Federação. Começamos a Sindicalização no Estado. A Federação passou a ser uma referência para os trabalhadores. Os trabalhadores sabiam que existia no Estado um órgão que defendia eles, o assalariado, o arrendatário nas regiões mais conflitantes. Onde o poder econômico era mais agressivo nós estávamos muito presentes com muita força.⁵⁰

O trabalho consegue tamanha eficiência, que foram fundados, em 1961, 16 sindicatos reunindo cerca de 12 mil associados. Em 1962, são criados mais nove, elevando o número de associados para cerca de 22 mil. Tais números citados na edição de 20/05/1962 do jornal *A Ordem*, expressam o otimismo com que era encarada a crescente organização de trabalhadores no campo. O ano de 1962 foi decisivo, devido à criação da Fetarn, a fundação de novos Sindicatos, e também pelo reconhecimento de agremiações que já estavam em funcionamento⁵¹.

Os mais conservadores estranhavam a participação incisiva da Igreja Católica no projeto de Sindicalização Rural. Mas os católicos seguiam apoiando o movimento, que ao final de 1962 já contava com uma estrutura significativa em operação.

Muitos manifestaram-se contrários a idéia inicialmente defendida pela Arquidiocese de promover uma intensa campanha de Sindicalização do homem do campo. No entanto o movimento gerado pelo Serviço de Assistência Rural

⁵⁰ Entrevista de José Rodrigues Sobrinho concedida ao autor, em novembro de 2004.

⁵¹ O jornal *A Ordem* anuncia com o entusiasmo peculiar, na edição de 19/05/1962: “Mais uma vitória acaba de alcançar o movimento sindical no Rio Grande do Norte com o reconhecimento por parte do ministério do trabalho, dos sete primeiros sindicatos de trabalhadores rurais do estado”.

alargou-se pelo estado deixando já de ser um mito para tornar-se uma realidade impressionante e uma força que anima o meio rural a procurar melhores dias no futuro. Em cada cidade norterio-grandense, se não existe ainda o Sindicato pelo menos já circulam as notícias de que dentro em breve será fundada uma organização apolítica, visando unicamente o bem estar do trabalhador rural. É de se exaltar a responsabilidade de que estão imbuídos os trabalhadores camponeses no Rio Grande do Norte, uma vez que toda esta campanha de sindicalização está sendo feita através dos próprios homens do campo, dando a cada um tarefas que concretizadas trazem benefícios para toda a comunidade ligada a organização profissional. Muitos pensam ser uma campanha feita pelos vigários das paróquias interioranas. Verdadeiramente, há uma grande participação dos padres orientadores das comunidades, no que concerne ao planejamento de atividades organização de reuniões e etc. No entanto a vida dos Sindicatos Rurais depende na razão direta do trabalho desenvolvido por cada associado. E essa responsabilidade vem sendo observada, motivo pelo qual se explica o progresso do movimento nas cidades norterio-grandenses até o presente momento.⁵²

Os padres e o bispo deixam bem claro o seu posicionamento quanto aos sindicatos. Para eles os sindicatos não poderiam ter posicionamento político, isto é, seriam organizações neutras, distanciadas de qualquer influência partidária, seja por parte de trabalhistas, nacionalistas ou comunistas.

Organização apolítica? Nem todos os católicos acalentavam a aspiração de ajudar na construção de Sindicatos sem participação política, até porque este é e sempre foi um desejo impossível. Enquanto o clero católico no Estado desejava que as organizações sindicais fossem conciliadoras, moderadas, pouco afeitas a lutas incisivas, os jovens ligados aos grupos organizados católicos não deixavam de falar em atuação política marcante. Embora os sindicatos fossem apartidários, logo começariam a atuar na politização e influenciar as eleições.

As Escolas Radiofônicas também cresciam, atingindo cerca de 20 mil alunos (Cruz, 1982), algo de suma importância para a politização de trabalhadores no Rio Grande do Norte. Ou melhor, quando os sindicalistas procuravam conversar com os demais trabalhadores, já encontravam pessoas que tinham experiência na formação de grupos e estavam interessadas em ganhar maior participação na sociedade. Aqueles que viviam no campo tinham na Rádio Rural uma ponte para a reflexão sobre sua realidade. Além disso, o trabalho de educação ajudou a diminuir o analfabetismo no interior. Quanto a este problema, os dados eram mais do que aterradores. Números estabelecidos por pesquisas

⁵² Notícia extraída do jornal *A Ordem*, 05/05/1962.

feitas pelo Movimento de Educação de Base fazem menção a taxas de analfabetismo oscilantes entre 76,1% e 66,3% em diferentes áreas do interior potiguar⁵³.

Diante deste problema, ganhavam importância os movimentos educacionais. Ao ajudar na aprendizagem dos trabalhadores, os educadores rurais não só ensinavam a ler e a escrever, mas também a conhecer melhor a própria realidade. Como se pode observar, os movimentos voltados para a educação, a Igreja Católica e os Sindicatos estiveram indissolúvelmente relacionados. Estes elementos criaram um clima de otimismo, que apontava para expansão dos movimentos sociais atuantes no Estado.

Os padres também eram chamados a seguir apoiando a formação de sindicatos. Dom Eugênio Sales organizava diversos cursos destinados a discutir as novas ações relativas ao Sindicalismo, a educação e a assistência social:

De 22 a 27 de fevereiro realizar-se-á em nossa capital um curso de extensão universitária para padres do estado e de outras unidades da federação. O temário já organizado prevê exposições a cerca do sindicalismo e educação popular, assuntos de grande atualidade. Todos os vigários interioranos participarão deste curso que possibilitará um aprofundamento na doutrina social da Igreja.⁵⁴

A participação da Igreja Católica às vezes se manifestava de maneiras insólitas. Segundo relato do padre Penha⁵⁵, a sindicalização recebeu um ativista inesperado. Ao visitar algumas comunidades, Frei Damião ordenava aos trabalhadores que se inscrevessem nos Sindicatos, do contrário não seriam considerados católicos e iriam para o inferno.

O Sar serviu de esteio para a expansão sindical, organizando cursos, participando da formação de lideranças, fornecendo apoio logístico e financeiro. A Rádio Rural e o jornal *A Ordem* divulgavam paulatinamente as notícias do sindicalismo: reuniões e atividades formativas; dias em que equipes do Sar visitariam comunidades; ameaças e atos de violência feitos contra sindicalistas e trabalhadores; atividades propostas pelos sindicatos.

Mas o que não ficava explícito nas páginas de jornal ou no som da rádio, é que cresciam as discordâncias, mesmo dentro dos grupos ligados à Igreja Católica. Muitos

⁵³ Dados citados por Ferrari (1968, p. 163), provenientes de levantamentos realizados pelo Movimento de Educação de Base.

⁵⁴ Notícia extraída de *A Ordem* 13/01/ 1962.

⁵⁵ Entrevista de Padre João Penha ao autor, 21/01/2005.

militantes do Movimento de Educação de Base, entre eles os estudantes da Juventude Estudantil Católica e da Juventude Universitária Católica, desejavam ir além das orientações da Igreja, descontentes com a postura conciliadora do clero.

Embora o Meb trabalhe, lado a lado com a Igreja, na medida em que o processo vai se aprofundando, aprofundam-se também as divergências, em termos de orientação. A Igreja Católica continua a desenvolver sua ação numa linha reformista, calcada na Doutrina Social da Igreja (embora isso pareça, para muitos, um avanço). O Meb, formado na sua maioria por militantes da Ação Católica – notadamente, Jec e Juc –, com base no seu lema *Educar para transformar*, procura desenvolver no homem do campo uma visão crítica da realidade. (Cruz 1982, p.96)

O material empregado na educação e o discurso dos educadores revelam que havia uma preocupação crescente com a formação de senso crítico. Isso fica evidente quando observamos frases como *“O camponês quer justiça em seu trabalho”* ou *“votar bem é lutar para acabar com a ignorância, a fome e a doença”*. Estes e outros lemas eram empregados regularmente nas aulas, apareciam sistematicamente nos textos, nas cartilhas, nos programas de rádio. Assim, verifica-se um aprofundamento da relação entre educação e política, que ocorre de modo simultâneo ao avanço do Sindicalismo. Entretanto, conforme lembra Cruz (1982, p. 117) a hierarquia católica não acompanhou este avanço.

Na visão da assistente social e educadora Safira Bezerra Ammam, havia uma forte integração entre as ações educacionais e a criação de Sindicatos. Os cursos ministrados pelo Sar eram essenciais para a formação de lideranças atuantes:

Houve vários depoimentos naquele encontro da semana passada...⁵⁶ Um foi de Honório, que passou por um curso desses. José Rodrigues também, Severina Garcia também. Já algumas pessoas, um dia desses me telefonou uma pessoa, uma ex-aluna minha da década de 50, 1953 eu acho, me dizendo: Safira, aquilo marcou minha vida seguinte. Eu nunca mais fui a mesma depois daquele curso. Esse curso

⁵⁶ Em seu depoimento Safira Bezerra Ammam faz referência ao I Seminário de Memória Camponesa, acontecido entre 20 e 21 de janeiro de 2005, em Natal. O lugar escolhido para sediar o evento foi o centro de treinamento da Igreja Católica, em Ponta Negra, onde há quarenta e um anos começaram a ser organizados os cursos de sindicalização. Este encontro foi promovido pela Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte. Na oportunidade, alguns Sindicalistas atuantes na formação dos Sindicatos e da Federação dos Trabalhadores Rurais estiveram presentes e lembraram parte da trajetória vivida pelo movimento, as dificuldades e as conquistas.

que ela fez foi de 6 meses aqui em Ponta Negra. No início eram muito longos os cursos. A duração era maior. Então isso me deixa gratificada, porque não só as pessoas se organizaram em nível local, mas para vida futura delas teve uma influência⁵⁷.

A importância das ações voltadas para a educação foi verdadeiramente preponderante para muitos jovens que viviam no campo, colocando-os em contato com uma visão crítica da realidade. As escolas radiofônicas formaram muitas lideranças para os Sindicatos, alguns entre estes permanecem até hoje, como é o caso de Francisco Urbano de Araújo Filho, que já exerceu cargos de importância regional como presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Mas os Sindicatos não eram a única via de participação para os educandos das escolas radiofônicas. Muitos avançaram nos estudos e foram compor posteriormente os quadros do Sar, atuando até mesmo nas próprias escolas radiofônicas.

A trajetória da assistente social Severina Garcia vem a ilustrar esta questão. Nascida em 1942, na zona rural do município de Santo Antônio, a jovem Severina Garcia teve pouco acesso a serviços de saúde e educação, como os demais moradores do campo. Aprendera a ler, com a ajuda de sua irmã mais velha, que por sua vez tinha estudado com uma agricultora. Quando a Escola Radiofônica foi fundada, chega a chance de estudar mais, abrindo perspectivas para conhecer melhor a própria realidade.

Em 1960, Padre Raimundo Barbosa, que era o vigário de Santo Antônio, era muito amigo do meu pai e fala com meu pai para criar uma escola radiofônica nesse lugar, Lagoa Seca, que a gente morava e hoje é o município de Serrinha. Serrinha era povoado, não era município, então todo o nosso movimento era em Santo Antônio. Em 1960, Padre Raimundo fala para meu pai... a essa altura já tinha uma professora da Paraíba, que o pai dela comprou uma terra lá, vizinha a minha avó... e aí veio morar esse senhor, lá de Jacaraú, veio morar e trazer um filho e duas filhas e a esposa ficou lá em Jacaraú com as outras filhas. Então uma era professora, ensinava até o primário. Eu já tinha vontade de ir pra escola, mas meu pai era meio brabo, e também eu trabalhava. Padre Raimundo falou pra ele que tinha essa escola radiofônica, ensina através do rádio e se ele não se interessava de criar uma escola em Lagoa Seca, que tinha várias famílias, Lagoa Seca, Bom Fim, Pedra Branca, quer dizer, várias localidadezinhas que tinham uma população enorme, a população maior ainda era do campo... aí meu pai falou com Lourdes Santos, essa professora que era uma referência importantíssima pra qualquer pessoa que fosse estudar movimentos sociais, a partir das escolas radiofônicas

⁵⁷ Conforme entrevista concedida por Safira Bezerra Ammam ao autor em 25/01/05.

naquela região, ela foi a referência número um. Meu pai, como Padre Raimundo e as pessoas que tinham essa visão, e aí se interessaram e ela topou a parada. Então, em 60, se criou essa escola radiofônica... e aí ela ensinava às crianças no dia e à noite aos adultos, através dessa escola... pelo rádio, que até então era do SAR⁵⁸.

Severina Garcia passou da condição de estudante a monitora da Escola Radiofônica, o que mostra as possibilidades abertas pelos projetos de ensino: homens e mulheres do campo teriam um maior incentivo para construir a própria emancipação⁵⁹. Posteriormente, ela foi mais uma das pessoas que auxiliavam o nascimento e o desenvolvimento de entidades sindicais, indo trabalhar no Sar.

Na visão de Francisco Urbano Araújo Filho, as Escolas Radiofônicas apresentaram grande relevância. Ele – assim como Severina Garcia, José Rodrigues Sobrinho e grande parte das pessoas que viviam no meio rural – vivera sem acesso a educação e saúde de qualidade, em lugares em que a pobreza crônica compunha a paisagem social. Os grupos formados com a finalidade de receber informações pelo rádio eram mais um elemento para facilitar a difusão de entidades representativas. Os estudantes descobriam a importância de atuar conjuntamente para resolver os problemas vividos nas comunidades. Grupos organizados de orientação católica como a Juventude Agrária Católica foram também essenciais nesse processo de agregação entre os trabalhadores rurais, conforme fica explícito no depoimento de Francisco Urbano⁶⁰:

Primeiro minha irmã começou a trabalhar com a Jac. Ela fez o treinamento lá e passou a ser uma das articuladoras da Jac, em São Paulo do Potengi, numa comunidade chamada Várzea Fria, próxima de Riachuelo. A partir dela ser uma coordenadora da Jac, depois ela foi ser monitora de Escola Radiofônica. E aí tinha um radinho daquele e eu pude completar minhas informações. E não foi nem só a leitura fundamental, foram as informações que a gente não tinha antes, a Rádio Rural passava a ser muito importante nas informações, *A Ordem* era um instrumento dos mais importantes e aí inclusive com as notícias do movimento sindical.

⁵⁸ Conforme entrevista concedida pela professora Severina Garcia ao autor, em 10/11/2004.

⁵⁹ Atualmente Severina Garcia é professora Doutora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Isto permite imaginar o quanto as Escolas Radiofônicas e demais iniciativas educacionais serviram não só para apoiar os Sindicatos, mas também para abrir novos caminhos para as pessoas, permitindo-lhes criar grupos, compreender melhor o contexto social no qual viviam, buscar novos rumos para os próprios destinos.

⁶⁰ De acordo com entrevista concedida ao autor em 21/01/2005.

As informações disseminadas pelos veículos de comunicação católicos – O jornal *A Ordem* e a *Emissora de Educação Rural (Rádio Rural)* – permitiram que as pessoas soubessem o que estava sendo feito no movimento sindical. Por outro lado, proximidade entre Jac e Sindicatos ajudava a conduzir pessoas às entidades de classe.

Não tardou para que o jovem Francisco Urbano fizesse um curso de líder rural pelo Sar. Ele passaria a convidar outros trabalhadores, divulgando o Sindicato na zona rural de São Paulo do Potengi, cidade em que morava.

A partir disso, é que um certo dia em 1961, eu me lembro bem o dia, dez de dezembro de 1961, eu estava jogando bola no meio da calçada com uns colegas, monsenhor Exedito passou e ele já me conhecia. Ele me disse: Ô Chico – ele me chamava de Chico – eu quero que você vá fazer um curso de Sindicalismo. Eu perguntei: quando? Ele respondeu: Amanhã. Isso era no sábado. Eu tinha que ir para São Paulo do Potengi, para depois ir para Natal. Quer dizer foi uma loucura, mas eu me entusiasmei com aquilo. Corri em casa, minha mãe ajeitou uma roupa, arrumei numa malinha de madeira. Consegui dar uma lavada na rede, ainda chegou meio molhada aqui no Pium. Então eu fiz o meu primeiro curso, entrei no Sindicato a partir disso. Monsenhor me convidou para vir pra esse treinamento, passei aqui onze dias fazendo curso e aí voltei com uma missão: para ser líder rural. Eu não era dirigente nenhum. Líder rural tinha a obrigação de visitar as comunidades, convidar o pessoal para entrar no Sindicato. Isso aí eu fiz até 1962. Em 62 eu fui eleito suplente da diretoria e aí começou a vida sindical. De 1962 até 1965 lá em São Paulo do Potengi. Em 65 depois do golpe, o presidente que era uma pessoa que não era bem um camponês, ele tava ajudando... Daí eu assumi a presidência em 1965, saí muito cedo da minha cidade, São Paulo do Potengi. Porque já em 67, eu vim para a Federação como vice presidente. do Sindicato⁶¹.

Depois de intensa atuação na localidade de São Paulo do Potengi, Francisco Urbano passa a exercer funções diversas na Fetarn, chegando a ser eleito presidente da Federação.

Aos poucos mais e mais trabalhadores se envolviam com a construção dos sindicatos, possibilitando que crescesse a importância política e a representatividade destas instituições. À medida em que se incrementava o número de Sindicatos Rurais e Trabalhadores Rurais Sindicalizados, a representatividade, isto é, a influência das organizações sindicais na sociedade crescia de modo evidente. Já não era possível negar o direito à organização em entidades de classe, já não era possível impedir que os trabalhadores ocupassem seu lugar na arena política.

⁶¹ Conforme entrevista concedida por Francisco Urbano de Araújo Filho ao autor em 21/01/2005.

Portanto, o trabalho de organização sindical ganhou força a partir de 1963, conquistando cada vez mais notoriedade. Este fato se tornou mais evidente diante das mobilizações dos trabalhadores rurais no primeiro de maio daquele ano, em que milhares de trabalhadores se reuniram para sair em passeatas nas suas cidades. Logo a representatividade dos Sindicatos e da Federação dos Trabalhadores Rurais passaria por testes rigorosos.

Onde o poder econômico era mais agressivo nós estávamos muito presentes com muita força. Nós estávamos presentes no vale do Ceará-Mirim com muita força com um sindicalismo forte; nós estávamos na Zona Canavieira; nós estávamos na concentração do latifúndio que era a região de Nova Cruz, aonde nós temos a maior propriedade em área contínua, talvez até do Nordeste, que era a Lapa. Fazenda Lapa, onde tinha o cambão⁶².

Na fazenda Lapa – um latifúndio que detinha terras desde o município de Goianinha até a divisa com a Paraíba – os trabalhadores não tinham seus direitos sociais respeitados, eram constantemente ameaçados de serem expulsos de terras em que trabalhavam há anos, sem receber qualquer tipo de indenização. A pobreza permanecia arraigada diante das condições injustas a que eram submetidos os moradores. O cambão era uma prática comum naquela fazenda e em seus arredores, simbolizando a extrema exploração dos trabalhadores no campo, até o início dos anos 1960. O jornal *A Ordem* - na edição de 3/02/62 - menciona a animosidade entre proprietários e moradores daquele latifúndio, relatando a resistência dos trabalhadores⁶³:

⁶² Conforme entrevista concedida por José Rodrigues Sobrinho ao autor em 10/10/2004.

⁶³ Na mesma edição do jornal há comentários a respeito de outros incidentes nas proximidades de Nova Cruz: “Outros casos de expulsão sem, no entanto, a prática de violência foram alegados na propriedade de Francisco Cândido, em Lagoa do Congo, e de José Costa, em Boqueirão, entre Araruna na Paraíba e Nova Cruz neste estado. Na mesma região como exceção à maneira pacífica, verificou-se o seqüestro de um trabalhador com participação de dois policiais de Araruna, para que o mesmo trabalhador declarasse perante companheiros de trabalho que realmente quem manda na fazenda do senhor Valdomiro Lira é ele mesmo, sendo o benefício que ia receber o resultado de um acordo que o patrão livremente efetuou. Em resumo: finalizando este jornal condena a ação inexplicável por todos os pontos de vista de patrões que não querem a prática de uma justiça social autêntica. O trabalho pela sindicalização vai prosseguir cada vez com maior intensidade e entusiasmo até que o empregado rural seja elevado a uma situação de dignidade e possa discutir os seus direitos com liberdade e segurança.”

Relatam os reclamantes que sendo alguns deles residentes em terras da Lapa há mais de 60 anos, estão sendo expulsos sem qualquer indenização pelas benfeitorias que ali produziram. Como ponderassem aos proprietários que a indenização deveria preceder a retirada, foram até ameaçados de morte, tendo as suas casas rondadas freqüentemente por conhecidos malfeitores. Citaram casos em que houve notificação judiciária procedida pelo proprietário, mas em que a pressão para a imediata retirada foi da mesma veemência. Em dias desta semana vieram a esta redação, trabalhadores rurais de Nova Cruz para externar a sua revolta contra a expulsão de que estavam sendo vítimas, pelos atuais proprietários da fazenda, Os senhores Luiz Moreira Neto, Severino Agostinho, Antonio Moreira e José Marques Moreira. A única razão deste procedimento dos proprietários é a circunstância de haverem os trabalhadores se filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Cruz e conseqüentemente, alertados dos seus direitos e deveres não se deixarem mais facilmente enganar. Alegaram os trabalhadores reclamantes que o Sindicato os estava assistindo eficientemente nesta luta e que sua viagem a esta capital se tinha verificado principalmente para que comparecessem perante o advogado da sua entidade de classe. Disseram mais que contra as ameaças de morte, ou espancamento e a expulsão violenta tinham oferecido queixa crime além de um pedido de providências imediatas formulado pelo Doutor secretário de segurança pública. Contra as notificações judiciais ou ações estava o advogado preparando a necessária contestação.

A criação do Sindicato mobilizou muitos trabalhadores nas fazendas próximas a Nova Cruz, atraindo a ira dos patrões e impedindo que os apoiadores das Ligas Camponesas conquistassem a adesão de um número significativo de pessoas em toda a região.

O Sindicato de Nova Cruz entrou na justiça contra a retirada das famílias que estavam sendo ameaçadas, o que criou uma situação rara no estado, naquela época: trabalhadores rurais em disputa judicial trazendo os grandes fazendeiros aos tribunais. O julgamento aconteceu diante de intensas pressões por parte dos latifundiários, que resultavam em ameaças aos trabalhadores e às suas testemunhas. Restava aos trabalhadores responderem com firmeza, resistindo, mantendo a união que era o fundamento de sua força política.

Muitos conflitos, muitos conflitos ali houve. O mais interessante é que a Lapa tornou-se um símbolo da luta camponesa na região toda, expandiu para Paraíba e isso que fez com que as Ligas não chegassem. Tentou-se lá um pouco, mas não houve nenhum movimento, nenhuma adesão à Liga porque o sindicato da região era muito forte, era muito combativo⁶⁴.

⁶⁴ Conforme entrevista concedida por José Rodrigues Sobrinho ao autor em 10/10/2004

Segundo José Rodrigues, a atuação dos trabalhadores organizados em torno do Sindicato foi tão intensa que as expulsões foram evitadas e o cambão foi extinto naquela área. A justiça decidiu pela continuidade dos trabalhadores na terra. Mas os benefícios foram além. A vitória foi importante a ponto de permitir que os trabalhadores determinassem o resultado na eleição para o maior município da região: Nova Cruz.

Na Lapa houve tiroteio, na Lapa nós acabamos com o cambão, na Lapa nós demos uma demonstração de força política, aonde foi eleito um prefeito e a Lapa foi responsável por esta eleição. Zé Peixoto foi o primeiro mandato lá em Nova Cruz. Na Lapa tinha mais de seis mil famílias. Foreiros, moradores... O pessoal dizia que tinham mais de 40 mil pessoas. Moravam na Lapa crianças, jovens e adultos. Era muito grande a Lapa. Fazia divisa com a Paraíba e vinha aqui no Rio Grande do Norte até Goianinha, no posto de gasolina dos Moraes ali, atingia tudo isso e houve tiroteio. Nós chegamos no ponto em 1964 do domínio da propriedade era feito pelos trabalhadores...⁶⁵

De fato, o leste do Rio Grande do Norte se transformou numa área fértil em Sindicatos atuantes, capazes de grandes mobilizações. Um outro exemplo disso foi greve na fazenda de Maria Vaqueiro, organizada pelo Sindicato de Ceará Mirim. Na Zona Canavieira, que abrange municípios como Ceará Mirim, a situação de miséria estimulou a ocorrência de intensas mobilizações. Os patrões não reconheciam uma série de direitos sociais. As condições de trabalho eram ruins, conforme relata o sindicalista José Martins da Cruz⁶⁶.

Havia mais de 30 mil trabalhadores assalariados. Estes homens eram abandonados, eram tratados como animal de bagaceira, estes homens trabalhavam dia e noite, sem um subsídio social sequer. Lá ninguém tinha décimo terceiro mês, não tinha férias, não tinha abono, não tinha nada. Só o homem é que era máquina, e fazia aquelas empresas açucareiras moer. Porque a cana era levada para a esteira das usinas, nos molhos que trabalhadores carregavam nas costas e jogavam dentro da esteira. Aparecia trabalhadores, que dizia: eu não posso mais trabalhar que estou doente. Ia pra casa. O vigia ia atrás, chegava lá na casa do trabalhador, que trabalhou até a meia noite. Pegava os troços dele, jogava no terreiro, botava ele de casa para fora. E eu lembrei deste momento de sofrimento, deste momento de tortura. O Sindicato foi criado sob a pressão dos patrões.

⁶⁵ De acordo com entrevista concedida por José Ferreira Sobrinho gravada pelo autor em 10/10/2004.

⁶⁶ Depoimento gravado pelo autor, durante o I Seminário de Memória Camponesa realizado em Natal, nos dias 20 e 21 de janeiro de 2005.

Na intenção de melhorar as condições de vida, os trabalhadores fundaram o Sindicato de Ceará Mirim, sob a liderança de José Martins da Cruz. A oposição dos grandes proprietários de terras e dos empresários do açúcar era renitente, mas o trabalho avançou, tendo o apoio da Igreja Católica e dos universitários.

A Juventude Estudantil Católica (Jec) tinha um papel de alta relevância, pois os estudantes estavam presentes em diversas localidades do interior, nos finais de semana ou nas férias. Os acadêmicos de Direito tinham participação destacada no apoio aos sindicatos. Eles auxiliavam o trabalho de organização sindical e também contribuíam de maneira decisiva nos movimentos educacionais. A participação dos estudantes nos cada vez mais efervescentes movimentos sociais, abrangendo desde a educação até a organização sindical, marcou a década 1960.

A presença de movimentos estudantis na Sindicalização Rural ilustra a solidariedade entre pessoas de origens diferentes, mas sensíveis a problemas que não lhes afetavam diretamente. Este sentimento ajudou a incentivar o trabalho dos líderes rurais, pois eles sabiam que encontrariam algum tipo de respaldo nas cidades, seja proveniente da Igreja Católica, dos estudantes, dos comunistas ou das assistentes sociais.

De fato, se por um lado a resistência às aspirações dos oprimidos no campo eram robustas, a atuação das correntes progressistas era expressiva. E assim, quando José Martins da Cruz fundou o Sindicato, sabia que não estaria sozinho:

Eu comecei a luta, comecei a discutir os problemas da exploração dos patrões, a fazer reuniões em barracas de palha, da campanha de Pé no chão também se aprende a ler, incentivar o trabalhador e o apoio era um apoio seguro, era um apoio honesto, era um apoio de coragem. O homem estava se sentindo cada vez mais explorado, como uma peça humana. E nós trazia a realidade dos fatos. E graças a este trabalho que nós tivemos, não sozinho, mas a equipe de gente. Eu também tenho as minhas considerações, uma equipe de acadêmicos de direito, que saia de Natal nas suas férias e ia para choupaninha de Zé da Cruz, lá na fazenda em Ceará Mirim. Ô meu Deus... Era difícil. Eu sentia a presença de Marcos Guerra, eu sentia a presença de Jardelino, e mais outros acadêmicos que iam para lá, iam me

fortificar, para eu ter força para que eu lutasse e não ter medo da pressão daqueles que queriam me matar.⁶⁷

Após a fundação do Sindicato, a luta por direitos sociais ganha amplas condições de se efetivar. Na localidade de Maçangana, em Ceará Mirim, foi desencadeada uma greve que envolveu diversas fazendas:

Em Ceará Mirim nós tivemos 43 dias de greve na Zona Canavieira. A Zona Canavieira nós aproveitando a greve da zona da banana, na área de fazenda de banana e nós organizando a greve que iria estourar em Maio. No 1º de Maio todas as usinas destes Estado estariam em greve, porque a gente estava preparando greve, organizando porque era muito complicado uma greve tinha que pegar todos os setores da usina para parar. Era onde tinha greve organizada e bem estruturada.

Entre o final de 1963 e o início de 1964 o fortalecimento dos movimentos sociais no campo se torna evidente, diante do crescimento da atividade sindical. Era cada vez mais difícil ignorar a presença dos trabalhadores, diante de conquistas notáveis.

As divergências entre o clero católico e lideranças rurais começam a aparecer, diante do conflito de interesses. Enquanto os sacerdotes da Igreja Católica desejavam soluções advindas da conciliação, as lideranças rurais e as pessoas que assessoravam o movimento – principalmente assistentes sociais e estudantes – tinham um posicionamento mais avançado, em que os objetivos eram Reforma Agrária, respeito aos direitos sociais e conquista de ampla liberdade política.

Sindicalistas e simpatizantes do movimento social no campo buscavam maior autonomia em relação às idéias eclesiásticas. A intenção de fugir da tutela levou a discussões internas e a tentativa de organizar um novo órgão voltado para educação, que seria a Universidade Popular.

⁶⁷ Depoimento gravado pelo autor, durante o I Seminário de Memória Camponesa realizado em Natal, nos dias 20 e 21 de janeiro de 2005.

Isso foi perseguido inclusive pelo próprio movimento que organizou uma Universidade Popular para orientá-la, porque já estava havendo alguma discrepância entre a orientação do Sar e os desejos, as aspirações do sindicalismo. Houve algumas cisões, não abertas, mas houve algumas cisões. Em relação ao Meb aconteceu, talvez tenha sido a mais clara, foi do Meb... Porque as Escolas Radiofônicas começaram em Natal, e serviram de modelo para muitos outros estados do Brasil. Depois foi organizado o Meb, o Movimento de Educação de Base, com articulação na Igreja, mas também com uma independência institucional. E o Meb avançou rapidamente, o Meb nacional, para uma visão mais de esquerda, inspirada no marxismo. E aqui localmente não havia muita aceitação. Houve inclusive exclusão de pessoas, das Escolas Radiofônicas de Natal, que estavam mais comprometidas com o Meb nacional. Houve uma tentativa de doutrinação, de separar pessoas desta ou daquela visão política, com o objetivo de manter o movimento naquela linha já determinada.⁶⁸

O gradual alinhamento dos Sindicatos e da Federação a idéias mais avançadas abriu discussões entre os apoiadores do movimento nas cidades. As divergências também estremeceram a relação entre Dom Eugênio Sales e José Rodrigues Sobrinho. O sindicalista já não seguia estritamente as orientações do bispo, que desejava manter uma linha moderada para os Sindicatos.

Com a Igreja, foi isso. A Igreja tinha tipicamente, depois ela me jogou e nós tivemos problemas. Eu tive problemas com o governo de Aluizio, pra você ter uma idéia o que eu criei no movimento sindical, eu tive problemas com a Igreja. Tive problemas sérios com a Igreja. Tivemos que romper um tempo, não foi amistosa a situação, foi uma situação muito difícil. Porque já havia toda uma consciência política, que o movimento enfrentava e não podia recuar. Houve uma pressão para que recuasse. Mas não havia mais caminho de volta. Os trabalhadores da área já tinham traçado seu caminho.⁶⁹

5.3 AS LIGAS CAMPONESAS NO RIO GRANDE DO NORTE

Esse clima de mudança levava muitos dos que se preocupavam com os destinos do país a acreditarem que algo seria modificado. Havia uma tendência à conscientização das pessoas quanto aos seus direitos e a desigualdade social. O destino sugerido pelos fatos parecia conduzir a duas possibilidades: o enraizamento, crescimento, florescimento da

⁶⁸ Conforme entrevista concedida por Safira Bezerra Ammam ao autor, em 25/01/2005.

⁶⁹ Conforme entrevista de José Rodrigues Sobrinho ao autor, em 10/10/2004.

ordem democrática; ou a instituição de mecanismos persecutórios que pulverizassem a minúscula semente de liberdade política recém plantada.

Na Paraíba e em Pernambuco, as Ligas Camponesas reuniam milhares de camponeses, em cidades não muito distantes terras potiguares. Essa movimentação intensa nas proximidades da divisa entre Paraíba e Rio Grande do Norte deixava de sobreaviso os opositores do movimento, preocupados com a possibilidade real de expansão, atingindo o Rio Grande do Norte.

As realidades no meio rural na Paraíba, no Rio Grande do Norte e em Pernambuco apresentavam algumas semelhanças, no início da década de 1960. Portanto, não causa espanto a ocorrência de conflitos, em que foreiros tentavam resistir à expulsão, em que trabalhadores lutavam pelos direitos trabalhistas.

Mas ao contrário de Pernambuco e Paraíba, para o Rio Grande do Norte seria bem difícil estabelecer Ligas Camponesas. Faltava mais do que apenas a mobilização de algumas lideranças e alguns militantes, para que as Ligas Camponesas chegassem aos campos potiguares. Só no final de 1963, quando as Ligas estão em crise, é que são feitos alguns esforços neste sentido. Ou melhor, quando acontece a tentativa de implantar as Ligas Camponesas no Rio Grande do Norte, os Sindicatos já estavam em plena marcha, já tinham ocupado os espaços políticos, contando com condições muito mais favoráveis ao seu desenvolvimento.

Entretanto, mesmo em condições desfavoráveis, alguns militantes tentam implantar Ligas Camponesas no Estado. Neste momento houve a participação de Floriano Bezerra de Araújo, natural de Macau. Ele era filho de Venâncio Zacarias de Araújo, um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal localizado em Macau. A exemplo do pai, Floriano também ingressara na vida sindical, chegando ao cargo de presidente daquela instituição. Contudo, procurou participar da política partidária, filiando-se ao PTB e candidatando-se a deputado estadual. Na primeira tentativa, em 1954, chegou à suplência e na segunda, em 1958, foi eleito, conquistando em 1962 a reeleição.

Floriano fora presidente do sindicato dos trabalhadores na extração do sal de Macau, cidade na qual nascera. Como os salineiros eram trabalhadores temporários, que passavam parte do ano desenvolvendo a agricultura, o deputado percebe um potencial voltado para organização quanto ao problema agrário.

Durante o governo Jânio Quadros, Floriano procura criar sindicatos e conquistar apoio político entre os trabalhadores. Entretanto, Dom Eugênio Sales consegue ocupar o espaço na orientação de organizações sindicais:

Era preciso levar justiça social aos campos. Por isso então, eu como líder sindical dos trabalhadores em salinas resolvi fundar o Sindicato dos Trabalhadores na Extração da Cera da Carnaúba do Vale do Açú. E ao mesmo tempo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Afonso Bezerra. Feitas essas duas fundações, então o maioral da Igreja Católica aqui, Dom Eugenio Sales, na época, foi ao Rio de Janeiro no governo Jânio Quadros e trouxe uma carta sindical *sui generis*, que abrangia 15 municípios, entre os quais os dois que eu havia fundado, os dois primeiros sindicatos. Eu já achei que aquela força não queria que a gente chegasse ao campo com justiça social⁷⁰.

Percebendo que os caminhos institucionais para a fundação de sindicato estavam fechados, o deputado estadual Floriano Bezerra de Araújo toma conhecimento das Ligas Camponesas, através das informações veiculadas pela imprensa. Entra em contato com Francisco Julião e procura implantar as Ligas Camponesas no Rio Grande do Norte, no ano de 1963. Floriano viaja a Pernambuco, visitando as principais Ligas camponesas daquele estado, observando o modo como os trabalhadores se organizavam.

Então eu fui a Recife e passei quatro dias conversando com o grande líder das Ligas Camponesas na época, Francisco Julião, pedi para ele me levar às Ligas básicas fundamentais lá de Pernambuco. Ele me levou a Sirinhaém, levou à cidade do Cabo, levou à Zona da Mata e levou ao Engenho Galiléia. Onde eu pude me abeberar de tudo o que estava ocorrendo no movimento das Ligas. Então voltei ao Rio Grande do Norte, 30 dias depois com outros companheiros daqui, fundamos a Liga Camponesa no Estado do Rio Grande do Norte, em Baía Formosa, numa noite muito bonita de lua cheia, no meio de arbustos, que nunca mais esqueci.

Com a participação de outros companheiros de sindicatos, partidos de esquerda e movimentos sociais, entre os quais figuram o agricultor Pedro Cheque, o estudante Meri Medeiros, o advogado Noel Bernardes, organiza reuniões em seu apartamento na Ribeira, na rua Padre Miguelinho. Nestas reuniões, eram discutidas as ações das Ligas Camponesas

⁷⁰ Conforme entrevista concedida por Floriano Bezerra de Araújo ao autor, em 26/10/2001.

no estado, que viagens seriam feitas, quem conversaria com os trabalhadores rurais. Também se discutia a conjuntura política potiguar, assim como as questões nacionais.

Meri Medeiros era responsável pela distribuição do jornal *A Liga*⁷¹, na capital potiguar, informativo que tinha expressiva importância na divulgação das experiências vividas na Paraíba e em Pernambuco, seja noticiando as vitórias, seja informando as perseguições sofridas pelos trabalhadores.

A atuação das Ligas no estado começava de acordo com as experiências pernambucana e paraibana, no sentido de conquistar escolas, atendimento médico, reconhecimento de direitos trabalhistas e principalmente na luta por Reforma Agrária, conforme declara Floriano:

Quando eu voltei de Pernambuco fundamos a Liga aqui no estado, e então procuramos dar a essa organização aquela dimensão necessária para se alcançar justiça social nos campos. Então passava porque? Passava pela educação, alfabetizar os trabalhadores adultos, homens e mulheres e tentar alfabetizar as crianças, os filhos dos trabalhadores rurais. E também partir para reivindicações junto ao patronato rural, procurando fazer contratos de trabalho, procurando fazer convenções coletivas de trabalho em nome das Ligas. Isso teria um sentido de ir ajustando os interesses sociais das categorias dos trabalhadores rurais e patronato rural.

Defender os interesses dos trabalhadores rurais também significava atuar na Assembléia Legislativa, discursando, debatendo num ambiente no qual a representação das oligarquias rurais estava enraizada. É interessante destacar que a distância entre violência e política era pequena, naqueles dias.

Antes de 1964 já havia uma série de entreveros, nesse particular, porque eu era deputado estadual e no parlamento do estado, já havia então um debate muito acirrado entre a minha palavra e a palavra dos latifundiários. Que eram representados na Assembléia notoriamente pelo Doutor Valmir Targino, de Messias Targino, no alto oeste, pelo doutor Lauro Arruda, de Nova Cruz, pelo doutor José Pinto de Apodi. Essas figuras fazem um trabalho terrível contra todo o trabalho que eu fazia de evolução para os campos. Isso me dava uma dor de cabeça

⁷¹ Este jornal era editado pela direção das Ligas Camponesas em Pernambuco, divulgando notas de todos as localidades em que houvesse presença daquela organização, informando a respeito das ações e das dificuldades enfrentadas.

muito grande, porque inclusive eles me ameaçavam de morte. Eu cheguei mesmo, a uma certa noite no meu apartamento na Ribeira na Rua Frei Miguelinho, quando fui recebido a bala, por mera sorte não fui atingido, e consegui escapar da emboscada.⁷²

Entre os políticos que apoiavam as ações em favor da Reforma Agrária estavam o prefeito Djalma Maranhão e seu irmão o deputado e professor Luiz Maranhão Filho. Era comum a realização de comícios nos quais o prefeito recebia líderes de projeção nacional, discutindo os temas relacionados ao nacionalismo, e entre eles a questão da Reforma Agrária. Um dos comícios que recebeu maior destaque foi o que marcou a passagem de Leonel Brizola pelo Rio Grande do Norte. Brizola fez ataques aos militares mais reacionários e defendeu as Reformas de Base, em discurso realizado na cidade do Natal, alguns dias antes do Golpe Militar.

Em visita o Rio Grande do Norte, Julião fez discursos e conversou com lideranças políticas locais. Realizou atos políticos não só em Natal como também em Macau. A sua presença e as suas palavras instigam ainda mais o clima de rivalidade existente às vésperas da Ditadura⁷³.

São realizadas reuniões dedicadas ao contato direto com os trabalhadores agrícolas, em localidades do interior, como Canguaretama e Baía Formosa. No contato com os trabalhadores, surgem queixas quanto à exploração exercida pelos proprietários de terras e de usinas açucareiras. Os participantes das Ligas pediram o apoio do advogado Noel Bernardes, que atuava na defesa dos direitos trabalhistas, algo que era pouco observado no meio rural. Floriano de Araújo também estabelece contatos em outras localidades como Ceará Mirim, Serra do Mel e ainda no Vale do Açu.

Os apoiadores das Ligas Camponesas planejavam instituir novos focos de atuação em outras localidades do interior, além de implementar as Ligas Urbanas, voltadas para a agregação dos trabalhadores nas cidades.

As atividades organizadas para conquistar a adesão dos trabalhadores rurais tinham como resposta a violência dos fazendeiros. Pretendia-se com isto dissuadir os camponeses, por meio de ameaças. Segundo informa Meri Medeiros, estava preparada uma tocaia para

⁷² O crime não chegou a ser esclarecido, de acordo com entrevista de Floriano ao autor, em 26/10/2001.

⁷³ A presença de Francisco Julião é relatada por Floriano Bezerra de Araújo e por padre João Penha, que no entanto não souber indicar precisamente a data.

os organizadores do movimento, em Canguaretama. Isso só não ocorreu porque Meri fora preso, alguns dias antes⁷⁴.

O que se pode perceber é que, no estado, as Ligas Camponesas tiveram uma atuação limitada a alguns focos. Isso se explica devido ao fato de já existirem Sindicatos em muitas cidades e também pela proximidade do Golpe Militar de 1964. As Ligas Camponesas não puderam rivalizar com a estrutura dos Sindicatos apoiados pela Igreja Católica, pois não contavam com recursos financeiros, militantes em grande número ou mesmo o apoio de instituições. Muito pelo contrário: a Igreja procurava dissuadir os trabalhadores, quanto a qualquer contato com a experiência das Ligas. A proximidade entre os ativistas das Ligas Camponesas com o comunismo, isto quando não estavam ligados diretamente ao PCB, também constituía obstáculo a diálogo entre os dois movimentos.

Deste modo, por se encontrarem isolados, em menor número e com maiores obstáculos diante de si, aqueles que desejavam consolidar as Ligas Camponesas no estado, estavam expostos a intensa perseguição. Esta tendência viria a se consolidar nos primeiros dias da ditadura.

⁷⁴ Conforme entrevista concedida por Meri Medeiros ao autor, em 1/10/2001.

6. O GOLPE CONTRA OS MOVIMENTOS SOCIAIS

*Memória de um tempo em que
Lutar por seu direito é um defeito
Que mata*

Gonzaguinha

6.1 REVINVENTANDO A REPRESSÃO

O nascimento dos Sindicatos no meio rural potiguar parecia ser mais um elemento a confirmar a expectativa de ampla renovação na política brasileira. A continuar naquele ritmo, ainda no ano 1964, a maioria dos municípios teria ao menos um Sindicato Rural. Os políticos progressistas ganhavam força no cenário político, alguns deles pendendo para o populismo. Muitos brasileiros manifestavam simpatia em relação às Reformas de Base, o que poderia favorecer a atuação de governos interessados em reformulações positivas no quadro social.

Mas as conspirações que fustigavam a débil democracia brasileira – cada vez mais freqüentes no plano nacional e com infiltrações nos estados – ganhavam intensidade e influência. Os setores mais reacionários das elites não pretendiam tolerar qualquer mudança nas relações de poder ou na concentração de terra e renda. As esquerdas se dividiam em diversas tendências, enfraquecendo sua capacidade de ação política. O Partido Comunista apoiava amplamente João Goulart, fazendo até mesmo referências a uma possível reeleição⁷⁵. Mas isso não significava um apoio amplo e irrestrito de todas as correntes progressistas ao presidente. A conjuntura deixava bem claro que Jango estava longe de liderar todos os setores políticos vinculados às lutas populares.

⁷⁵ O próprio Luis Carlos Prestes fez declarações em que empenhava seu apoio a Jango, em entrevista a TV Tupi em 3 de janeiro de 1964. (Vila 2004, p. 151)

O fato é que cresciam as articulações entre militares do alto escalão, contando com a participação efetiva do almirante Silvío Heck, de generais como Mourão Filho e Castelo Branco. Influentes políticos civis também tomaram parte no golpe, como os governadores Magalhães Pinto (MG), Ademar de Barros (SP) e por fim Carlos Lacerda (RJ). A cada dia a direita se integrava, recebendo apoio dos Estados Unidos, do clero católico e de amplos setores da imprensa⁷⁶. O golpe tornara-se iminente. Aludindo a esta realidade, temos as seguintes palavras que Paulo de Tarso Santos – ministro da educação do governo Goulart – atribui ao então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto:

Queria que você transmitisse ao presidente Goulart o seguinte recado: se o Governo Federal continuar tratando Minas Gerais desta forma, discriminando o seu governador, sou capaz de amanhã cedo conversar com Carlos Lacerda, para junto com ele, me opor ao Governo Federal. Goulart pensa que, pelo fato de eu estar antagonizado com Carlos Lacerda, não sou um adversário temível para ele. Mas está muito enganado a meu respeito. (Santos 1984, p. 81)

Era o ápice de um processo que remontava aos anos anteriores, encontrando eco na política internacional. É o que se pode inferir diante das palavras de Paulo de Tarso Santos, avaliando as relações entre o governo brasileiro e os Estados Unidos:

Com a morte de Kennedy, as forças de direita, nos Estados Unidos ganharam poder ainda maior, e intensificaram a luta contra governos reformistas como o de João Goulart. No entanto, não se pode dizer que João Goulart tenha chorado a perda de um aliado. O governo Goulart não era apoiado por Kennedy. Ao contrário, foi dentro da política de Kennedy para América Latina que aconteceram fatos, como as tentativas de levar o Brasil à bancarrota, a exigência de apoio público de Goulart à Aliança para o Progresso, o protesto do embaixador Lincoln Gordon contra o meu discurso em Bogotá etc. Aliás a própria Aliança para o Progresso, no contexto da qual, se desencadearam as pressões contra Goulart, era obra de Kennedy. As forças de direita norte-americanas não percebiam, por cegueira política, que a única alternativa possível para o comunismo, na América Latina, era a atenuação da injustiça por Goulart. As Reformas de Base permitiriam ao País respirar um ar mais democrático. (Santos 1984, p. 89)

⁷⁶ Entre os grandes veículos impressos, apenas o jornal Última Hora, pertencente a Samuel Wainer, apoiava João Goulart. Quase todos os demais veículos, seguindo as determinações de seus proprietários, ofereceram apoio aos golpistas. Entre os mais destacados conspiradores estavam Julio de Mesquita Filho (dono do Estado de São Paulo) e um convalescente Assis Chateaubriand (dono dos Diários Associados), que mesmo paralisado por um Acidente Vascular Cerebral, acompanhava os acontecimentos.

As Ligas Camponesas, o Sindicalismo, a crescente organização de movimentos sociais despertavam a ansiedade dos conservadores. Qualquer ameaça de Reforma poderia comprometer o domínio político e econômico das elites.

O fato é que a Questão Agrária estava no centro da pauta política, sempre na condição de assunto polêmico, aumentando o calor não só dos debates como também das ações. Qualquer gesto de boa vontade em atenção aos problemas fundiários, por parte do Congresso Nacional ou da Presidência da República, resultava em crise política. Não havia avanço em relação à resolução deste problema conforme relata o então deputado federal Plínio de Arruda Sampaio⁷⁷, ao comentar a tramitação do projeto de Reforma Agrária, e as respostas dos grupos políticos conservadores diante da questão:

O projeto foi derrotado. A partir daí, você tem uma cisão, tem o processo do golpe. Pra ter idéia: o Congresso não aprovou nenhuma lei de 1963 até o dia do golpe. A UDN e o PSD pararam a Câmara e o debate foi esquentando, esquentando... Naquele tempo, não se esqueçam, o Brizola era deputado e candidato a ministro da Fazenda, com cartaz na rua “para Ministro da Fazenda...”. Então, o clima foi se acirrando e as Ligas Camponesas estavam agitando no Nordeste, fazendo greves com 100.000, 150.000 trabalhadores duma vez. Era um processo fantástico. A reforma agrária ficou sendo a pedra de toque, a partir daí vieram os outros processos, mas a verdade é que, quando o Jango entrou, já tinha uma conspiração. Na verdade, a conspiração começa em 1954, quem frustrou essa conspiração foi Getúlio, mas ela ficou latente e esse pessoal continuou a conspirar e houve essa divisão no exército, dividiu o país inteiro.

O ex-ministro Paulo de Tarso Santos também faz comentários interessantes sobre o uso da questão agrária para desestabilização de João Goulart. Ele ressalta que qualquer esforço em direcionado para as Reformas de Base era tratado pela imprensa como uma ação comunista, um prenúncio de revolução orientada por Moscou:

Tudo o que se fazia em termos de Reformas Sociais era apresentado como comunismo. E foi fácil convencer a nação disto, porque as forças que se beneficiavam da confusão dispunham do controle quase total dos meios de comunicação. Para estas forças era preciso acabar com os matizes, com as nuances,

⁷⁷ Entrevista concedida a Revista *Caros Amigos*, N° 98, maio de 2005.

e apresentar tudo em posições diametralmente opostas, como se maniqueisticamente, houvesse comunismo, representado por Goulart e por quem o apoiava, e o anti-comunismo dos que se opunham a Goulart. Estive, por exemplo, ligado às tentativas de elaboração do projeto de Reforma Agrária, cujo relator era Plínio Sampaio, de quem eu era amigo e companheiro. Hoje, por certo, a maioria da nação entenderia o parecer apresentado pelo Plínio, e o apoiaria. O parecer do Plínio estudava tecnicamente a questão. O parecer do Plínio deveria ser republicado. Hoje, em inúmeros documentos da FAO, a Reforma Agrária é estudada como um problema também técnico. Muito mais do que distribuir terras, a Reforma Agrária, sabe-se hoje, é um processo de reorientação das relações que estabelecem entre o homem, sujeito da produção, a terra, bem produtivo e as comunidades nacionais, com as exigências do seu desenvolvimento. Outros aspectos, da Reforma Agrária, mais técnicos, são o do uso racional da terra, utilizando as melhores tecnologias, o de como organizar os camponeses em unidades de produção, o de como comercializar os produtos, etc. Todos estes aspectos já estavam contidos no parecer do Plínio, que, no entanto, suscitou, na época, uma polêmica muito grande. (Santos 1984, p. 92-93)

Conforme o depoimento, é possível perceber a importância que as reivindicações levantadas pelas populações do campo começavam a tomar. Também é possível imaginar a ansiedade que estas ações despertavam nos grandes fazendeiros.

A aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural foi uma conquista significativa, no final de 1963. O Estatuto poderia ser um importante aliado na luta por direitos sociais no campo. Mas a estrutura fundiária ainda permanecia intacta. Se por um lado o Sindicalismo crescia, em número de entidades e em influência, contando com a simpatia presidencial, poucos avanços eram verificados quanto à Questão Fundiária.

Dada a dificuldade de aprovar a Reforma Agrária no Congresso Nacional, o governo tentou uma outra alternativa. A Superintendência de Reforma Agrária (Supra) criou um projeto pelo qual seriam desapropriadas as terras ao longo das ferrovias e estradas federais:

Pelo decreto, seriam desapropriadas, por interesse público, terras que estivessem numa faixa de dez quilômetros às margens de estradas, açudes e outras obras públicas federais. Quando foi divulgado o seu teor, antes da assinatura do presidente, logo surgiram vozes protestando. Uma das primeiras foi a do presidente do PSD, Amaral Peixoto, que ameaçou retirar o apoio do seu partido a Jango. (Vila 2004, p. 144)

Esta medida teve pouco efeito prático, mas causou acentuada repercussão política. Grande parte da bancada do PSD se afastou de João Goulart, enfraquecendo sua base no Congresso. Muitos entre os membros do Congresso Nacional eram proprietários de terra ou pessoas dependentes dos latifundiários, o que dificultava qualquer ação na Câmara ou no Senado em favor da Reforma Agrária. Por outro lado, também havia dificuldade em termos legais, pois para realizar uma Reforma Agrária efetiva a Constituição afirmava a obrigatoriedade de indenização prévia e em dinheiro.

Em março de 1964, a crise política no governo era cada vez mais evidente. A presença de Jango em comícios e manifestações com grande participação da esquerda serviam de incentivo para as movimentações golpistas de militares, políticos e empresários.

Quando veio o Golpe Militar, no dia 31, os legalistas estavam desarticulados e surpresos. Como resultado disso não souberam como reagir, não conseguiram formar qualquer resistência sólida ao Golpe. A greve geral anunciada pela Central Geral dos Trabalhadores não passou de ameaça. Os agricultores que estariam armados e organizados pelas Ligas Camponesas não apareceram, nem muito menos marcharam sobre as cidades. Os estudantes fizeram algumas passeatas isoladas, manifestações como as que ocorreram em Recife, em que morreram dois estudantes, quando o exército reprimiu os protestos. Os partidos políticos e os representantes a eles filiados se dividiram de acordo com seu posicionamento. Aqueles que não apoiaram o movimento oscilaram entre a omissão e uma resistência desordenada.

Os acontecimentos celebraram o distanciamento do povo em relação às decisões políticas, mesmo aquelas de maior importância. A adesão popular ao golpe foi fraca, até porque entre as camadas mais pobres, poucos poderiam ter qualquer benefício num golpe de estado. Nos centros urbanos, grande parte da população parecia antipatizar extremismos e cultivar simpatia pelas Reformas de Base. Isso poderia ter sido utilizado em favor da legalidade, mas as instituições, os partidos e os políticos progressistas não conseguiram organizar a população, para que os cidadãos fizessem valer suas opiniões.

Uma pesquisa do Ibope feita nas oito principais capitais do país retratou bem a conjuntura. O PTB era considerado o partido de maior simpatia eleitoral, tendo o

dobro de preferência em relação à UDN, a segunda colocada; 60% eram favoráveis a desapropriação das terras que margeavam os açudes, ferrovias e rodovias federais; 76% eram contrários a legalização do partido comunista; 40 % identificavam a inflação como o maior problema a combater; 45% do eleitorado dizia-se de “centro” e o quadro eleitoral de 1965 estava dividido entre JK e Lacerda, o primeiro vencendo com 37% das preferências (em todas as cidades), e o segundo com 25%. O país estava dividido entre duas candidaturas, nenhuma delas do PTB, e havia um sentimento que apontava para a necessidade de reformas, mas excluía a legalização do PCB. (Vila 2004, p. 112)

Se em Brasília, em São Paulo ou no Rio de Janeiro não havia o menor sinal de apoio sólido à legalidade, por que seria diferente nos estados nordestinos? A adesão dos comandantes militares e o conservadorismo de diversos deputados e governadores tornaram possível uma rápida vitória dos golpistas no Nordeste.

As esperanças de resistência envolviam necessariamente Recife, devido à liderança de Arraes. Entretanto, poucos e desorganizados esforços de resistência partiram de Pernambuco. Os rumores de que os trabalhadores rurais marchariam sobre a cidade para lutar pela Revolução Comunista e pela Reforma Agrária não se confirmaram. Por outro lado, um inimigo dos movimentos sociais, o general Cordeiro de Farias, ex-governador, figurava entre os adversários do presidente Goulart, do governador Arraes e das correntes progressistas em geral. Julião já se referira a Cordeiro como alguém que em nada “se parece com o general Osório, glória do nosso exército”⁷⁸, lembrando da repressão dirigida pelo general, quando estivera à frente do governo estadual.

Os acontecimentos não eram favoráveis aos políticos progressistas. Eles não estavam preparados para reagir às ações dos golpistas. Em poucas horas, tropas do exército cercaram o palácio do governo estadual, sem se intimidar com a manifestação de estudantes.

⁷⁸ Julião segue lembrando da passagem de Cordeiro de Farias pelo governo do estado, citando a perseguição sofrida por diversos ativistas políticos: “Os operários, os camponeses e os estudantes jamais esquecerão seus algozes. O desrespeito às liberdades constitucionais foi o apanágio daquele governo em que se registrou o maior número de prisões políticas: seis vezes mais do que a soma das prisões havidas no resto do país. Somente no ano de 1956, de janeiro a novembro, registraram-se 630 prisões políticas de camponeses, operários, estudantes, a maioria comunistas, socialistas e trabalhistas, ligados ao povo. Houve mortes por assassinato até dentro da Secretaria de Segurança Pública”. (Julião, 1962: 44)

Tropas e tanques apareceram em massa nas ruas do Recife durante a tarde. Às 14:00, um grupo de estudantes universitários se reuniu nos degraus da faculdade de Engenharia. O presidente da União de Estudantes de Pernambuco fez um discurso pedindo calma e ponderando que qualquer manifestação seria inútil. As cabeças mais quentes prevaleceram, e uma multidão iniciou uma passeata em direção ao centro da cidade. Quando chegaram à praça da Independência e tentaram dobrar a rua que conduz diretamente ao palácio do governo, os manifestantes toparam face a face com uma linha de soldados fuzis e baionetas em posição de combate. Os estudantes começaram a cantar “Ar-raes, Ar-raes” e a importunar os soldados que atiraram para o ar. Mais gritos, tiroteio, porém desta vez as tropas atiraram na multidão, que rapidamente se dispersou. Dois estudantes foram mortos na sarjeta. (Page 1972, p. 234)

Em seguida, oficiais comunicaram a Arraes o seu afastamento do governo. Mas o governador se recusou a renunciar, permanecendo no palácio, em companhia de seus familiares. Diante da relutância do governador em se afastar do poder, os conspiradores desejavam encontrar alguma outra solução que mantivesse a aparência de legalidade, afinal todos diziam que a ditadura seria implantada para defender a democracia.

Enquanto isso, na Assembléia Legislativa os deputados estaduais estavam debatendo sobre o que fazer quanto a Arraes, que se recusara a renunciar formalmente. Um cordão de tropas rodeou o prédio, dando um ar de urgência às deliberações. Uma solução engenhosa para o impasse foi finalmente encontrada. As 23:30, enquanto Miguel Arraes era mantido prisioneiro numa dependência militar na cidade, uma maioria do Legislativo estadual, após um debate formal, votou de cara dura (45 a 17 votos, com uma abstenção) por sua remoção do governo, porque ele agora estava impedido de exercer as funções do seu ofício. O vice-governador Paulo Guerra, um dos maiores criadores de gado de Pernambuco, assumiu então o mais alto posto do estado. (Page 1972, p. 235)

Sindicatos Rurais e Urbanos, Partidos de Esquerda – destacando o Partido Comunista – e lideranças populares começaram a sofrer sistemática repressão, indicando o tratamento que seria dispensado às oposições, dentro do contexto ditatorial.

A desorientação das lideranças, decorrente da surpresa diante dos acontecimentos, poderia ser observada no comportamento de Francisco Julião. O deputado federal, líder das Ligas Camponesas, não estava em Pernambuco. Tomando conhecimento do Golpe em Brasília, fugira para o interior de Goiás, assumindo a condição de camponês. Depois, foi se embrenhar no sertão mineiro, acabando por ser descoberto pelos militares.

6.2 PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS NO RIO GRANDE DO NORTE

Se o próprio presidente João Goulart foi atropelado pelos fatos, se em Pernambuco os golpistas atuaram de maneira rápida e enérgica, em Natal as coisas não foram muito diferentes. Na manhã do dia primeiro de abril, já choviam notas nos jornais, repercutindo as notícias do levante militar em Minas Gerais e das demais movimentações contrárias a Goulart. O prefeito, o governador e os comandantes militares na capital fizeram saber as suas opiniões sobre os acontecimentos. Estudando estas declarações, é possível constatar o posicionamento de cada uma destas forças, bem como destino que teriam no novo quadro político.

As palavras de Djalma Maranhão reafirmam sua opção pelo Nacionalismo, seu compromisso com as idéias progressistas e até mesmo sua oposição ao latifúndio.

O governo municipal do Natal, na grave e decisiva hora que o Brasil atravessa, torna público:

- A posição do prefeito Djalma Maranhão é de defesa da legalidade democrática. A mesma posição assumida quando da posse do presidente João Goulart transmitida através de pronunciamento oficial e de editorial da “Folha da Tarde”, jornal de que é diretor.

- O prefeito Djalma Maranhão junta a sua voz à de todas as forças democráticas e populares do país na denúncia aos governos de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara e Rio Grande do Sul que ontem pela madrugada, colocaram-se fora da lei, levados pelo desespero do reacionarismo contra as reformas de base, servindo de instrumentos e oferecendo suas falsas lideranças às forças do antipovo e da antinação.

- O prefeito Djalma Maranhão, ao lado das forças populares e democráticas, conclama o povo para que se mantenha em permanente estado de alerta, nos seus sindicatos, diretórios, órgãos de classe, sociedades de bairros, ruas e praças públicas na defesa intransigente da legalidade que possibilitará a libertação do Povo e do País do imperialismo e do latifúndio, a concretização das reformas de base e a construção do amanhã mais justo e mais feliz do Brasil.

- O prefeito Djalma Maranhão, eleito pela vontade popular, cumpre sua obrigação de dizer que a Prefeitura é a casa do povo onde se instala, nesta hora, o QG da legalidade e da resistência.

- Finalmente, o prefeito Djalma Maranhão reafirma o seu pronunciamento de 18 de setembro de 1961 que serviu de palavra de ordem para o Rio Grande do Norte: Esta é a hora da opção – a legalidade é Jango! Prefeitura de Natal, 01/04/1964.

O prefeito reconhece a gravidade do momento, mas não percebe a própria solidão no momento da queda. Embora a expectativa de golpe permanecesse sempre pairando sobre as consciências, as forças favoráveis à democracia foram pegas de surpresa. Os cidadãos simpáticos ao prefeito, os mesmos que tinham se envolvido na campanha do “tostão contra o milhão” não estavam mobilizados. Operários, trabalhadores rurais e partidários da esquerda se encontravam tão desarticulados em Natal, quanto no restante do país.

Por outro lado, a nota publicada pelo governador Aluizio Alves, no dia primeiro de abril, a uma hora da manhã, denota o posicionamento ambíguo do governador e a ansiedade que cercava o momento político.

AO POVO: O governador do Estado está acompanhando pelos meios a seu alcance, os acontecimentos que se desenrolam no sul do país, a partir da crise que tão profundamente atingiu a disciplina da Marinha, e, ontem, a guarnição do Exército em Minas Gerais.

Pede ao povo que se conserve calmo, evitando atos ou manifestações que aprofundem as divisões desta hora em que todos os esforços devem ser feitos para a restauração da paz e preservação da democracia.

Todo o Estado está em ordem e espera o governador que assim se mantenha no resguardo da tranquilidade das nossas famílias, que deve pairar acima das paixões das pessoas e grupos.

Tudo fazer para solução dos seus problemas, pelas reformas pacíficas e democráticas, pela unidade e respeito às forças armadas, pela consolidação da ordem democrática, pela paz do povo para o trabalho e para o progresso.

A nota informava muito pouco. Não permitia nem meras suposições sobre os rumos que Aluizio escolheria. Mas cumpria funções importantes para quem a escreveu: fugia dos radicalismos e deixava os caminhos abertos para um alinhamento do governador à esquerda ou à direita, dependendo da tendência política que saísse vencedora. Era difícil para qualquer político, mesmo entre os mais influentes, prever se os rumores de golpe resultariam em algo concreto, naquele momento. Também era difícil saber se haveria alguma manifestação popular de intensidade suficiente para repercutir nas decisões.

As dúvidas diante do que poderia vir a acontecer justificam os pedidos para que o povo evitasse se manifestar para assegurar a democracia. Isso desperta a pergunta: pedir ao

povo que não se manifeste em um momento crucial de sua história fortalece a democracia? Era o anúncio de um tempo em que as contradições seriam freqüentes, sempre com o objetivo de defender a “liberdade” e a “paz”.

O comunicado divulgado pelo Contra-Almirante Mário Cavalcanti (comandante Naval de Natal), conjuntamente com o Coronel Alberto Carlos de Mendonça Lima (comandante da Guarnição militar de Natal) não fala em democracia, nem em liberdades restritas à retórica. É claro e direto. Proíbe manifestações públicas e greves, tendo em vista principalmente possíveis iniciativas de operários e estudantes. A mensagem, datada de 1/04/64, também se refere a ameaças de greve geral que teriam sido feitas por Djalma Maranhão, afirmando que...

medidas preventivas e repressivas estão sendo adotadas pelas autoridades militares das Forças Armadas em Natal, em íntima ligação e entendimentos com o Governador do estado, no sentido de impedir a todo o custo mesmo com o emprego violento da força caso necessário, a perturbação da ordem pública nesta capital e o atentado à pessoa e à propriedade privada.

Os militares também afirmavam respeito à disciplina e à hierarquia, fazendo referência ao IV Exército, comandado pelo General Justino Alves Bastos. O General era um dos golpistas em Recife, responsável pela perseguição a Arraes. Em outras palavras, os militares estavam um passo a frente, em direção à ditadura.

No dia seguinte, o governador voltou a tornar público o seu pensamento, desta vez sem ambigüidades. Nesta segunda nota, divulgada no dia 2/04/64, Aluizio Alves falava abertamente do seu apoio ao golpe militar:

O governador do Rio Grande do Norte, agora informado das razões e objetivos do movimento ontem deflagrado sob a liderança do governador Magalhães Pinto, quer manifestar o seu apoio aos ideais dessa posição que visa a autêntica legalidade democrática realmente ameaçada por atitudes e fatos que não eram ainda do conhecimento público. Lamenta que o presidente João Goulart, a quem reconhece e sempre há de proclamar inestimáveis serviços ao Rio Grande do Norte, no plano do seu desenvolvimento econômico-social, além de uma luta áspera por modificar estruturas que precisam ser urgente e profundamente reformadas para atender aos anseios do progresso nacional, não tenha podido impedir a radicalização das posições ideológicas e políticas, conduzindo o país ao impasse intolerável que só

pode ser solucionado com o respeito às tradições das forças armadas, o restabelecimento da tranquilidade e da paz, cujos anseios estão sendo interpretados pela firme e corajosa atitude do governador de Minas. O governador do Estado pede ao povo que fique tranqüilo e confie no esforço que fará para resguardar os melhores interesses do Rio Grande do Norte e da democracia. Aluizio Alves.

Informações desencontradas chegavam à cidade entre os dias 1 e 2 de abril, deixando a todos temerosos. Tanto Aluizio Alves como Djalma Maranhão lançaram notas apoiando a legalidade. Entretanto a legalidade de um e de outro eram distintas entre si. Na verdade enquanto Aluizio aliou-se aos opositores de João Goulart, Djalma anunciava nos jornais seu apoio ao presidente, informando que a prefeitura era o “QG da legalidade”. O prefeito, alguns assessores e sindicalistas, permaneciam na prefeitura, imaginando alguma estratégia de resistência. Logo eles descobririam que não havia mais tempo para resistir. Após dois dias de aparente hesitação, o governador posicionou-se ao lado dos golpistas.

Tendo o apoio de diversas lideranças potiguares, a destacar o governador Aluizio Alves e do influente político conservador Dinarte de Medeiros Mariz, bem como a adesão dos comandantes militares, o aparelho repressivo não teve dificuldades em atuar, desarticulando os diferentes sindicatos.

Já no dia 2 de abril, a conjuntura apontava para a quebra das instituições democráticas, o que logo se faria sentir nos movimentos sociais. As instituições voltadas para a luta por terra e direitos trabalhistas encontravam agora circunstâncias desfavoráveis ao seu desenvolvimento.

A Fetarn foi ocupada pelos militares logo nos primeiros dias da ditadura. Diversos documentos, livros e fotografias foram apreendidos. O presidente da Federação, José Rodrigues Sobrinho, começou a ser perseguido e ameaçado de prisão, juntamente com outras lideranças rurais. A estratégia da Ditadura era vigiar de perto as organizações que representavam os trabalhadores, desmoralizar as lideranças e depois tomar o controle dos Sindicatos, decretando intervenções. Outros Sindicatos e organizações progressistas foram alvo das mesmas retaliações, sofrendo intervenção dos agentes repressivos. No Rio Grande do Norte, ser representante de algum segmento da classe trabalhadora em abril de 1964 significava estar sob a observação atenta de militares e funcionários públicos estaduais, encarregados das perseguições. Conforme conta a assistente social Safira Bezerra

Amam⁷⁹, toda a experiência voltada para organização dos trabalhadores rurais foi ameaçada:

Todo o pessoal, as direções, as lideranças dos Sindicatos foram presas. Lideranças sindicais sendo presas, os Sindicatos fechando, as Escolas Radiofônicas fechando também. Gente que a gente conhecia, gente muito querida do Meb de outros estados, metralhada dentro de casa, na presença dos filhos. Um casal do Maranhão... Um casal que era do Meb. Também pessoas daqui, que a gente ajudou a fugir.

Não tardou para que a repressão avançasse até o interior do estado, fechando sindicatos, prendendo lideranças, deixando o caminho aberto para que os latifundiários aplicassem as suas próprias noções de justiça. As áreas em que a os sindicatos eram mais atuantes, como o município de Nova Cruz, foram alvos preferenciais daqueles que se aproveitaram das circunstâncias criadas pela ditadura. Diante das ameaças, muitas lideranças rurais, muitos presidentes de Sindicatos abandonaram suas funções, fechando as sedes das entidades. Muitos associados esconderam suas carteiras, temendo represálias. As circunstâncias permitiram que a violência se intensificasse, sob forma de expulsões, torturas e assassinatos. Os grandes fazendeiros, que sempre gozaram de influência, agora poderiam dismantelar os Sindicatos, arrefecendo a atuação dos Movimentos Sociais.

Não foi difícil saber quem eram os principais partidários da esquerda, nos Sindicatos, na Universidade ou nos partidos. Logo estas instituições se viram povoadas por informantes a serviço da ditadura. Diante disso, os adversários dos movimentos sociais conseguiam descobrir informações importantes a respeito dos Sindicatos.

As prisões, que começaram a acontecer em abril, continuaram ao longo do ano de 1964. O primeiro a ser encarcerado pela ditadura no estado foi o sindicalista Evlin Medeiros, que foi detido no gabinete do prefeito, logo no dia 1º de abril. Mesmo com a invasão da prefeitura pelos soldados que prenderam Evlin Medeiros, Djalma Maranhão cumpriu expediente normalmente em seu gabinete na prefeitura, nos dois primeiros dias de abril. Uma sensação de insegurança e ansiedade pairava sobre aquele ambiente: os

⁷⁹ Entrevista concedida ao autor, gravada em 7/02/2005.

funcionários da prefeitura sabiam que a repressão não esqueceria a atitude desafiadora do prefeito.

Apesar da violenta invasão da Prefeitura e da confirmação da vitória das forças militares e prisão do governador de Pernambuco, Sr. Miguel Arraes, o prefeito chegou logo cedo, na manhã do dia 2, para o expediente de trabalho que seria o último de seu mandato. Nós, da equipe, comparecemos normalmente aos locais de trabalho. Esperávamos ainda continuar aquela administração que tivera início com a eleição, por esmagadora maioria eleitoral, de um homem do povo que executava um programa de alfabetização e democratização da cultura em todos os bairros da cidade, inspirado no nacionalismo que defendia. (Galvão 2004, p. 48)

Logo a repressão alcançou, não só Djalma Maranhão, mas também os funcionários municipais que atuavam em postos-chaves, ou que estavam relacionados à Campanha de Pé no Chão se Aprende a Ler. O prefeito foi preso diante de poucas testemunhas, no fim da tarde do dia 2/05/64.

apenas dois funcionários viram o prefeito descer a escada de saída para a rua, escoltado por oficiais do Exército. Em baixo, na rua, ficou o carro de uso oficial do prefeito, com os quatro pneus esvaziados pelos militares. O prefeito foi conduzido ao Quartel-General do Exército, àquele tempo localizado na praça André de Albuquerque; e levado à presença do coronel Mendonça Lima. O encontro dos dois foi divulgado por um documento escrito posteriormente pelo próprio Djalma Maranhão. O coronel lhe propôs que renunciasse ao cargo de prefeito e, em troca, teria assegurada a liberdade. O prefeito recusou em nome da honra e do provo que o elegeu; foi, então, levado preso, incomunicável, para uma cela do quartel do 16º RI. (Galvão 2004, p. 49)

Políticos progressistas como o deputado Luiz Maranhão Filho, o ex-vice prefeito Luis Gonzaga e o militante comunista Vulpiano Cavalcanti; educadores ligados à Campanha de Pé no Chão como o professor Omar Fernandes Pimenta e a funcionária da prefeitura Mailde Pinto Galvão, estudantes como João Faustino Ferreira Neto (presidente da União Estadual dos Estudantes) e o acadêmico de Direito Marcos José de Castro Guerra, tiveram o mesmo destino brevemente. As celas do Regimento de Obuses e do 16º

Regimento de Infantaria receberiam diversas lideranças populares, funcionários públicos ligados à administração Djalma Maranhão e sindicalistas das mais diversas categorias.

Os agricultores não tiveram que esperar muito pela devassa. Os golpistas tinham especial interesse no Movimento Social que se desenvolvia gradativamente no campo, procurando responder às reivindicações com truculência. Silva (p.118, 1995) observa que os mesmos jornais que deixavam de noticiar a violência contra os trabalhadores rurais, davam destaque às retaliações impostas contra as lideranças:

As marcas da repressão ao movimento camponês, ao contrário das lutas contra a expulsão da moradia, da luta pelos direitos, das ocupações, agora ganham as páginas dos demais órgãos da imprensa de Natal, que assumem a perspectiva de divulgar listagens das lideranças procuradas. A esse respeito, 15 lideranças têm suas fotografias, nomes e características divulgadas pela imprensa.

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais estavam seriamente ameaçados. Entre os indiciados nos inquéritos implementados pelos golpistas, estavam 28 lideranças sindicais. José Rodrigues Sobrinho era muito visado pela repressão por ser o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetarn), sendo encarado como o responsável pelas atitudes mais ousadas. Ameaçado de prisão, o presidente da Fetarn procurou monsenhor Penha, que o aconselhou a pedir o auxílio de Dom Eugênio Sales. Monsenhor Penha⁸⁰ dá a sua versão para os acontecimentos:

Aí veio a Revolução de 1964, eu estava na Europa quando estourou a Revolução. Graças a Deus eu estava na Europa, por que se estivesse aqui eu tinha sido preso. Quando eu voltei, Zé Rodrigues chegou aqui um dia aperreado e disse: padre, eu estou ameaçado de ser preso, andam me procurando, eu escondido padre. Eu disse Zé não se esconda mais não. Ele disse: eu fui a Dom Eugênio ele me disse que eu era muito precipitado. Eu fui a Dom Eugênio, Dom Eugênio disse isso. Sou eu que sustento minha mãe. Aí eu disse: Zé não se esconda mais não. Agora deixe você ser preso. Quando você for preso você chega e diz diante das autoridades: eu não entendia nada disso, era um matuto que trabalhava só com agricultura. Foi um padre que botou isto na minha cabeça. E quem foi este padre? Foi padre Penha. Aí eu vou ser intimado e vou dizer que foi o bispo quem mandou. Você vai dizer isto ao bispo, que não vai mais se esconder. Aí ele foi e disse ao bispo: olhe, padre Penha me disse isso. Eu tinha chegado a pouco tempo da Europa. Aí Dom Eugênio

⁸⁰ De acordo com entrevista concedida ao autor, em 28/04/05.

arrumou dinheiro para ele ir embora para o Chile, se manter lá e tudo. Porque ia dar uma coisa medonha...

Outras lideranças do campo – entre eles sindicalistas ligados à Igreja Católica, comunistas e ativistas das Ligas Camponesas – também foram alvo de perseguição, prisão e em alguns casos foram submetidos a torturas. Foi o que ocorreu com o deputado estadual Floriano Bezerra de Araújo, procurado por ser a principal liderança do grupo que tentava articular as Ligas Camponesas no Rio Grande do Norte.

Quando aconteceu o golpe, logo cedo da manhã, eu rumei para minha cidade Macau e lá fiquei. Fiquei e os acontecimentos rolaram e só no dia 15 de Abril é que eu consegui chegar de novo a Natal e já fui preso. E daí tive vários meses no 16 RI, depois fui transferido para Fernando de Noronha, depois vim para o 4º Exército. Transferido para cá de novo, depois fui solto por um *habeas corpus* do supremo tribunal militar, supremo tribunal federal em Recife. E trinta dias depois foram me buscar lá em Natal de novo, fui preso no R.O., fiquei 11 dias lá... E assim, eu era cassado político, meu ato de ato de cassação foi publicado no dia 8 de junho de 1964, no mesmo listão em que Juscelino Kubtchek foi cassado. Eram trezentas figuras entre as quais eu fazia parte. Daí então, cassado, policiado, olhado, vigiado... Eu tinha esposa e filhos, eu não queria ser herói. Dizem que é melhor ser um covarde vivo do que um herói morto. Eu não queria ser covarde, como nunca fui, nunca aceitei. Na hora que era preciso falar como homem, eu falei como homem. Agora, eu não era louco pra me atirar à sanha revolucionária sozinho no meio da rua. Nunca fui imbecil. Então, aceitei os ditames da institucionalidade, da cassação, passei 18 anos cassado, depois de 18 anos voltei à política, voltei a disputar mandatos populares.

Floriano Bezerra de Araújo⁸¹ passou cerca de três anos preso, em situação semelhante aos demais perseguidos pela Ditadura Militar. Passou por diversas prisões, entre Natal e Recife, sendo torturado.

E eu me lembro bem que fui preso no dia 15 de Abril. E sei que no mês de Agosto eu fui transferido para Fernando de Noronha. Tenho quase certeza que no dia 28 de Outubro fui solto em Fernando de Noronha, segundo eles pelo *Habeas Corpus* do supremo tribunal federal. Aí nos trouxeram para o continente e em Recife fomos presos de novo, no 4º Exército, eu e Luiz Maranhão Filho. De lá me trouxeram para aqui, daqui eu fui para Macau, depois me trouxeram de novo, passei onze dias

⁸¹ Conforme entrevista concedida ao autor em 26/10/2001.

no R.O., depois fui condenado pela auditoria militar no Recife a um ano de reclusão, tirei nove meses no quartel de polícia em Macau e fui solto no dia 16 de Julho de 1968. Por absolvição, por unanimidade dos votos dos seus ministros do supremo tribunal militar. Isso aí dá uma média de quase dois anos, aproximadamente dois anos. O mais precário foi o 16 RI, quando fui torturado fisicamente, além de psicologicamente. A tortura era uma constante, todas as horas. E no 4º Exército, quando dormi lá junto com Luiz Maranhão, dentro de uma selazinha bem pequenininha, cheia de percevejos. Eu não posso saber como aquela sela, aquele ambiente tinha tanto percevejo. Foi o maior suplício que eu já tive na minha vida.

As detenções foram acompanhadas de investigações e inquéritos que tinham por objetivo comprovar os crimes imputados aos presos políticos. Para dar sustentação às prisões qualquer acusação vaga servia, qualquer atitude como a participação em reuniões, a posse de livros, a atuação em partidos ou sindicatos era válida. O golpe inventara um novo “crime”: a subversão.

O governador Aluizio Alves formou comissões, que ficaram encarregadas de devassar a vida das pessoas atuantes em Movimentos Sociais e Sindicatos, investigando também diversos funcionários públicos municipais e até mesmo estaduais. No dia 23 de abril, a *Tribuna do Norte* publicou decreto do governador regulamentando o Ato Institucional número 1 no Estado.

Pelo mesmo decreto o governador nomeou uma comissão de “alto nível” para investigar atividades subversivas e antinacionais. A referida comissão era presidida pelo então Secretário de Justiça do Estado, Sr. Jocelin Vilar e composta por outros secretários de estado como o general Ulisses Cavalcanti (secretaria de segurança), Abelardo Calafange (secretaria de saúde), além dos coronéis da polícia militar Sílvio Ferreira e Luciano Veras Saldanha. Para conduzir as investigações sobre supostos crimes no âmbito dos Sindicatos e das Ligas Camponesas são trazidos dois policiais de Recife:

O governador do estado importou, da Secretaria de Segurança de Pernambuco, dois policiais especializados, um deles pelo FBI dos Estados Unidos, e constituiu, por decreto de 17 de abril e republicado no dia 29, mais uma Comissão de Investigações. Esta comissão [era] presidida pelo delegado Carlos Moura de Moraes Veras e assessorada pelo policial José Domingos da Silva. (Galvão 2004, p. 110)

Os trabalhos da comissão eram noticiados com destaque na *Tribuna do Norte*. O objetivo era espalhar a impressão de que as investigações revelavam um grande aparato revolucionário de orientação comunista que estava sendo preparado. Esta idéia servia para justificar a adesão de políticos potiguares ao golpe. Além disso, os inquéritos serviam para dar a impressão de que estava em curso um processo reformulação, no qual o Estado estaria se libertando de supostos casos de corrupção e de conspiração comunista. O resultado das investigações foi apresentado sob forma de dossiê, que ficou conhecido como Relatório Veras.

Os trabalhos se concentraram na atuação dos simpatizantes das Ligas Camponesas e nas atividades dos trabalhadores ferroviários. Aqueles que eram filiados ao Partido Comunista, ou eram tidos como simpatizantes do comunismo, eram estavam nas prioridades da repressão. Vale observar, que estas pessoas ficavam mais expostas a perseguições, já que estes geralmente não contavam com a mediação da Igreja Católica. O Relatório Veras fazia numerosas acusações vagas, sem se preocupar com a comprovação rigorosa. Os nomes de José Rodrigues Sobrinho, Floriano Bezerra Cavalcanti, Francisco Julião e Padre Alípio receberam destaque, tendo suas atividades descritas detalhadamente⁸².

A movimentação na área rural recebe grande destaque nas investigações, algo que se pode confirmar analisando a parte final do relatório. Nas conclusões, o Partido Comunista é acusado de se infiltrar nos Sindicatos Rurais, levando a radicalização das ações e reivindicações:

Daí porque, *data venia*, neste Estado, para poder o Partido realizar o seu Plano de Construção, vinha se “utilizando” da mão direita que lhe era oferecida de modo indireto e em forma de “inocentes úteis” alguns presidentes dos Sindicatos Rurais existentes no Estado, o que descaracterizou, de certo modo, a magnífica e monumental obra que vinha e vem realizando em todo o interior deste Estado, o Administrador Apostólico da Arquidiocese. A prova desse incontestável prejuízo que vinha sofrendo e ainda está a sofrer a igreja e, conseqüentemente toda a sua

⁸² Lendo o Relatório Veras é possível observar que enquanto a maioria dos indiciados por subversão têm suas atividades descritas em um ou dois parágrafos, José Rodrigues Sobrinho, Floriano Bezerra de Araújo, Francisco Julião e o Padre Alípio de Freitas tiveram tratamento diferenciado. Cada um deles recebeu cerca de uma lauda de comentários. Eles foram considerados os responsáveis por inflamar os trabalhadores rurais. Vide anexo I.

estrutura do nosso sistema de Governo Democrático, está contida nos autos, através de inúmeras denúncias, telegramas, depoimentos e queixas, o que nos levou a realizar aquilo que a lei manda que se faça : prescrutar os fatos e atos e apontar à justiça os responsáveis pela alteração da Ordem vigente.⁸³

Na visão dos policiais, a Igreja não era a culpada pelo fato da atuação sindical ter se tornado mais enérgica. De acordo com os repressores, a Igreja Católica estava no rumo certo, criando Sindicatos imparciais e apolíticos, que, no entanto eram desvirtuados pelos comunistas.

Dessorte, é importante o esclarecer-se aqui que, em face da agitação reinante no campo e das violências praticadas contra as propriedades privadas, a produção, fator imprescindível para o progresso de um Estado, estava sofrendo palpável redução, causando assim imperdoável prejuízo e profundo mal estar e insegurança na produção agrícola e pastoril. Era a sublevação das massas para a realização iminente da esperada Revolução Brasileira, tantas vezes contida e repartida nos vários documentos que instruem este Inquérito.(Ver Questionário de fls.). A existência dos sindicatos Rurais no interior deste Estado, obra de relevante valor socio-econômico-cultural para atendimento das necessidades mais prementes do homem do campo, constituiu e constitui uma meta de maior relevância para o desenvolvimento do camponês, entretanto a mesma vem falhando em alguns pontos de sua penetração, pelo fato de haver e estar à frente de tão meritória organização indivíduos de formação primária e sobretudo sem a capacidade possível e necessária para realizar um trabalho independente de infiltração de elementos agitadores e comunistas, portadores de ideologias revolucionárias, que, agindo em forma de franca harmonia, realizavam atos com um fim determinado : fazer agitação no campo, realizar comícios e distribuir propaganda de conteúdo subversivo, dando, desse modo, maior e melhor oportunidade de o partido desenvolver o seu plano de construção, tudo conforme se constata da disciplina do PC e contida às fls. 22 da Resolução anexa.

O Partido Comunista e as Ligas Camponesas eram encarados como corruptores dos trabalhadores rurais, tidos como ingênuos e fáceis de manobrar por “agitadores” políticos. Não é considerada a possibilidade dos próprios trabalhadores rurais terem estabelecido seus objetivos, decidindo assim avançar nas lutas. Sem apontar nenhum fato, os policiais acusam o movimento social de criar um clima de instabilidade, desfavorável ao desenvolvimento econômico do Estado.

O Relatório Veras não foi uma iniciativa isolada, mas sim um dos diversos elementos que formaram o sistema repressivo no Rio Grande do Norte. De 1964 em diante,

⁸³ Conforme Relatório Veras. Vide anexo I.

os esforços voltados para o exercício da cidadania através dos movimentos sociais encontraram grandiosos obstáculos.

Em consonância com o clima de “caça as bruxas”, bem ao estilo da Guerra Fria, foram constituídas outras comissões de inquérito, que procuravam estimular a delação daqueles que não estavam alinhados com o golpe. A edição da *Tribuna do Norte* datada de 29/04/64 noticiava com destaque a devassa realizada na estrutura administrativa estadual, em que os funcionários públicos foram alvo de perseguição política:

Comissão do Estado quer nomes de funcionários subversivos: A comissão nomeada pelo governador Aluizio Alves para promover a execução do Ato Institucional no Estado, reunida ontem pela segunda vez deliberou que todos os secretários de Estado e chefes de serviços enviarão listas completas dos funcionários para que através dos arquivos da Secretaria de Segurança Pública, sejam verificados os que estão comprometidos com os movimentos subversivos e comunistas que a revolução de 1º de abril cortou. A reunião teve caráter sigiloso e realizou-se às 17 horas na CASOL. Presente o Secretário de Interior e Justiça, Jocelin Vilar; coronel Luciano Veras Secretário de Segurança, Ulisses Cavalcanti, Secretário de Saúde Abelardo Calafange e comandante da Polícia Militar, coronel Sílvio Ferreira. Outros assuntos debatidos não foram tornados públicos pelos participante da reunião.

Os trabalhos desta comissão indicam que políticos e militares a serviço do Golpe Militar no Rio Grande do Norte não estavam preocupados apenas com sindicalistas, comunistas e estudantes, mas também com os funcionários públicos mais identificados com as idéias progressistas. Encontrar os famigerados “subversivos” era uma forma de justificar a ditadura, eufemisticamente chamada de “Revolução”. O desejo era convencer a sociedade de que a Ditadura Militar era necessária para eliminar a instabilidade política reinante no Brasil e no Rio Grande do Norte, criminalizando as idéias progressistas e qualquer um que as defendesse.

Assim não causam estranheza manchetes como “Revolução devolveu tranqüilidade ao país e dará ao povo paz perdida”, veiculada na edição de 24/05/64, precedendo a seguinte matéria:

Entrevistado às 22 horas de ontem pelo canal 6, TV – Rádio Clube o governador Aluizio Alves falando sobre a revolução de 31 de março, disse que a revolução devolveu a tranqüilidade ao país, acabando com as greves, algumas deflagradas apressadamente, outras injustas. O risco que corremos agora é o de que a revolução seja confundida com a paz estéril. A política do Brasil estava muito viciada, era o jogo dos interesses entre o legislativo, executivo e judiciário, a revolução veio para resolver tudo isto. Teremos no governo do presidente Castelo Branco, continuou, o esforço sério e devotado à resolução dos problemas não o jogo político ideológico do passado que sob o rótulo das reformas mesclava os interesses subalternos e antidemocráticos. Espero que a revolução dê ao povo a paz perdida por muitos porque democracia não é opção com uns tentando superar os outros, mas uma forma de governo onde todos tenham as mesmas oportunidades. A revolução ainda está na fase policial, com o inquérito e as prisões. É verdade que já esta semana o presidente Castelo Branco enviará diversos projetos ao Congresso Nacional de alto interesse para a nação. Mas ainda é cedo para se avaliar sua importância total na vida brasileira, afirmou.

Como se pode atestar, diante desta matéria extraída do jornal pertencente ao próprio governador, Aluizio Alves não manifestou nenhum tipo de oposição ao golpe nos primeiros momentos. Ao contrário, não se acanhava em expor opiniões favoráveis ao estado de exceção, até mesmo chamando o general-ditador Castelo Branco de presidente.

E assim têm continuidade os inquéritos voltados para a perseguição política, tratados como ações prioritárias. É o que se pode verificar diante da seguinte notícia:

Os inquéritos que investigam a subversão no Estado do Rio Grande do Norte continuarão funcionando em três locais distintos: Quartel da Polícia Militar; Quartel do 16 RI e Quartel do RO. O advogado Carlos Veras, presidente do chamado Inquérito da Subversão, com sede no Quartel da Polícia Militar, informou à Tribuna do Norte que: por enquanto aquele inquérito prosseguirá na Polícia Militar, embora as suas atividades contem com a colaboração dos outros dois, que são dirigidos por autoridades militares.

À medida em que os dias e os meses se passavam, mais e mais pessoas eram interrogadas, processadas e presas. Aqueles que eram considerados os líderes, eram transferidos para Recife, onde a tortura era maior. Foi o que ocorreu com o prefeito Djalma Maranhão, os deputados estaduais Luiz Maranhão Filho e Floriano Bezerra de Araújo, representantes democraticamente eleitos. Mas antes eles passaram por Fernando de Noronha, conforme noticiou a *Tribuna do Norte*, em 23/08/64:

Os quatro presos políticos, ex-prefeito Djalma Maranhão, ex-deputados Luís Maranhão Filho e Floriano Bezerra e o suplente de deputado federal Aldo Tinoco saíram de nossa capital na madrugada de sexta-feira. Foram conduzidos em avião militar da FAB, pelo próprio capitão Lacerda e pelo tenente Roosevelt, do 16º RI. (...) O coronel Mendonça Lima, que responde pelo comando da guarnição teria recebido a informação de que (...) foram transferidos para a ilha de Fernando de Noronha.

De acordo com Galvão (2004, p. 184), os quatro presos políticos foram acordados de madrugada e avisados de que iriam viajar. A princípio ficaram receosos, pois havia boatos de que militares estariam jogando prisioneiros no mar, neste tipo de viagem. Só houve tranqüilidade, quando perceberam que um general acompanharia a viagem. Cerca de um mês depois, ocorre nova transferência. Em Recife, Aldo Tinoco é libertado, indo se refugiar no Rio de Janeiro. Os outros três permanecem detidos, no mesmo cárcere em que se encontravam Miguel Arraes e Francisco Julião.

Tanto os textos jornalísticos quanto os depoimentos de pessoas que viveram aquele momento são permeados por referências ao cerceamento das liberdades políticas. Entretanto, os jornais retratam o modo como o golpe era visto pelo poder vigente na época, isto é, era visto como uma experiência positiva com a finalidade de dar estabilidade política ao país. Os documentos oficiais procuravam transmitir a idéia de que havia uma conspiração comunista em marcha e esta ameaça a ordem social vigente fora desbaratada pelo golpe. Muitas vezes, as notícias veiculadas em jornais impressos aceitavam este enfoque⁸⁴.

Em julho de 1964, o jornal *A Ordem* estampava manchetes afirmando que o Sindicalismo ainda resistia no meio rural. Mas o certo é que pouquíssimos Sindicatos permaneciam em atividade. Muitos foram fechados e outros tantos ficaram sob controle de dirigentes a serviço da Ditadura Militar. Portanto, seria necessária uma grande mobilização

⁸⁴ Lendo as edições do Diário de Natal e da Tribuna do Norte datadas de abril de 1964, é possível perceber que a cobertura jornalística dada à repressão no Rio Grande do Norte era semelhante a cobertura dos crimes. Não era feito nenhum questionamento quanto a legalidade das prisões, ou até mesmo sobre as acusações feitas aos perseguidos pelo golpe militar.

de trabalhadores e lideranças para devolver à organização sindical a força conquistada nos primeiros anos da década de 1960.

Com este intuito, algumas pessoas ligadas ao Sar tentaram se reunir com a finalidade de trabalhar na reconstrução dos Sindicatos. Contudo eles perceberam que as condições eram muito pouco animadoras. Instituições como a Igreja Católica, que foram fundamentais para o trabalho de politização no campo, agora já não demonstravam o mesmo interesse, conforme relata Safira Bezerra Ammam:

As Escolas Radiofônicas, os Sindicatos foram desarticulados. Já depois de alguns anos, por volta de 1967, nós, estarecidos e pasmos pensando no que fazer, nós decidimos formar um grupo independente, de pessoas que eram não só de lá de dentro do Movimento de Natal, do Sar, mas de intelectuais preocupados com a situação do Brasil, pra gente se reunir e discutir, pensar junto, o que a gente pode fazer. Pois bem, eu acho que terceira reunião, chegou um recado das cúpulas da Igreja, que a gente não podia se reunir mais. Que desmobilizasse o grupo, porque a gente já estava... A gente não sabe a posição destas pessoas que estavam lá em cima da Igreja não, mas eu acho que eles eram meio coniventes.⁸⁵

Numerosas ações foram implementadas com o mesmo objetivo comum: desmontar o Movimento Social. É importante observar que além da truculência desencadeada pelo Estado, o momento facilitava a brutalidade exercida por proprietários de terra. Esse conjunto de agressões paralelas às determinações dos governantes ditatoriais teve maior difusão no interior potiguar, conforme relata Silva (1995, p.119):

Os fazendeiros e políticos, sobretudo após o golpe Militar, tomam posição mais ofensiva: além de serem contrários aos trabalhadores que reivindicavam seus direitos, passam a ameaçar e amedrontar aqueles que dirigiam as entidades sindicais. Maria do Carmo, que atuou como agente pastoral em Nova Cruz (RN), por ocasião do Golpe Militar, ficou proibida de participar de qualquer atividade sindical por ordens judiciais, além de terem sido presos e torturados 12 (doze) líderes sindicais daquele município. Conta também que os fazendeiros aproveitaram-se daquele momento para insuflarem a polícia a realizar prisões de trabalhadores, como se estivessem cumprindo uma ordem comandada pelo Exército, quando, na verdade, quem comandava era o fazendeiro que havia entrado em conflito com o seu morador e o sindicato. Em sua entrevista, a agente pastoral nos revelou que após o serviço ser prestado pela polícia, o delegado geralmente

⁸⁵ Entrevista concedida por Safira Bezerra Amamm ao aoutro em 25/01/2005.

recebia uma “**propina**” como recompensa. Isto nos retrata como os proprietários rurais tiraram proveito do golpe. As violências – intimidações, prisões, mortes – que tinham como alvo central o ataque às lideranças que atuavam no campo, refletiam diretamente no movimento.

Silva (1995) cita ainda diversas outras ocorrências em se expressa de modo evidente a ingerência dos golpistas contra aqueles que aspiravam mudanças. Refere-se a invasões de propriedades rurais pelo Exército, com o objetivo de deter trabalhadores. Acrescenta também intervenções e fechamento de sindicatos.

E assim, o ano de 1964 termina contrariando todas as expectativas: em lugar da consolidação dos Sindicatos Rurais no Rio grande do Norte, o que ocorre é um golpe mortal contra as correntes progressistas da sociedade. Os trabalhadores se afastavam dos Sindicatos, as lideranças tentavam escapar da repressão, os diversos apoiadores do Movimento Sindical procuravam encontrar alguma forma de resistir. Os trabalhadores rurais estariam vencidos? As circunstâncias indicavam que sim. Mas o ano de 1964 não assinalou a disputa final.

7. ENCERRANDO ESTA REFLEXÃO: DAS QUALIDADES DOS PONTOS FINAIS

A trajetória dos Trabalhadores Rurais no percurso da participação política não foi um tranqüilo passeio por um caminho florido. Se as flores existiram não se apartaram delas os espinhos. Na década de 1950, seria difícil pensar em Sindicatos de Trabalhadores Rurais fortes e representativos. Mas a década de 1960 mostrou que as vozes do campo tinham muito a dizer. A força dos explorados estava na união que cada um manifestava em relação aos seus companheiros e na solidariedade que recebiam dos apoiadores vindos das cidades. A Igreja Católica – seja por intermédio do Sar, seja pelo trabalho direto de padres e bispos – teve grande participação nesta mobilização. Os educadores vinculados aos projetos educacionais, a destacar as Escolas Radiofônicas, foram fundamentais na agregação e conscientização das populações rurais. Os universitários e as assistentes sociais cumpriam um papel essencial, oferecendo o apoio necessário para a consolidação dos Sindicatos.

São estes os elementos que explicam o rápido e intenso crescimento do sindicalismo rural, algo inusitado no Brasil até então. A invenção do movimento social rural no Rio Grande do Norte teve diversas peculiaridades que a diferenciam das experiências vividas na Paraíba e em Pernambuco. A Igreja se antecipou aos comunistas e aos articuladores das Ligas Camponesas ocupando a função de orientar o pensamento do Sindicalismo. Formou lideranças, ofereceu estrutura, financiamento... Abriu espaço em seus veículos de comunicação – A *Emissora de Educação Rural* e o jornal *A Ordem* – algo que não encontrava paralelo no restante da imprensa local.

Animados pelas circunstâncias favoráveis, muitos trabalhadores que antes se encontravam em situação de pobreza, sem acesso a direitos básicos – terra, alimentação, saúde, educação – passaram a encontrar na união a força necessária à luta. E assim é que podemos explicar este viçoso sopro de mudança que irrompeu pelos campos, como que prenunciando um ciclone. Em apenas quatro anos, cerca de 60 mil trabalhadores rurais encontravam no Sindicato alguma esperança de melhorias na qualidade de vida. Os trabalhadores antes de 1960 eram vistos como “enxadas”, isto é, eram tratados como uma imensa massa cuja única identidade vinha do ofício que exerciam, sem opinião, sem

expectativas e sem chances emancipação na sociedade. Mas diante da organização, começaram a ganhar expressividade, eram vistos, eram ouvidos e principalmente eram temidos por todos que se alimentavam da riqueza por eles produzida.

Entre 1960 e 1962, observa-se o nascimento e a consolidação das entidades que guardavam os anseios dos camponeses. A expansão da rede sindical corre paralelamente aos primeiros estranhamentos. A violência fere os homens, mas não mata a ânsia de unir forças objetivando maior organização. Em 1963, as ações tornam-se mais ousadas e surgem as vitórias mais significativas. Mas os senhores das terras não recuaram de suas ambições. Em 1964, a vitória da ditadura desorganiza quase que por completo, a organização que abarcava tantas expectativas.

Mas porque razão os Sindicatos Rurais acabaram sendo alvo de perseguições, mesmo diante da mediação exercida pela Igreja Católica, que tentou manter o movimento sob sua severa doutrinação? É verdade que imersos no mar da prática, os sindicalistas acabaram por atingir o tema da Reforma Agrária, amadurecendo o próprio posicionamento político. Deste modo, o debate – ao questionar mesmo que tangencialmente a distribuição fundiária – dirigiu luzes para o centro do poder político e econômico. O tradicionalismo coronelista não estava disposto a aceitar a democratização das propriedades no campo, pois isto significava abrir as portas da renovação, não apenas no âmbito social e econômico, mas também político.

E assim após a deflagração da Ditadura Militar, verifica-se o espetáculo de dor e silêncio cujo texto é o desmonte sindical. Sai de cena o Sindicato combativo, sobe ao palco o sindicato controlado pelo Estado conservador. As greves perdem espaço para distribuições de pensões ao estilo do Funrural, pois além reprimir, os governos ditatoriais pretenderam apaziguar concedendo migalhas.

Passados 40 anos, os mesmos homens que na sua juventude instituíram uma organização sindical pulsante e dinâmica, trazem nos relatos nítidos sinais de saudade. Este sentimento permeia também a voz de estudantes e assistentes sociais e até mesmo de padres que participaram do parto dos caminhos. De que sentem falta? Da energia com que homens e mulheres atravessavam dezenas de quilômetros para conversar com seus companheiros sobre problemas comuns? Do entusiasmo com que encaravam as perspectivas de educação e organização social pela primeira vez? Da solidariedade manifestada por jovens

universitários e assistentes sociais vindos das cidades, que se dispunham arquitetar a esperança sem pensar a recompensa? Da clara oportunidade de mudar as tristes realidades locais que engendradas formavam aquele Brasil que passou? Saudade talvez de tudo isto e outras coisas.

Porém, desponta a certeza de que passados 40 anos, os caminhos têm sido sonhados, mas falta remover os obstáculos, para depois tomar a corajosa decisão de percorrê-los. A conjuntura inspira paradoxalmente esperanças e incertezas. Há grandes movimentos dedicados à luta pela terra, que atuam de modo organizado e combativo. Contudo, o latifúndio longe de ter morrido, se reformulou e por vezes se apresenta com cores de agronegócio. As sementes de latifúndio germinaram: há latifúndios na renda nacional, latifúndios na comunicação e latifúndios na política.

Talvez seja oportuno para o Sindicalismo Rural aceitar o desafio da modernização, lembrando-se de trazer na memória o passado, estudado de maneira crítica, em suas belezas e vicissitudes. Por que não sonhar novamente com sistemas de educação pelo rádio? Com parcerias mais ativas entre as Universidades e os Sindicatos? Com o aprendizado oferecido pela sapiência dos tempos idos? Ainda há muito que se pensar e fazer, a respeito da história e das práticas relativas aos Movimentos Sociais no Brasil. Por hora vamos parar por aqui. Mas fica a certeza de que nas reflexões e nas práticas, este ponto final nunca será o último.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRA - **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. vol. 22, no. 2, Editora ICEA, maio/agosto de 1992.

AMIM, Samir. VERGOPOULOS, Kosta. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia Do Desenvolvimento De Comunidade No Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1981.

ANDRADE, Manoel Correia de. **O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1976.

_____. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **A Terra e o Homem no nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

A ORDEM. Natal: janeiro de 1962 a junho de 1963.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart – as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BASTOS, Élide Rugai. **As Ligas Camponesas**. São Paulo: Vozes, 1980.

CALLADO, Antonio. **Quarup**. Rio de Janeiro: Record/Altaya, 2002.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o Regime Autoritário**. São Paulo: Hucitec-Sudene, 1987.

CASTRO, Josué. **Homens e Caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR (CDH-MP) – Memória histórica. Disponível em <www.dhnet.org.br>. Acesso em 21/11/2003.

CINTRÃO, Rosângela et ali. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Nead/Unesp, 2004.

COSTA, Homero de Oliveira. **A Reforma Política no Brasil e outros ensaios**. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

CRUZ, Dalcy da Silva. **A Redenção Necessária**. Mimeografado. Campina Grande: UFPB, 1982.

_____. **O sindicalismo rural e a luta pela terra**. Mimeografado. Natal: UFRN, 1985.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Abril Cultural, 2003.

DREYFUSS, René Armand. **1964 – a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRARI, Alceu. **Igreja e Desenvolvimento**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

FERREIRA, Brasília Carlos. **O Sindicato do Garrancho**. Mossoró: Departamento Estadual de Imprensa, 2000.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1982.

FÜCHTNER, Hans. **Os sindicatos brasileiros – organização e função política**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964. Aconteceu em abril**. Natal: UFRN, 2004.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**. São Paulo: Cortez, 1982.

GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GÓES, Moacyr de (org.). **Dois Livros de Djalma Maranhão No Exílio**. Natal: Artprint, 2000.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - a Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GRYNSPAN, Mario. **Tempo de plantar, tempo de colher**. In Revista História Viva, no. 9, junho de 2004. Biblioteca Nacional.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – Censo Agropecuário 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – Cidades@.
Disponível em <www.ibge.br>. Acesso em: 20/11/03.

JULIÃO, Francisco. **Que são Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. **Cambão** – as Ligas Camponesas. Coimbra: Centelha, 1975.

_____. **Até quarta Isabela**. São Paulo: Vozes, 1980.

LAGOA, Maria Izabel. MAZZEO, Antonio Carlos (Orgs.). **Corações vermelhos – os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Brasília: Linha Gráfica, 1998.

LEMOS, Francisco de Assis. **Nordeste: o Vietnã que não houve** – Ligas Camponesas e o golpe de 1964. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1996.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Problema agrário II**. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACEDO, Ubirajara. **E lá fora se falava em liberdade**. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada No Chão Da Noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a História possível**. In: Tempo Social. Vol II. São Paulo, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Fase, 1989.

MELO NETO, João Cabral. **Melhores Poemas**. São Paulo: Global, 2003.

MINC, Carlos. **A Reconquista da Terra: Estatuto da Terra, Lutas no Campo e Reforma Agrária**. Edição do autor. Rio de Janeiro. 19-.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: Catolicismo, Classes Sociais e conflitos no Campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

PAGE, Joseph A. **A Revolução que nunca houve**. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RABÊLO, José Maria. **Binômio**: Edição Histórica – O jornal que virou Minas de cabeça para baixo. Belo Horizonte: Barlavento, 1997.

REIS, Elisa. **Brasil: cem anos de Questão Agrária**. In: Dados. Vol. 32, Nº 3. Rio de Janeiro. 1989.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Paulo de Tarso. **64 e outros anos**. São Paulo: Cortez, 1984.

SILVA, José Graziano da. STOLCKE, Verena (orgs). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária?** São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **De Bóias Frias a Empregados Rurais**. Maceió: UFAL, 1997.

SKIDMORE, TOMAS. **Brasil – de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-35**. Natal: UFRN, 1996.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Aluízio Alves: populismo e modernização no Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

VEIGA, José Eli da. **O que é Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VINHAS, M. **Problemas agrário-camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

VILA, Marco Antonio. **Jango – um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

YUKA, Marcelo. **Minha alma**. In: Lado B, lado A. Rio de Janeiro: Warner: 2000. 1 disco compacto.

APÊNDICE

Para a realização deste trabalho, foi de inegável importância a realização de entrevistas. Esta estratégia metodológica permitiu a melhor compreensão dos documentos pesquisados nos arquivos do Serviço de Assistência Rural (Sar), a contextualização das notícias lidas nos jornais *A Ordem*, *Diário de Natal*, *Tribuna do Norte* e *Folha da Tarde*. A memória de pessoas que participaram dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, desde a sua formação até a sua consolidação tem grande importância. Algumas destas personagens continuam envolvidos com a questão agrária, seja trabalhando em Sindicatos, em Organizações Não Governamentais, ou estudando os problemas sócio-econômicos que ocorrem no campo.

Foram gravados pelo autor os seguintes depoimentos, entre 2001 e 2005:

- Floriano Bezerra de Araújo
- Meri Medeiros
- José Araújo da Fonseca
- João Penha Filho
- José Rodrigues Sobrinho
- José Ferreira de Lima
- Safiram Bezerra Ammam
- Francisco Urbano Araújo Filho
- José Martins da Cruz
- Severina Garcia
- Damião de Touros
- Ubirajara Macedo

- ANEXO A-

INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR INSTAURADO EM SETEMBRO DE 1964 EM NATAL SOB A RESPONSABILIDADE DOS DELEGADOS POLICIAIS JOSÉ DOMINGOS DA SILVA E CARLOS MOURA DE MORAIS VERAS, NOMEADOS PELO GOVERNADOR DO ESTADO ALUÍSIO ALVES ,PARA APURAR A SUBVERSÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

RELAÇÃO DOS INDICIADOS

1. Noel Bernardo de oliveira, funcionário público municipal em Canguaretama. Ex-vereador em Canguaretama. Fez comício em Canguaretama ao lado do Pe. Alípio e de Francisco Julião. Recepcionou em sua residência o Pe. Alípio e Francisco Julião ao lado do comunista VULPIANO CAVALCANTE. Mantinha relações com o comunista LUIZ MARANHÃO. É cadastrado no Serviço Secreto do Exército - Guarnição de Natal - com atividades no ano de 1953, conforme doc. De fls. No exercício de bibliotecário da biblioteca pública da prefeitura de Canguaretama imprimia uma linha de trabalho e conduta de natureza nitidamente esquerdo-comunista, adquirindo livros, jornais e panfletos com literatura de conteúdo comunistas, conforme consta do doc. De fls. Residiu na Guanabara, onde, no ano de..., alistou-se como eleitor na legenda do Partido Comunista do Brasil e em sua residência foram encontrados e apreendidos vários docs. De propaganda comunista. Era comunista militante no Rio, fichado no DOPS da Guanabara. Membro contribuinte do Comitê Democrático popular de Bairro da Lapa. Entre os doc. De sua propriedade e apreendidos na biblioteca da prefeitura de Canguaretama, consta uma fotografia aérea da cidade de Canguaretama, cujos objetivos porque a possuía o indicado, ouvido pela autoridade, não declinou. No exercício do cargo de vereador Câmara municipal de Canguaretama apresentou e conseguiu a aprovação de uma moção de aplausos ao Sr. Brizola. (Doc.n...) Indicou o nome do agitador WALDIER GOMES DOS SANTOS para representar o Estado do RN no Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, cuja delegação esteve sob a presidência do agitador José Alves Cavalcanti. (Ver docs. De Waldier Gomes dos Santos).

2. Pedro Cavalcanti da Silva. Sapateiro, residente em Pedro Velho. Editor do líder comunista Carlos Prestes (doc. De fls...). Trabalhou durante longo tempo em companhia do líder comunista Armando Honorato Pereira, sapateiro, com quem trabalhou em conjunto com o comunista José Alves Cavalcanti. Visitava frequentemente o comunista ELIEZER MENEZES, elemento ativista em Nova Cruz. Comparecia a reunião da célula comunista instalada no “Sítio Recreio” em Pedro Velho, juntamente com os comunistas Francisco Galvão Bezerril, Pascoal e outros, tendo sido numa das reuniões escolhido para o serviço de divulgação do jornal esquerdo-comunista “Novos Rumos”, que o aceitou. Mantinha ligação estreita com o esquerdista Osvaldo Guedes de Moura, funcionário do DNER, nesta capital. (Ver declarações do próprio indiciado, de fls... a fls...e as declarações do indiciado Alfredo Ferreira de Lima, “Alfredo Beato” às fls...).

3. Alfredo Ferreira de Lima - “Alfredo Beato” - Camponês, em Canguaretama. Ex-secretário da Delegacia Camponesa de Canguaretama. Ex-presidente da Delegacia Camponesa de Canguaretama. Assinou grande quantidade de panfletos pregando a “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”. Comandou invasões de terras na “fazenda Estrela”, no município de Baía Formosa. Exercitava o cargo de Pres. Da Delegacia da Liga Camponesa de Canguaretama em estreita ligação

com os indivíduos agitadores Pedro Simão, Pe. Alípio de Freitas, Francisco Julião, Egídio Constantino de Melo e o ex- dep. Estadual e agitador no campo Floriano Bezerra de Araújo.

4. Manoel Bento da Silva - Agricultor. Baía Formosa. Atuava em estreita ligação com os agitadores Pedro Simão, Alfredo Ferreira de Lima, vulgo “Alfredo Beato”, e o advogado das Ligas Camponesas deste Estado, Geraldo Pereira de Paula, Participou da demonstração de tiros feita pelo agitador Pedro Simão realizada em sua própria residência, em Baía Formosa. (Demonstração de como utilizar uma arma de guerra clavina). Prestigiado pelo líder comunista Francisco Julião, sendo, inclusive o candidato escolhido para assumir a presidência da Delegacia da Liga camponesa da Baía Formosa, entidade de caráter subversivo no campo e que será instalada em dia do mês de abril do corrente ano, o que não aconteceu em virtude da eclosão do Mov. Revolucionário de 31 de março.

5. Egídio Constantino de Melo- Pedreiro em Natal. Fiscal do Sind. Da Cons. Civil, em Natal. Membro do CET (Comendo Estadual dos Trabalhadores), entidade de natureza subversiva e representativa do CGT neste Estado. Elemento de ligação de Floriano Bezerra de Araújo no seio dos camponeses no interior deste Estado e homem de confiança do agitador sindical Evlim Medeiros. Suplente do Conselho Deliberativo na Liga Urbana de Natal. Agitador violento na zona de Canguaretama (Ver declaração do indivíduo Alfredo Ferreira de Lima, às fls...). Organizador e coletor de membros para formação de “grupos de 11” neste Estado Dirigia e tomava parte nos comandos de greves do CET. Promovia juntamente com o agitador Evlim Medeiros passeatas e comícios de natureza turbulenta pelas ruas de Natal. Colaborou eficazmente para a instalação da Liga Urbana de Natal, juntamente com Floriano Bezerra de Araújo, Geraldo Pereira de Paula, Pedro Simão, Salomão Moraes, João Virgínio, Antônio Paulo, João Soares e Mery Medeiros. (Ver Ata de instalação da Liga Urbana, às fls...).

6. Francisco Vital da Silva - vulgo “Chico Porém”- Agricultor em Canguaretama. Ex-presidente da Delegacia da Liga Camponesa de Canguaretama. Instalou uma célula do PC em sua residência no ano de 1947, época em que o partido estava na ilegalidade. Ex-soldado do 21º BC, neste Estado. No ano de 1935 quando da eclosão do movimento comunista no país foi ferido por elementos do PC quando tentava retomar das mãos dos sublevados da Reserva de Material Bélico de sua Sub-unidade, tendo sido inclusive internado no Hospital Miguel Couto, de onde foi retirado semi-restabelecido por uma patrulha do 21º BC e transportado para o Hospital Militar de Natal e, em seguida, excluído do efetivo daquele Batalhão. Atualmente o indiciado é segundo sargento reformado do Exército Nacional em virtude de haver recorrido ao Ministério da Guerra e haver sido o seu caso submetido a uma revisão, sendo, dessorte, o mesmo indiciado reincluído nas fileiras do Exército Nacional, e reformado na graduação acima referida. Informa sobre : Pedro Simão - João Batista - João Virgílio - Mery Medeiros - Pe. Alípio de Freitas - Francisco Julião - Manoel Bento - Noel Bernardo - Egídio Constâncio de Melo - Alfredo Ferreira de Lima e Floriano Bezerra de Araújo.

7. Manoel Julião de Oliveira - Agricultor em Ceará Mirim. Presidente do Sindicato dos trabalhadores da Indústria do Açúcar naquele Município. Mantinha ligação com o agitador sindical Evlim Medeiros (este indicado pelo inquérito presidido pelo Bel. Carlos Moura de Moraes Veras) de quem recebia instruções. Organizava passeatas de protesto juntamente com Evlim Medeiros e o comunista João Ferreira de Macedo Sobrinho (este foi indiciado no inquérito pela mesma autoridade).Permitiu a infiltração de comunistas na Associação dos Trabalhadores da Indústria da Cana, conforme declarações prestadas pelo referido indivíduo ao Diário de Natal, publicado no dia 10/01/64 e inserta nos autos fls... Mantinha estreita ligação com o comunista José Alves Cavalcanti, o qual confeccionava nesta capital todo o material de expediente da Associação dirigida pelo

indiciado. (José Alves Cavalcanti é indiciado no inquérito presidido pelo Bel. Carlos Veras). Informa sobre : José Rodrigues Sobrinho.

8. José Nunes - Sapateiro em Nova Cruz. Encarregado da divulgação e propaganda do PC em Nova Cruz através de distribuição e venda do órgão noticiário do PC, “Novos Rumos”. Mantinha contratos diretos com os comunistas Osvaldo Guedes de Moura e Eliezer Menezes. Declara-se em suas declarações franco admirador da linha “nacionalista” e diz inclusive que “admiro o PCB porque é um partido que defende e reivindica a sociedade para todos”; adiantou ainda “que embora não sendo comunista, estivesse esse partido na legalidade e ele declarante acompanharia e votaria nos candidatos do PCB”. “Que admira o PC porque ele dá mais direitos ao povo no sentido de bem estar para todos”. Mantinha ligações com Waldier Gomes dos Santos (indiciado neste inquérito) de quem recebeu inclusive uma relação “após” o seu nome em requerimento de pedido de legalização do PCB. Fazia pregações públicas em Nova Cruz de modo violento, em favor das reformas de base. Declarou inclusive que vendia os jornais “Novos Rumos”, órgão oficioso do PC, sabendo o mesmo ser portador de literatura de natureza subversiva. Perguntando, finalmente, se é comunista, esquerdista ou agitador, responde que se considera esquerdista.

9. Osvaldo Guedes de Moura - Funcionário do DNER. Chefe do Serviço de propaganda do jornal “Novos Rumos”, os quais distribuía para vários municípios do interior deste Estado, sendo o seu agente em Nova Cruz o indiciado José Nunes e em Canguaretama, o comunista Noel Bernardo de Oliveira. Pertenceu à Frente de Mobilização popular, sendo inclusive o encarregado da coleta de assinaturas para a referida frente. Mantinha íntima e estreita ligação com Bento Ventura de Moura, de Macau, com o qual organizou um requerimento para legalização do PCB. (Ver declaração de José Nunes e João Soares Filho e Waldier Gomes dos Santos). Informa sobre : Noel Bernardo de Oliveira - José Nunes e Bento Ventura de Moura.

10. João Soares Filho - Metalúrgico em Natal. Comunista confesso. Foi encarregado do serviço de propaganda do candidato comunista Luiz Maranhão Filho. Mantinha permanente. Perfeita e direta ligação com o comunista João Virgílio. Contribuía em dinheiro para as finanças do PC. Reunia-se com o agitador do campo Floriano Bezerra de Araújo em um apartamento do mesmo, localizado à rua Frei Miguelinho, No.89, 1º andar, em Natal, com quem traçava planos de desenvolvimento do partido, isto juntamente com os agitadores de massa Pedro Simão, João Barbosa de Aguiar e Antônio Paulino tratando inclusive da organização de massas neste Estado. Tesoureiro da Liga Urbana, com sede em Natal. Guardava enterrado no interior de sua residência farto material de armas de guerra de propriedade do ex-dep. Estadual Floriano Bezerra de Araújo (este indiciado neste inquérito, armas aquelas destinadas às Ligas Camponesas para eventuais ações de força). (Ver auto de Busca e Apreensão inserto às fls...) Enterrou no quintal de sua residência grande quantidade de material de natureza subversiva (Estatutos do PCB, Estatutos da Liga Urbana, coisas básicas do PCB e outros documentos de orientação subversiva do partido), a fim de evitar uma possível apreensão desses documentos por parte das Autoridades Militares e Policiais Civis. Era membro de um “grupo dos 11”. Adepto fervoroso da chamada “liga Chinesa”, conforme salientou em suas próprias declarações nos autos. Comparecia a reuniões em uma casa localizada no Alecrim juntamente com o agitador de campo e estudante de nome João Batista, onde comparecia inclusive o estudante e agitador Mery Medeiros da Silva. Informa sobre : José Paulino - João Virgílio- Egídio Constâncio de Melo - Pedro Simão Pereira - Floriano Bezerra de Araújo - João Barbosa de Aguiar - Antônio Paulino - João Batista - João Ferreira de Macedo Sobrinho - Salomão Morais - Francisco Julião - Mery Medeiros - Geraldo Pereira de Paula - José Holanda - Osvaldo Guedes de Moura, todos indiciados neste inquérito, com exceção de João Ferreira de Macedo Sobrinho que é indiciado no inquérito feito pelo Bel. Carlos Veras.

11. Geraldo Pereira de Paula - Funcionário do DCT em Natal, Advogado militante e contratado pelas Ligas Camponesas com atividades em todo o Estado. Contribuía para as finanças do PC. Participava de movimentos nacionalistas com pregações de natureza tipicamente subversivas. Organizou e participou de fundações e instalações de Ligas Camponesas no interior do deste Estado em companhia dos agitadores comunistas Francisco Julião, Pedro Simão, João Virgílio, Pretextato José da Cruz, João Batista, Mery Medeiros da Silva, Pe. Alípio de Freitas e Floriano Bezerra de Araújo, todos indiciados neste inquérito com exceção de Pretextato José da Cruz, o qual figura como indiciado no inquérito presidido pelo Bel. Carlos Veras. Participava de caravanas em companhia de Floriano Bezerra, Francisco Julião e Pe. Alípio de Freitas para municípios do interior, valendo ressaltar as realizadas para os municípios de Macau e Canguaretama, onde foram realizadas conferências de Francisco Julião e Alípio de Freitas, sobre a reforma Agrária Radical. Participou ativamente da instalação da Liga Urbana em Natal, tendo inclusive discursado naquela oportunidade. Viajava em companhia do agitador Pedro Simão Pereira para cidades do interior deste Estado. Mantinha ligação diretas com o indiciado Mery Medeiros da Silva, o qual frequentava o seu escritório. Foi e é favorável à Revolução Cubana realizada por Fidel Castro. Frequentava sede do PC na cidade de Natal, participando inclusive dos festejos ali realizados. Era o emissário escolhido como elemento de ligação direta entre Floriano Bezerra e Francisco Julião, conforme documentos de fls..., nos autos. Era também homem de ligação direta entre Floriano Bezerra e o ex-governador Miguel Arraes. (Ver doc de fls...).

12. Waldier Gomes dos Santos - Ex-funcionário contratado da Prefeitura Municipal de Natal. Era homem de confiança do comunista confesso Luiz Maranhão Filho sendo inclusive o elemento de ligação de Luiz Maranhão Filho junto a vários comunistas militantes no interior do Estado, entre eles José Holanda e Noel Bernardo de Oliveira. Era pessoa encarregada por Luiz Maranhão Filho para distribuição de documentos e atas das reuniões do PC em Natal. Redigia e distribuía panfletos e outros documento de caráter nitidamente subversivo, publicando-os inclusive na imprensa de Natal. Atuava juntamente com Francisco Julião escritas às fls. 178 com as contidas às fls. 176, verifica-se que, em verdade as palavras de ambos os documento procedem do mesmo punho. Dessarte o informe constante de fls. 175 a 177 é de propriedade do indiciado Waldier Gomes dos Santos.

13. Washington Luiz Fernandes - Protético. Deu fuga a Valter Batista de Andrade, funcionário da RFN e elemento agitador na cidade de Natal. Após a eclosão do Movimento Revolucionário de 31 de março último, Washington Luiz Fernandes foi procurado pelo indiciado João Doca Filho para transportar para o interior do Estado o indiciado Valter Batista de Andrade que tentava foragir-se da capital por estar sendo procurado pelas Autoridades Militares da Guarnição do estado . Facilitou a “Pedro Cheque” a compra de armas de guerra para serem entregues ao agitador Floriano Bezerra, sendo ditas armas adquiridas também para serem utilizadas nas Ligas Camponesas. Subtraiu folhas de papel em branco e timbradas da Prefeitura de Jucurutu e as entregou a um indivíduo de nome Renato Dantas, com o fim de realizar falsificação documental.

14. Manoel Lourival dos Santos - Funcionário Público deste Estado. Escrivão da Delegacia de polícia do Município de Cruzeta. Adquiria e emprestava e distribuía os jornais oficiosos do PCB, como sejam : “O Semanário” e “Novos Rumos”, sendo inclusive assinante dos referidos órgãos, conforme se constata dos exemplares apreendidos, os quais contêm na 1º. pag uma papeleta endereçada ao indiciado os referidos exemplares, realizando assim o indiciado propaganda aberta de ideologias subversivas contidas naqueles jornais. Recebia também revistas da Checoslováquia e documentos outros sobre informações de obras de natureza e conteúdo marxistas, tudo conforme se verifica dos documentos de fls. 196 a 199, nos autos, e mais dois pacotes contendo jornais “O Seminário” e “Novos Rumos” que são enviados juntamente com o inquérito.

15. João Doca Filho - Funcionário do DCT. Informou sobre “Pedro Cheque” que é o mesmo Pedro Simão Pereira que seria possível adquirir armas no município de Jucurutu tendo indicado inclusive a pessoa de “Sebastião Maneco” como sendo a pessoa que possivelmente facilita a ele “Pedro cheque” adquirir por compra algumas armas. Facilitou a fuga do indiciado Valter Batista de Andrade para o interior do Estado, isto através de um seu amigo de nome Washington Luiz Fernandes, que é também indiciado neste inquérito.

16. Antônio Paulino da Costa - Funcionário do DCT. Mantinha boas relações de amizade com o agitador comunista Floriano Bezerra de Araújo através do qual foi convidado para participar de instalações de Ligas Camponesas em alguns municípios do interior deste Estado, tendo assim viajado várias vezes em companhia de Floriano Bezerra de Araújo para vários municípios, destacando-se entre eles os de Canguaretama, Baía Formosa e a Vila de Santo Antônio, pertence ao município de São Mary Medeiros e Pedro Simão. Quando da instalação da Liga Urbana, com sede em Natal, foi eleito presidente da mesma. Elemento exaltado, fazia pregações de suas idéias subversivas inclusive na sua repartição. Correios e telégrafos.

17. Floriano Bezerra de Araújo - Ex-dep estadual - Presidente das Ligas Camponesas do Estado. Mantinha ligação estreita com o agitador do campo Francisco Julião, tendo inclusive conduzido este e o Pe. Alípio de Freitas para realizar conferências na cidade de Macau. Organização, funda e instalou em alguns municípios deste Estado Delegacias das Ligas Camponesas. Empresas linguagem violenta e revolucionária quando discursava nas instalações das Ligas Camponesas. Comprou armas para serem distribuídas a associados das Ligas Camponesas e pregava inclusive abertamente, a “Reforma Agrária Radical . na lei ou na Marra”!. Organizou e publicou no Diário Oficial deste Estado os Estatutos das Ligas Camponesas do RN e Urbana, entretanto as atividades das mesmas ligas eram regidas, disciplinadas e realizadas por um Estatuto particular e interno da OPLCB (Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil) de conteúdo profundamente radical e com regras disciplinadas para os associados de características marxistas, conforme se vê no documento de fls. 260 - Estatutos da OPLCB - em o seu artigo 2º., letra e”; mantinha estreita ligação com o líder comunista pernambucano, Clodomir Moraes, ou Clodomir, conforme se depreende dos documentos de fls. 264; era elemento de cúpula na pretendida realização da revolução brasileira, conforme tradução do seu próprio pensamento e franca atuação expressas no documentos de fls. 265 sob o título “Questionário Interessante”, enviado pelo indiciado para o seu companheiro Clodomir Santos Moraes, líder comunista no Estado de Pernambuco; era membro atuante do PCB* conforme prova o documento de fls. 267 onde o indiciado Floriano Bezerra de Araújo informa ao líder comunista Francisco Julião sobre a realização de um Plenun do PC e inclusive dá esclarecimentos sobre atividades do Comitê Nacional do Partido e do Comitê Estadual do PC às fls.268 do mesmo documento; fazia propaganda subversiva destinada a corromper a dignidade, a honra e a estrutura disciplinar do Exército Brasileiro no jornal de sua propriedade e ditado no município de Macau, neste Estado, “O Nacionalista”, constante de fls.271; utilizava-se de nomes dos camponeses do RN para solicitar de modo inconsequente e com pretensões sub-reptícias a mudança de comando de Exército, conforme se constata do doc de fls. 272, nos autos; mantinha ligações e informava a agentes estrangeiros sobre a estrutura sócio-política do país e inclusive informava sobre a eminente deflagração da Revolução brasileira e edificação de “um Brasil socialista” de sentimento cada vez mais intenso no sentido radical, dizendo inclusive que : “não devemos esperar uma sociedade social, política e economicamente justa pela evolução; e sim, pela Revolução dos oprimidos, dos humilhados dos ofendidos, dos autênticos humanistas”. (Ver documento de fls. 273 enviado para Magalí Herrera, residente em Casilla del Correa 197, Montevideo, Uruguai. Exercia franca coação contra proprietários de terras do interior deste Estado, prevalecendo-se do cargo de pres. Das Ligas, isto conforme demonstra o documento de fls.275; empregava de maneira material e comum o termo “conscientização” do povo e das massas, expressão esta, própria do PC para identificar-se na

política de catequese e conquista de adeptos para as suas hastes, conforme planejamento do programa de Construção do Partido ; redigia e distribuía panfletos à comunidade natalense pregando a Revolução Brasileira, conforme consta do panfleto de fls. 280 ; trazia para a capital e o interior deste Estado os conceitos agitadores Francisco Julião e Pe. Alípio de Freitas, de cuja linha de pensamento comungava para a conquista do poder político do país. (Ver documento de fls. 283 e 284); produzia no seio dos camponeses a discórdia para com os proprietários de terra, do que resultavam ameaças de invasões de terras e de engenhos. (Ver documento de fls. 285); empregava termos pejorativos para estigmatizar os poderes constituídos e aqueles que não comungavam de suas idéias extremistas. (Ver documento de fls. 286) Utilizava-se do jornal oficial comunista “A Liga” para fazer pregações da necessidade de ser realizada a Reforma Agrária Radical na “Lei ou na Marra” com o advento da Revolução Brasileira (Ver documento de fls. 287). Verberando contra a “Mecanização das Salinas” no RN o indiciado Floriano Bezerra de Araújo ataca inclusive o governo do Estado, classificando-o de “inimigo frio e calculista das Ligas Camponesas”, certamente - permitimo-nos concluir - porque o referido governador não dava apoio e nem tão pouco aceitava as Ligas Camponesas como uma forma legal e justa de atender às necessidades prementes reivindicadas pelos homens do campo, vez que os chamados problemas da Reforma Agrária Radical - tão bem preconizada, defendida e planejada pelos líderes agitadores das referidas Ligas dentro deste Estado - vinham sendo exercitados de maneira violenta e em franco desrespeito às normas jurídicas que regem e disciplinam o Direito de Propriedade;...

Obs : documento de fls.288 a 314, o qual oferece uma visão mais ampla do planejamento realizado pelo PCB para conquista do poder político do país - documento apreendido entre outros do indiciado Floriano B. de Araújo. Ver documento constante de fls. 322 a fls.326, da seção de campo do Continente Ocidental do Partido Comunista do Brasil, o qual informa da importância e das atividades da ULTAB (União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil), órgão do movimento e ação do partido no campo, com atividades de ligação, inclusive com potências comunistas estrangeiras. Instruído preparado e disciplinado na chamada “Linha Chinesa”. (Ver declarações do indiciado João Soares Filho, às fls. 140), o indiciado Floriano B. de Araújo imprimia às suas pregações revolucionárias um cunho de violência e rigidez próprio daqueles usados pelos comunistas chineses, usando assim o já muito conhecido Slogan “Na Lei ou na Marra”, em substituição ao chinês “A ferro e a fogo”. Sério introspectivo, “frio e calculista” o indiciado Floriano B. de Araújo imprimia à sua ação subversiva neste Estado um sentido de força e violência nos moldes dos utilizados pela ‘linha Chinesa”, comprando e adquirindo armas de guerra privativas das Forças Armadas, as quais foram devidamente apreendidas pelo capitão encarregado do Inquérito Policial Militar da Guarnição do RN, conforme Auto de Apreensão de fls. 317 e fotografia junta. Prova assim o fato descritivo e anti-político desejo e a reprovável intenção do indiciado Floriano B. de Araújo de subverter a Ordem política e Social do país, para impor à Nacionalidade um regime político anti-democrático, anti-cristão e sobretudo totalitário, qual é o Partido Comunista !. E, como se não bastasse nefasto acervo de atos caracterizados como atos predatórios para a Revolução Brasileira, o indiciado Floriano B. de Araújo procura sempre e sempre externar o seu pensamento ultra-radical empregando em quase todos os doc de sua autoria a expressão : “Saudações Revolucionários”, conforme se constata em quase todos os ofícios por ele assinados e insertos nos autos.

18. José Rodrigues Sobrinho - Agricultor. Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do RN. Na noite do dia 1º. de abril do corrente ano, quando da deflagração do movimento Revolucionário, o indiciado redigiu e enviou ao ex-Presidente João Goulart um telegrama no qual hipotecou solidariedade ao mesmo, pondo à disposição daquele ex-Presidente cerca de 50 mil camponeses. Redigiu dito telegrama em nome do CGT Rurais dizendo inclusive que os 50 mil camponeses estavam de prontidão em suas sedes sindicais, taxando as Forças Democráticas de “Correntes reacionárias e retrógradas”, conforme texto do documento de fls. 343, nos Autos. (O referido telegrama foi transmitido duas vezes no mesmo dia, conforme cópias de fls.343, com

indicações do DCT de “8400 - 92 - 1 - 11,30”). Na mesma data o indiciado redigiu e endereçou ao agitador comunista Lindoufo Silva, presidente da ULTAR (União dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Brasil), com sede no Sul do país, outro telegrama, dando conta aquele comunista que já havia transmitido ao Sr. João Goulart , cujo texto diz da vontade interesse e disposição do referido indiciado de, se preciso: “... lutar ao lado todos companheiros contra correntes reacionárias que não reconhecem mínimos direitos nossos patrícios e não querem renunciar privilégios milenares”(Documento de fls. 345). No dia 3 de março do corrente ano o indiciado lançou um Manifesto Público “As autoridades e ao povo do RN”, em Nota Oficial, esclarecendo que: “As forças populares do RN, representadas pelo “Comando Estadual dos Trabalhadores”(entidade representativa do CGT no RN), ‘Federação dos Trabalhadores Rurais do RN” e pela “União Estadual dos Estudantes”, reunidas para apreciar a situação de Pernambuco, vem de público manifestar: 1) Solidariedade ao governo popular Miguel Arraes em sua luta em favor das classes menos favorecidas daquele Estado; 2) ...; 3) Denuncia do esquema golpista que, partindo da Guanabara e São Paulo tenta intervir no processo democrático em andamento no país, impedindo as livres manifestações populares e tentando sufocar, pela força, a “marcha fazendo o fogo dos comunistas utilizando e empregando, inclusive, os “Slogan” próprios daqueles, como seja : “luta por uma reforma agrária completa, radical” e “conscientização de uma classe que se levanta sustentada num espírito classista”. Ás fls.350 (sic) vemos na 2º. coluna do texto inserto na reportagem que, - por sinal, é publicada no jornal oficial do Clero neste Estado, - os convencionais declaram àquele período que : “Não queremos as reformas por meios pacíficos. Queremos os direitos com a paz. Mas a capacidade de espera da gente está se acabando”. Com o documento de fls. 356, vemos o indiciado José Rodrigues Sobrinho perfeitamente entrosado no movimento comunista denominado “Frente de Mobilização Popular”, utilizado em todo o país para a propaganda e proselitismo e integração da dialética marxista e breve conquista do poder pela Revolução Brasileira, pelo PCB. Empréstava apoio franco , espontâneo e público aos movimentos grevistas realizados neste Estado, chegando mesmo a liderar alguns deles, fugindo à linha de conduta determinada pelo Bispo Administrador Apostólico da Arquidiocese de Natal, empregando inclusive termos e expressões radicais tão à moda dos comunistas. Realizava e determinava invasões de terras em vários municípios deste Estado conforme comprovam os documentos de fls. 368 a 3770 ; 372 a 373 ; 374; 379 a 385; 391 a 394; 397; 399 a 401; 406 a 407; 335 a 337; 338 a 341; 360, que bem atestam as atividades subversivas e criminosas praticadas pelo indiciado José Rodrigues Sobrinho com funestas consequências para a economia agrícola e a tranquilidade e segurança dos proprietários de terras no interior deste Estado.

19. Antônio Teixeira de Oliveira - Agricultor em Nova Cruz. Pres. Do Sind. dos Trabalhadores Rurais de Nova Cruz. No referido cargo identifica-se plenamente com a maneira de pensar e agir do indiciado José Rodrigues Sobrinho, ora dirigindo invasões de terras, ora fazendo ameaças a proprietários, alterou de tal modo a normalidade dos que fazem a agricultura naquele município , motivo porque, presentemente, o referido indiciado está sendo processado criminalmente no juízo - Crime daquela Comarca, mediante queixa - crime apresentado pelo proprietário Manoel Domingos Teixeira. A frente do Sind. Rural de Nova Cruz e na campanha de 42 sócios daquela entidade penetrou violentamente na propriedade do Sr. Nezinho Domingos localizada em “Boa Água”, a fim de obrigar o referido proprietário a readmitir os trabalhadores rurais Virgílio Firmino dos Santos e Anulino Mouzinho de Pontes. Ameaçava proprietários de terras de espancamentos, conforme consta do depoimento da testemunha João Miguel Ribeiro, às fls.383. Incentivava clima de inimizades entre proprietários de terras e arrendatários, conforme termo de declarações de Gerson da Silva Caldas às fls. 379.

20. Pedro Simão Pereira - Vulgo “Pedro Cheque”. Elemento de ligação entre Floriano B. de A. e Francisco Julião. Tomava parte e realizava instalações de Delegacias das Ligas Camponesas no interior deste Estado. Homem de confiança de Floriano B. A. era o elemento encarregado da

compra de armas para as Delegacias das Ligas Camponesas, conforme declarações prestadas pelos indiciados João Dora Filho e Washington Luiz Fernandes, às fls. 203 a 206 e 180 a 182. (Ver documento de fls. 419, 420, 421, 422). Quando da deflagração do movimento Revolucionário de 31 de março dirigiu-se à cidade de Macau em companhia do comunista João Soares Filho, e naquele município realizou entendimentos com o agitador Floriano B. A. no sentido de desviar da ação das Autoridades Militares e policiais todo o armamento que fora adquirido pelas Ligas Camponesas, tendo inclusive se dirigido em companhia do indiciado João Soares Filho para sua residência e ali enterraram grande quantidade de armamento e munição de guerra, material que foi posteriormente apreendido pelo cap. Encarregado do IPM da Guarnição Militar deste Estado. (Ver declaração do indiciado João Soares Filho, de fls. 138 a 142 e Auto de Busca e Apreensão de fls. 317 2 fotografia anexa). ENCONTRA-SE FORAGIDO.

21. Mery Medeiros da Silva - Estudante. Secretária da Liga Urbana do RN, em Natal . Tomava parte ativa na instalação de Delegacias das Ligas Camponesas no interior deste Estado juntamente com Francisco Julião e Pe. Alípio de Freitas. Era agente de propaganda do jornal das Ligas Camponesas “Liga”, conforme se constata do documento de fls. ... ; Homem de inteira confiança do agitador Floriano B. A., tomava parte nas Delegações das Ligas Camponesas deste Estado junto à OPLCB, no Recife sendo inclusive o orador oficial. (Ver documentos de fls. ...). Para melhor se aquilatar das atividades realizadas pelo indiciado Mery m. da Silva, ver documentos de fls...

Na qualidade de orador oficial das Ligas camponesas representava e discursava, inclusive, em Sindicatos e outras entidades classistas.

22. João Batista - Estudante profissional. Elemento completo e totalmente vinculado ao movimento das Ligas Camponesas neste Estado e de inteira confiança do agitador Floriano B. Era o organizador das Delegacias das Ligas Camponesas no interior deste Estado , exercendo sua influência e supervisionando especialmente o setor da Delegacia da Liga Camponesa de Canguaretama.

Era inclusive adepto da “linha chinesa” e seguia a linha de orientação agitacionista utilizada por Floriano. Servia de elemento de ligação entre Floriano e elementos subversivos com atuação em municípios deste Estado e inclusive com agitadores radicais noutros estados, como seja, Francisco Julião, Pe. Alípio de Freitas e outros. Em face do seu grau de cultura era bem recebido e acolhido no seio dos camponeses no interior deste Estado, sobretudo por utilizar-se sempre o indiciado da sua qualidade de estudante e homem de cultura. Acompanhava sempre Floriano e Francisco Julião em suas pregações e propagandas de natureza subversiva pelo interior do Estado. Organizou diretamente a instalação da Delegacia da Liga Camponesa de Canguaretama, município deste Estado, conforme se constata da fotografia às fls... e que inclusive nela se vê o indiciado João Batista. (Ver documento de fls...). Comparecia a reuniões de caráter subversivo em subúrbios de Natal - ALECRIM - companhia do comunista confesso João Soares Filho, conforme se poderá ver das declarações deste último, às fls. 141, 1º. vol. Ver fls.56, declaração do indiciado Manoel Bento da Silva, de Baía Formosa. Ver declaração do indiciado Francisco Vital da Silva, às fls. 79, 1º. vol decl. De fls. 80, 1º. vol . “Ameaçava pessoas (camponeses) para ingressarem na Liga Camponesa de Camguaretama, conforme declarou a testemunha Rita Ferreira Soares, às fls. 93, no 1º. vol Ver ainda fls. 94, 96, 101,103,104.

23. Salomão Morais - Hoteleiro - Militante das Ligas Camponesas neste Estado, vivia a pregar o ódio entre as classes e a subversão no campo. Era, inclusive, jornalista de “A LIGA”, jornal de propaganda subversiva e comunista da OPLCB (Organização política das Ligas Camponesas do Brasil), mantendo franca e permanente ligação com o líder comunista Clodomir Morais, que também se assina Clodomir, advogado das Ligas Camponesas de Pernambuco e

orientador político da referida entidade comunista. Atuava também como líder sindical. Ver documento de fls... Foragido. Secretário Geral da Liga Urbana, em Natal. (Documentos de fls...).

24. José Holanda - Funcionário público Federal - prático rural classe "D"- Lotado na Inspetoria de Produtos Agropecuários e Materiais Agrícolas em Recife, do Ministério da Agricultura, tendo sido deslocado para esta cidade de Natal, de onde foragiu-se até à presente data. Casado. Natural do Estado do Ceará, tendo nascido no dia 29 de janeiro de 1925. Carteira de ident. Sob No. 39.918. Reservista da 3ª. Categoria com certificado sob No. 357.419 da 10ª. R.M. 25ª. C.R. - Não tem sinais particulares. Filiações : Antônio Raimundo de Holanda e Maria Honorata de Holanda. Altura : 1,60m, cor : branca . Olhos castanhos. Barba raspada. Bigode Castanho.

Atividades : - Presidente do Comando Estadual dos Servidores Públicos do RN, entidade de natureza ilegal e subversiva, a exemplo do CET (Comando Estadual dos Trabalhadores), órgão filiados ao CGT. Mantinha estreitas ligações com Djalma Maranhão , Luiz Maranhão e José Campelo Filho, com os quais dirigia e manobrava as atividades sindicais na cidade de Natal e no interior do Estado. (Ver declarações do indiciado Waldir Gomes dos Santos , às fls.160). Comunista atuante, formava , com Djalma Maranhão e Luiz Maranhão , este Chefe Supremo do PC no RN, a direção do PC em Natal.(Ver decl do comunista confesso João Soares Filho, às fls. 142, 1º. vol.).

25. João Virgínio de Oliveira - Pedreiro, solteiro, paraibano. Membro do sindicato da construção civil do RN. Primeiro tesoureiro das Ligas camponesas do RN. Na qualidade de 1º. Tesoureiro representava o indiciado Floriano Bezerra de Araújo junto às Autoridades Estaduais e municipais deste Estado, das quais receberia subsídios para desenvolvimento e atividades das Ligas .(Ver doc de fls... endereçado ao prefeito de Vila Nova). (Ver : "CONVITE AO POVO EM GERAL"). (Ver Ata de fundação das Ligas Camponesas do RN, às fls...). Associado da célula comunista de que era presidente o comunista confesso João Soares Filho. Era inclusive membro do conselho consultivo das Ligas Camponesas do RN. (Ver decl de João S. Filho de fls. 139 a 142). (Ver decl do indiciado Manoel Bento da Silva às fls. 54,55 e 56). (Ver decl do indiciado Francisco Vital da Silva às fls. 80). (Ver decl da testemunha Pedro Luiz da Silva, às fls. 101). (Ver decl da testemunha José Justino da Silva, às fls. 102).

ENCONTRA-SE FORAGIDO.

26. Francisco Julião - Ex- deputado federal - Pernambucano. Adepto da famosa "linha chinesa" caracterizava as suas atividades através das Ligas camponesas no interior deste Estado com o emprego de termos evidentes e radicais, empregando inclusive a força para invadir propriedades, conforme consta das declarações do indiciado José Rodrigues Sobrinho, o qual esclareceu a esta autoridade haver o indiciado Julião em companhia de outros agitadores das Ligas forçado a porta da sede do sindicato Rural de Canguaretama e ali haver instalado a Delegacia da Liga daquele município. Fez conferências e pregações subversivas no interior deste Estado com discursos violentos, radicais e agitadores sobre a Reforma Agrária Radical, destacando-se a realizada no município de Macau, em campanha do Pe. Alípio de Freitas , que produziu a repulsa dos habitantes daquele município. Presidente do Conselho Nacional do Movimento Camponês Radical (CNMCR) ; Pres. da MURB (Movimento Unificado da Revolução Brasileira).Redigiu no dia 5 de junho de 1963 ao presidente do sindicato dos estivadores, Joaquim Xavier de Souza, o Manifesto - Programa constante de fls... a fls... e constituído de conteúdo profundamente comunoradical, no qual se encontram insertos diretrizes de ação violenta para a Revolução Brasileira, que passamos a baixo a transcrever :

"Queremos a Rev. Brasileira, isto é, a mudança da estrutura política, econômica e social do povo". "Quem vai fazer esta Revolução ? * A direita, o centro ou a esquerda ? Serão as massas. Conscientes do seu papel histórico. Exigindo as reformas de base radicais. Sim"(Ver fls...).

Propunha através do referido Manifesto - programa entre outras reformas as seguintes :

Redução progressiva dos efetivos militares ; criação de milícias voluntárias e operárias ; transformação dos quartéis em escolas técnicas e hospitais ; eliminação dos dispositivos do RDE, das forças Armadas, em fim ; revogação da Lei de Segurança Nacional , finalmente, a instauração de uma nova República, inspirada na vontade das massas.

Vê , se, dessarte, que o agitador comunista e ultraradical Francisco Julião estava a envenenar a consciência da nacionalidade com pregações estupidamente subversivas e altamente criminosas, numa promessa vã e utópica de organização de um Governo instaurado com a Liga de Nova República sob a égide da vontade das massas. Objetivo impossível e criminoso, outra não era a intenção do perigoso agitador se não a de produzir a intranquilidade dentro da comunidade brasileira e a subversão da ordem política e social num verdadeiro desafio à lei da Segurança Nacional e para, ao final, realizar a propaganda Revolucionária Brasileira para implantação de um regime comunista em nosso país.

27. Pe. Alípio de Freitas - Agitador revolucionário, atuava em franco dispositivo com o não menos agitador Francisco Julião, prevalecendo-se inclusive da qualidade de representante da Igreja católica para assim, melhor seduzir os incautos, menos favorecidos pela sorte e ignorantes, produzindo, assim, aspectos tipicamente negativos para a solução dos problemas mais graves dos humildes homens do campo. Neste Estado como em outras regiões do país mancomunado com Francisco Julião realizou conferências, palestras, comícios e instalações de Ligas Camponesas, tudo sob a promessa de que tais atividades resolveriam os graves problemas dos que trabalham na agricultura. Pura mistificação e solertes promessas que culminaram sempre em agitação e verdadeiros desarranjos sociais para os trabalhadores do campo, que impulsionados, dirigidos e orientados contra os proprietários de terras, de engenhos e de usinas viviam num clima de eterna suspeição e franca dissensão com os últimos. Prova incontestes dos efeitos maléficos das atividades desse clérigo foi a falta de receptividade pela população de Macau quando o Pe. Alípio de Freitas fugindo aos sagrados deveres de sacerdote e orientador de almas realizou uma conferência em Macau abraçado ao agitador comunista Francisco Julião e com o ultraradicalista Floriano B. de Araújo, pregando naquela cidade a necessidade de se realizar a Reforma Agrária Radical numa região de formação e constituição profundamente adversa das possibilidades de realizar tais reformas. Macau, a maior zona salineira do NE brasileiro, predisps-se contra o Pe. Alípio de Freitas e seus asseclas dizendo através dos noticiários constantes da imprensa desta capital no dia seguinte à referida conferência da falta de identidade e das mentiras e promessas constantes das palavras proferidas pelo Pe. Alípio em companhia de Francisco Julião, Pedro S. Pereira , vulgo “Pedro cheque”, João Batista , Alfredo Ferreira de Lima , Pretextado José da Cruz , e outros agitadores com atuação permanente neste Estado, todos indiciados neste inquérito, com ressalva deste último que é indiciado no inquérito do Bel. Carlos Veras, na cidade de Canguaretama, ali quebraram a fechadura do prédio onde se achava instalado o sindicato Rural e arrombaram a porta da mesma casa, e, violentamente instalavam Delegacias da Liga Camponesa de Canguaretama, num verdadeiro acinte e criminoso desrespeito à propriedade privada. (Ver decl de José Rodrigues Sobrinho e notícia pública em um período desta capital const de fls...).Incrível, imóvel e sem justificativa atitude desse juiz praticado sob o patrocínio de um homem que em sendo um defensor dos postulados cristãos dentro de um regime democrático, desajusta-se nos seus deveres eclesiásticos para realizar atos materiais criminosos no presença e junto de homens simples e ignorantes que estão a precisar de melhor orientação sócio-política e sobretudo necessitados de entender de que os seus problemas devem e poderão ser resolvidos com o necessário respeito à Carta Magna, pois só assim poderá um povo cristão edificar para si, para o sociedade, para o Estado e para Deus ! Ousamos concluir que se grande é a responsabilidade de todos os indiciados anteriormente citados, não menos é a responsabilidade e a impunidade a ser feita ao indiciado Pe. Alípio de Freitas pelo muito de mal que fez à comunidade potiguar radicada no campo e o pouco que não conseguiu realizar para a grandeza do Brasil. Convenhamos, desenvolvimento e crescimento não se produzem, não se realizam e nem tão pouco poderão ser edificadas sobre

bandeira de agitação, mas sim com respeito à Lei, a família e a Deus ! A “cultura”, a “Inteligência” e o “Saber” do conhecido agitador Pe. Alípio de Freitas deixaram como triste recordação na vida do camponês do RN uma triste e insidiosa mancha negra, ou reolada pelo círculo vermelho do PCB.

28. Ivo Ferreira dos Santos - Presidente do Sindicato dos Salineiros, em Macau. Escrevia e dava publicidade através das colunas do jornal “O NACIONALISTA”, artigos e manifestos de conteúdos subversivos e anarquistas, em franco desrespeito à lei de imprensa e à lei de Segurança Nacional. Usando de linguagem violenta e perniciosos os seus trabalhos jornalísticos alinhavam-se perfeitamente bem à maneira de pensar, de agir e de conduzir a vida política daquele município pelo agitador comunista Floriano Bezerra de Araújo. Tendo sido detido pelas Autoridades da Guarnição Militar deste Estado, alguns dias depois foi posto em liberdade por falta de elementos para consubstanciar as suas atividades subversivas dentro deste Estado. Entretanto, passados alguns meses essa Autoridade conseguiu identificar ditas atividades subversivas do indiciado Ivo Ferreira dos Santos, através de alguns exemplares daquele jornal de linha política esquerdista radical, razão porque o mesmo figura como indiciado no presente Inquérito. Inconsequentemente, desavisado e debochado, o referido indiciado após ser posto em liberdade pelas Autoridades militares da Guarnição Militar deste Estado, vivia blasonando, sorrindo do Movimento Revolucionário de 31 de março, dizendo que : ser sabido é uma boa qualidade para o homem, pois conseguira fugir à ação das autoridades militares, pois nada havia sido provado contra si. Ouvido por esta autoridade negou ser comunista ou mesmo homem de esquerda radical, entretanto os atos subversivos não devem ser provados somente através de atos materiais praticados contra a segurança do Estado, pois estes algumas vezes são passivos de recuperação para a estabilidade da ordem política e social de cada comunidade, mas e sobretudo deve-se atentar sempre para o fato de que as idéias traduzidas para o papel e divulgadas para o conceito público constituem e produzem maior repercussão e piores efeitos na consciência do povo que vêem, sentem e admitem ser a imprensa o maior e melhor veículo de orientação e “conscientização”- termo empregado pelo PC - para politizar-se, motivo porque os artigos de autoria do indiciado e publicados no “O NACIONALISTA” constituíram-se em “atos” orientados e disciplinados pelo PC para melhor realizar o seu plano de construção do partido, conforme se acha devidamente consubstanciada na REVOLUÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO, às fls. 29 e outras do livreto publicado pelo PC em todo o território nacional e que juntamos aos outros para melhor instruir o presente Inquérito.

Senhor Secretário da Segurança Pública :

- O presente Inquérito é produto do nosso modesto trabalho e foi realizado sob o melhor e mais amplo desejo de bem servir à causa, a Nacionalidade, promessa maior de um povo livre e cristão que vê na liberdade de pensar e de agir a maior grandeza da alma humana e do valor humano.

Aqueles que tentaram ou contribuíram de algum modo realizar a mudança de nosso sistema de governo democrático e republicano, desejamos nesta oportunidade que se faça presente a mão benéfica da lei pois, só assim, à luz da prova produzida no bojo dos Autos e a verdade constante dos depoimentos, declarações e documentos outros constantes do Autos poderá o povo brasileiro marchar certo para os dias certos do futuro !

O Movimento Revolucionário de 31 de março provou ao mundo que a consciência nacional entende, defende e jamais declinará do seu direito de possuir e viver livre, respeitada e soberana à sombra da confiança e da fé que sempre depositaram e depositarão sempre nas forças Armadas que, mãos dadas aos civis, salvaram a nacionalidade das garras do comunismo internacional.

Que este modesto trabalho, desprovido de vaidade e de maiores pretensões, sirva de algo para o muito que deve ser produzido e dispensado à segurança do país, é a nossa humilde e maior pretensão.

É o relatório.

O presente Inquérito - de natureza e investigação singular - foi instaurado em obediência ao disposto pelo decreto de 17 de abril do corrente ano e publicado no Diário Oficial do dia 23 do mesmo mês, no qual o Excelentíssimo Sr. Dr. Governador deste Estado nomeou esta autoridade para, como delegado de polícia, especial, apurar, com jurisdição em todo o Estado, a prática de atos contra a segurança do país, e regime democrático e a propriedade da administração pública ou crime contra o estado e seu patrimônio, a Ordem Política e Social ou atos de guerra revolucionária (Ato Institucional - Artigo 7º. , 1º. e Artigo 8º.).

INQUÉRITO POLICIAL INSTAURADO NA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL (RN) EM 1964

O presente inquérito abraça fatos e atos praticados e relacionados com funcionários e ex-funcionários da RFFSA, no RN, que, pela sua natureza, extensão e profundidade se caracterizam como atividades ilegais e atentatórias à Segurança do Estado e à Ordem Política e Social do País.

INDICIADOS

a) - Foram ouvidos nesse inquérito os indiciados abaixo discriminados :

- 1) - Walter Batista de Andrade - telegrafista
 - 2) - Geraldo Lourenço Mafra - Mecânico Operador
 - 3) - Cesário Clementino dos Santos - Of. de Adm.
 - 4) - Benjamim Clementino dos Santos - Mecânico Operador
 - 5) - José Alves de Lima - Mestre de obras, os quais se encontram presos sob prisão preventiva decretada pelo conselho permanente de justiça da Justiça Militar da 7^o. RM.
- b) - Paulo Augusto do Nascimento Feitosa - Foi ouvido pelo Enc. do IPM da Guarnição Militar do RN e, em seguida, posto em liberdade. - Foi demitido da RFFSA, Delegacia de Natal, através da portaria No. 405, de 23-04-964, do Sr. Dr. Superintendente.
- c) - Encontram-se foragidos :
- 1- Heber Maranhão Rodrigues - Ex-delegado Regional.
 - 2- Berenice Medeiros de Freitas.
 - 3- Terezinha de Brito Braga.
 - 4- Herval Aroeira - Ex-presidente do Sindicato dos Ferroviários da Estação Ferro Leopoldina.

RESUMO DAS ATIVIDADES DOS INDICIADOS

1-Walter Batista de Andrade.
Acusado de :

Haver aclamado os servidores da Oficina Metálica da RFFSA, em Natal, a abandonar o trabalho, em solidariedade ao então presidente da República, deposto, João Goulart, e como represália aos comandos Militares que haviam deposto o Sr. João Goulart ; fazer pregações subversivas nesta capital ; ameaçar os seus companheiros que discordavam das suas idéias ; incitar o pessoal da tração a fazer greve e a pixar muros ; desacatar os seus companheiros chamando-os de “gorilas” e de “reacionários”, quando os mesmos discordavam das suas pregações esquerdistas ; fazer parte do grupo atuante da Rede e composto de Berenice de Freitas, Terezinha de Braga e outros.

2- Geraldo Lourenço Mafra

Acusado de :

Participar de reuniões na residência do seu companheiro José Alves Lima, Interventor na Delegacia do Sindicato dos Ferroviários, nesta capital ; fechar as oficinas da RFFSA nesta capital ; ordenar a saída do pessoal da Fundação , antes do término do expediente de trabalho 13 de março do corrente ano, com o fim de fazer os funcionários irem esperar a chegada de um trem de camponeses.

3- Cesário Clementino dos Santos

Acusado de :

Na função de presidente do Sindicato dos trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Mossoró , haver decretado greves naqueles municípios ; em combinação com os sindicatos dos Marítimos e dos Portuários - que formavam a PUA (Pacto de Unidade e Ação) - Organizar greves de natureza políticas.

4- Benjamim Clemente Pereira

Acusado de :

Juntamente com Walter B. de Andrade fazer pregações de natureza esquerdistas na RFFSA e na Delegacia do Sindicato dos Ferroviários, nesta cidade ; articular movimentos grevistas como substituto do Delegado Sindical ; fechar as seções da RFFSA nos dias de greve.

5- José Alves de Lima

Acusado de :

Acompanhar o Walter B. de Andrade em seus movimentos subversivos ; nos dias de greve fechar as seções da RFFSA e conduzir consigo as referidas chaves ; membro da diretoria do CET (comendo Estadual dos Trabalhadores), entidade de representativa do CGT no Estado do RN ; haver determinado aos servidores da RFFSA que abandonassem o trabalho no dia 31 de março ; expedir ordens e orientar os movimentos grevistas na RFFSA.

6- Paulo Augusto do Nascimento Feitosa

Acusado de :

Haver readmitido nos quadros da Ferrovia, Terezinha B. Braga e Berenice M. de Freitas ; haver autorizado a circulação de um trem para fazer o transporte de camponeses do interior do Estado para esta capital, para participarem de concentrações políticas.

7- Heber Maranhão Rodrigues

Acusado de :

Haver admitido como funcionários da RFFSA em Natal, as indiciadas Berenice M. de Freitas e Terezinha B. Braga, as quais são apontadas como agitadoras e disseminadoras de idéias e atitudes subversivas ; cnseguir a readmissão das supra referidas agitadoras na RFFSA depois de haverem as mesmas sido demitidas dos quadros da Ferrovia, isto no mês de novembro de 1963 ; trouxe para esta capital a fim de realizarem palestras no Sindicato dos Ferroviários - Delegacia de Natal -, e na própria Rede, conhecidos líderes esquerdistas, tais como o Pe. Alípio de Freitas e o presidente do Sindicato dos Ferroviários da “Leopoldina”, Herval Aroeira, o qual fez uma conferência na qual conclamou os ferroviários deste Estado a “comprarem armas para ajudar os camponeses a tomarem posse, por invasões, das terras que ficassem a 10Km das estradas e dos açudes”, apoiava, como delegado da Rede quando qui era lotado, movimento destinados à paralização das atividades da RFFSA, em Natal.

8- Berenice Medeiros de Freitas

Acusada de :

Atividades subversivas na RFFSA nesta capital ; tomar parte com o servidor Walter B. de Andrade nas suas atividades de propaganda e orientação subversiva na RFFSA ; promover reunião com os servidores da RFFSA durante as horas de expediente, fazendo inclusive doutrinação político-marxistas ; tumultuar as reuniões da Delegacia do Sindicato dos Ferroviários da classe e visando atividades e interesses políticos estranhos ao órgão classista dos Ferroviários ; frequentar reuniões na residência do comunista confesso médico, B. Vulpiano Cavalcante, juntamente com outros líderes comunistas, tudo isto na casa de propriedade daquele médico e localizada na Praia do Meio, nesta cidade ; frequentar reuniões de caráter tipicamente comuno-subversivo no escritório do líder comunista Luiz Maranhão Filho.

9- Terezinha de Brito Braga

Acusada de :

Fazer ameaças aos servidores da RFFSA para força-los a se sindicalizarem ; frequentar reuniões políticas na residência do líder comunista professor Luiz Maranhão filho ; atuar juntamente com o servidor Walter Batista de Andrade nas suas pregações político-esquerdistas no interior das Oficinas da RFFSA em Natal ; tumultuar as reuniões da Delegacia do Sindicato do Ferroviários nesta cidade, visando aumentar a agitação entre os trabalhadores da referida autarquia ; frenquentar juntamente com Berenice de Freitas e outros agitadores deste Estado a residência do comunista confesso e médico, Dr. Vulpiano Cavalcanti, onde eram discutidos e abordados problemas de natureza subeversiva.

10- Herval Aroeira

Acusado de :

Quando em visita à Delegacia do Sindicato dos Ferroviários , nesta capital, e à sede da RFFSA neste Estado, haver incitado os servidores presentes a reuniões “a comprarem armas para ajudar os camponeses a tomarem posse por invasão, das terras que ficassem a 10Km das estradas e dos açudes”.

Éste indiciado é residente na Guanabara e foi inclusive presidente do Sindicato dos ferroviários da Estrada de ferro Leopoldina. Tem destino ignorado.

Esclarece-se ainda que todos os indiciados que se encontram acima discriminados e que estão foragidos têm prisão preventiva decretada pelo Conselho Permanente de Justiça Militar da 7^o. RM, com Autoria na cidade do Recife.

Como se vê e inclusive cinsta do relatório da Comissão de Inquérito Administrativo da RFFSA, anexo, o período de agitação na referida Autarquia teve início com a chegada a esta capital do Engenheiro Heber Maranhão Rodrigues, o qual, tão logo assumiu a Delegacia da RFFSA começou a admitir nos quadros da Ferrovia elementos subversivos, tal é o caso da contratação das indiciadas Terezinha de B. Braga e Berenice M. de Freitas, as quais, mesmo antes de esquerdistas na faculdade de Direito da Universidade deste Estado, onde estudavam, e inclusive no novo universitário que frequentavam.

Assim é que, para atingir os seus objetivos políticos-esquerdistas o indiciado Heber Maranhão Rodrigues proporcionava às indiciadas Berenice e Terezinha todas as facilidades necessárias ao exercício das “atividades” das mesmas na Rede , inclusive permitindo que as mesmas tivessem franco acesso às diversas Repartições que formam a RFFSA nesta capital onde juntas e algumas vezes acompanhadas de elementos agitadores da própria RFFSA, promoviam debates, reuniões e até mesmo discussões em torno de problemas políticos, prejudicando, assim, não só a boa marcha de produção por parte dos servidores mas sobretudo predispondo o espírito, o sentimento e o pensamento de cada servidor da Rede contra a estrutura socio-política-administrativa do país, comportamentos aqueles que não dão inclusive uma idéia clara, objetiva e sobretudo conclusiva do quanto de subversivo vinham as mesmas indiciadas praticando e produzindo no seio da classe ferroviária deste estado.

Tornou-se, dessorte, atitude natural dentro das seções e oficinas da Rede, em Natal, alguns servidores de trabalho, isto conforme se constata em quase todos os testemunhos constantes do Rd de testemunhas incerto nos Autos, que consta de 43 depoimentos.

Os movimentos grevistas, que têm por finalidade a conquista de determinados direitos e vantagens por órgãos de classe, vinham de há muito sendo realizados na RFFSA com características tipicamente político-radicalis e disciplinas por uma “LINHA JUSTA” de sentido comun-esquerdista e cujos atos traduziam a iminente derrocada do nosso sistema de governo democrático e de uma inoportuna e anti-cristã campanha para instalação de um governo anárquico-totalitário e de classe em nosso país . Tais movimentos, tais atividades vinham sendo exercitados de modo franco e abertamente no seio dos trabalhadores da RFFSA, que nesta capital, que no interior deste Estado, tudo conforme nos dão conta as dezenas de testemunhos e depoimentos contidos no bôjo dos Autos.

Entretanto, Sr. Secretário de Segurança, apesar da carência de maiores para instalação de um serviço de Segurança em cada Estado da Federação, a República Brasileira conseguiu despertar do seu letárgico sono de confiança para, unidos militares e civis, homens e mulheres , realizar o Movimento Revolucionário de 31 de março, desalojando do governo os corruptos e os subversivos que vinham estigmatizando o nosso governo no concerto internacional, corrompendo a consciência do nosso povo, deturpando a cultura dos nossos jovens com ensinamentos alienígenas e solapando a economia do estado e a segurança do país.

Sr. secretário de Segurança Pública .

Este Inquérito - de natureza e investigação singular - é um modesto produto daquilo que conseguimos diligenciar, coligir e apurar em torno do muito de subversivo que se vinha desenvolvendo em apenas uma das Repartições Federais neste Estado : na Delegacia da RFFSA, em Natal e em Mossoró , municípios deste Estado.

Do exposto conclue-se que o pretendido Plano de Construção do PC no país estava em franco desenvolvimento e montdo em sólidas bases na RFFSA, fazendo assim periclitir um dos maiores organismos outocráticos do país e produzindo inclusive funestas conseqüências em toda uma tranquilidade da nação.

É o relatório.

Natal, em 12 de setembro de 1964

Bel. José Domingos da Silva
Delegado de Polícia, especial.

SUBVERSÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

Relatório dos inquéritos realizados pelos Dr. José Domingos da Silva e Carlos Moura de Moraes Veras.

O presente Inquérito - de natureza e investigação singular - foi instaurado em obediência ao disposto pelo Decreto de 17 de abril do corrente ano e publicado no Diário oficial do dia 18 e republicado no dia 29, tudo do mesmo mês e no jornal, no qual o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado nomeou esta autoridade para, como Delegado de polícia, Especial, apurar, com jurisdição em todo o Estado, a prática de atos contra a segurança do país, e regime democrático e a probabilidade da administração pública ou crime contra o Estado e seu Patrimônio, a ordem política e social ou atos de guerra revolucionária. (Ato Institucional - Artigo 7º. , 1º. e Artigo 8º.).

I

As declarações, depoimentos, acareações, Autos de Busca e Apreensão e documentos contidos no bôjo dos autos do presente Inquérito nos informam e dão conta à sociedade do RN da profundidade, desenvolvimento e alastramento das diretrizes do Partido Comunista do Brasil, o qual, para atingir o fim colimado, vinha se utilizando e abraçando dentro deste Estado de todos os meios de propaganda, de pessoas e de associações para, desse modo, realizar de uma maneira rápida e direita uma forma de conscientização no seio da Sociedade do RN, que no setor da Cultura mais elevada do Estado - na superestrutura -, quer mesmo no âmbito das camadas mais pobres, simples e humildes - operários, camponeses e funcionários de modestas categorias.

O seu desenvolvimento e objetivo é a realização das etapas formuladas nas diretrizes do partido , no Brasil, - a conquista do proletariado Rural e dos camponeses e dos pequenos proprietários de terras -, têm sido um constante no seio do Partido, caracterizando-se abertamente em quase todo o território nordestino pela formação e instalação de Ligas Camponesas, cuja atuação sobre o homem rude, simples e ignorante, do campo, vinha formando e produzindo uma mentalidade agressiva para com tudo e todos.

Este Inquérito informa, esclarece e objetiva atos e pessoas - deste e de outros Estados - que há muito vinham, sob as formas mais diversas, corroendo e corrompendo a estrutura político-social do Estado, ora incitando, ora orientando, ora dirigindo e participando pessoalmente de práticas de atos contra a Segurança do estado e vilipendiando propriedades privadas de modo arbitrário e violento, em franco e liberal atentado à Magna Carta e às Leis vigentes no país .

Através dos depoimentos, declarações, acareações e outros documentos que bem instruem o presente Inquérito, pode-se ver perfeitamente que uma das etapas mais importantes do partido - “conquista de ótimos adeptos e centralização de massas conscientes da Grande Tarefa do Partido - estava em franca ascensão, através de um aproveitamento de frações partidárias ... e não partidárias, apontadas pelos dirigentes do partido para bem realizar o Plano de Construção do Partido, preconizado na Redução sobre a Política de Organização do Partido, às fls. 29, que juntamos ao presente Relatório.

“ Descentralizando assim as atividades de propaganda e agitação política, descentralizaremos e ampliaremos nosso trabalho político entre as massas”. (Ver Resolução acima referida, às fls. 20, anexa.).

Daí porque, data venia, neste Estado, para poder o Partido realizar o seu Plano de Construção, vinha se “utilizando” da mão direita que lhe era oferecida de modo indireto e em forma de “inocentes úteis” alguns presidentes dos Sindicatos Rurais existentes no Estado, o que descaracterizou, de certo modo, a magnífica e monumental obra que vinha e vem realizando em todo o interior deste Estado, o Administrador Apostólico da Arquidiocese. A prova desse incontestável prejuízo que vinha sofrendo e ainda está a sofrer a igreja e, conseqüentemente toda a sua estrutura do nosso sistema de Governo Democrático, está contida nos autos, através de inúmeras denúncias, telegramas, depoimentos e queixas, o que nos levou a realizar aquilo que a lei manda que se faça : prescrutar os fatos e atos e apontar à justiça os responsáveis pela alteração da Ordem vigente.

Dessorte, é imoportante o esclarecer-se aqui que, em face da agitação reinante no campo e das violências praticadas contra as propriedades privadas, a produção, fator imprescindível para o progresso de um Estado, estava sofrendo palpável redução, causando assim imperdoável prejuízo e profundo mal estar e insegurança na produção agrícola e pastoril. Era a sublevação das massas para a realização iminente da esperada Revolução Brasileira, tanto vezes contida e repartida nos vários documentos que instruem este Inquérito.(Ver Questionário de fls.).

A existência dos sindicatos Rurais no interior deste Estado, obra de relevante valor socio-econômico-cultural para atendimento das necessidades mais prementes do homem do campo, constituiu e constitui uma meta de maior relevância para o desenvolvimento do camponês, entretanto a mesma vem falhando em alguns pontos de sua penetração, pelo fato de haver e estar à frente de tão meritória organização indivíduos de formação primária e sobretudo sem a capacidade possível e necessária para realizar um trabalho independente de infiltração de elementos agitadores e comunistas, portadores de ideologias revolucionárias, que, agindo em forma de franca harmonia, realizavam atos com um fim determinado : fazer agitação no campo, realizar comícios e distribuir propaganda de conteúdo subversivo, dando, desse modo, maior e melhor oportunidade de o partido desenvolver o seu plano de

construção, tudo conforme se constata da disciplina do PC e contida às fls. 22 da Resolução anexa.

II

Assim é que, neste Inquérito, os fatos se apresentam na seguinte ordem :

- a) - Propaganda subversiva no campo ;
- b) - Invasões de propriedades ;
- c) - Organização armada.

Propaganda subversiva :

- A propaganda subversiva no interior do Estado vinha se realizando através de conferências, comícios, venda e distribuição de órgãos oficiais do Partido no País, como sejam o “Semanário”, “Novos Rumos”, ‘A Liga”, “Panfleto” e outros jornais de LINHA JUSTA do PC, em obediência àquelas determinações da Resolução sobre a política de Organização do Partido e constante nas fls. 21 (Resolução anexa). Como exemplo objetivo do que acima se afirma temos as fotografias de fls... e, onde se vêem os conhecidos agitadores no campo Francisco Julião e Pe. Alípio de Freitas e os mais violentos, agressivos e radicais discursos pronunciados quando da instalação das Delegacias das ligas Camponesas no interior, conforme declaram as testemunhas e os próprios indiciados nos termos de declarações contidos neste Inquérito. Indiciados há que pregavam acintosamente : “Cada camponês deverá economizar ; comer menos e comprar uma arma de fogo, ou uma faca ou mesmo confeccionar um espeto de ferro ou de madeira, pois a Revolução Brasileira já está bem próxima”. (Indiciado Egídio Constantino de Melo - Ver declarações de fls.).

Invasões de propriedades :

- Sob as formas as mais diversas, invasões de propriedades vinham sendo feitas no interior, obedecendo a um plano bem delineado pelo Partido, o qual, para tal, vinha empregando, inclusive, alguns dirigentes de Sindicatos Rurais, os quais eram orientados diretamente pelo presidente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do RN, José Rodrigues Sobrinho.

Indiciado neste Inquérito, José Rodrigues Sobrinho mantinha viva e íntima ligação com vários indivíduos que pregavam e faziam a subversão social na capital e no interior, não só através de contatos e ajustes, mas também redigindo, distribuindo e publicando na imprensa local , Manifestos tipicamente subversivos, declarando publicamente sua linha de conduta e sua irrestrita solidariedade a conhecidos agitadores comunistas, conforme se vê às fls. (Apoio irrestrito e franca solidariedade ao ex-governador Miguel Arraes).

As invasões de propriedades realizadas em Canguaretama, sob as ordens dos agitadores Francisco Julião e Pe. Alípio de Freitas ; as ameaças realizadas na Fazenda Estrela por “Alfredo Beato” e outros agitadores e as violências praticadas por alguns Presidentes de Sindicatos Rurais e seus Delegados atingiram tal porte que, amedrontados e feridos em seus direitos de propriedade, alguns proprietários chegaram a “oferecer” suas terras para compra e venda a alguns dirigentes de sindicatos e camponeses, o que não obteve acolhida dos mesmos, pois, em verdade, a “ordem” era “agitar”. (Ver declaração de fls.).

Organização Armada :

- Paralelamente ao plano de agitação no campo o partido vinha organizando de modo rápido e disciplinado um sistema armado, para o que ‘funcionava’ no interior o indivíduo Pedro Simão Pereira , vulgo “Pedro cheque” e outros, comprando armas e instruindo camponeses sobre a maneira de como empregá-las, conforme nos esclarece as declarações de alguns indiciados às fls.

Da maior importância é o Auto de Busca e Apreensão constante às fls., realizado pelo Cap. Presidente do IPM da Guarnição Militar deste Estado onde se constata que inclusive armas de guerra e privativas das Forças Armadas eram possuídas e estavam sendo adquiridas pelos agitadores com vistas para implantação da República Socialista no país, conforme declara o agitador Floriano Bezerra de Araújo ex-dep. estadual pelo RN e presidente das Ligas Camponesas no interior e fundador da Liga Urbana, com sede em Natal.(Ver doc. de fls...).

Da organização e atuação das Ligas Camponesas do RN (OPLCB) .

- As Ligas Camponesas foram fundadas e organizadas pelo conhecido agitador no campo Francisco Julião, sendo órgão central das mesmas a OPLCB (Organização Política das Ligas Camponesas no Brasil), e pres.o referido agitador. (Ver doc de fls.).

A Liga do estado do RN vinha exercendo as suas atividades neste Estado através de Delegacias no interior e da Liga Urbana, todas dirigidas pelo indiciado Floriano Bezerra de Araújo e orientadas pelo Pres. da OPLCB , Francisco Julião, conforme consta das declarações de fls.

Todas elas pregavam e realizavam atos para obtenção de uma Reforma Agrária Radical, baseadas nos Estatutos das Ligas Camponesas do Brasil . (Ver fls. Do doc de fls.).

Realizando invasões de terras, intimidando proprietários de fazendas e “policitando” ajuda financeira a muitos dos prefeitos do interior deste Estado, vinha Floriano Bezerra de Araújo e seus assedas produzindo um amplo trabalho, eficiente e conforme as Diretrizes do PC, o que nos dá conta da iminente deflagração da pretendida Revolução Brasileira pelos comunistas, objetivo pernicioso anti-cristão e criminoso que, graças ao evento do Movimento Revolucionário de 31 de março do corrente ano, não enlutou a Nação Brasileira ! (Ver doc de fls.).

Da organização da União dos Lavradores e trabalhadores agrícolas rurais do RN - ULTAR.

Em franca aliança com a organização das Ligas Camponesas neste Estado atuava a ULTAR, entidade de natureza subversiva e que tinha à frente da sua presidência o indivíduo Waldier Gomes dos Santos.

A ULTAR recebia orientação e era subordinada à ULTAR (União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil) - entidade da “Frente Legal”- órgão da Seção de Campo do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro dirigida pelo conhecido agitador Lindolfo Silva, conforme se constata do doc de fls. Essa orientação e ligação entre as duas entidades subversivas e o Comitê Central do PC evidencia-se através dos documentos de fls. e carta do Waldier e o doc. do PC.

V

Da Organização e atuação dos Sindicatos Rurais no Estado.

- Os Sindicatos Rurais, criados pelo Administrador Apostólico da Arquidiocese de Natal, são uma obra inspirada nos sãos e sagrados princípios do cristianismo, com a finalidade específica de orientar , disciplinar e atender as atividades e anseios dos trabalhadores rurais do Estado.

Assim é que, para melhor realizar essa grande obra no Estado, dispõe o Administrador Apostólico de várias organizações de instrução para os trabalhadores agrícolas, como sejam : a JAC (juventude Agrária Católica), cuja finalidade é orientar os jovens do campo, através de ensinamentos feitos pelos Vigários de cada comunidade ; SAR (Serviços de Assistência Rural), destinado a oferecer ajuda e amparo aos trabalhadores rurais ; MEB (Movimento de Educação de Base), organização criada pelos Bispos do Brasil, a qual tem como objetivo realizar a educação do povo através de lições ministradas por Monitores pelas Estações de Rádio ; FTR (Federação dos Trabalhadores Rurais do RN) ; FPPT (Federação dos Pequenos Proprietários de Terra) e a FTA (Federação dos Trabalhadores Autônomos), tudo sob a orientação da Arquidiocese de Natal e supervisão e supervisão do Administrador Apostólico da Igreja nesta Capital (Natal).

Todavia, fugindo à linha de conduta e à orientação dada pelo Sr. Administrador Apostólico da Arquidiocese de Natal, o indiciado José Rodrigues Sobrinho vinha praticando atos e orientando dirigentes de Sindicatos Rurais de maneira bem diversa das preconizadas pela Arquidiocese, ora invadindo propriedade, ora incitando trabalhadores mais a fazer queima de lavouras, ora sublevando a Ordem Pública através de Manifestos de conteúdos subversivos. Tudo em ligação com conhecidos agitadores, como sejam Evlim

Medeiros, Waldier Gomes dos santos e outros. (Ver dep. de Manoel Julião às fls. e mais decl. de fls.)

Entretanto não parou aí a prática de atos contrários à linha de conduta adotada pela Arquidiocese nesta capital e no interior do Estado ; eis que, na noite do dia 31 de março do corrente ano, quando da deflagração do Movimento Revolucionário que depôs o Sr. João Goulart, o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais deste Estado, José Rodrigues Sobrinho, indiciado neste inquérito, redigiu e enviou ao Sr. João Goulart o telegrama constante de fls., no qual, além de hipotecar solidariedade àquele Presidente da República, pôs, inclusive, à disposição do mesmo, CINQUENTA MIL CAMPONESES DO RN. Traição descarada àqueles que lhe deram a mão.

- FILIADO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO EM 1947 -

01. Abdias Olimpio da Silva.

Material apreendido na célula 1º. de maio

02. Abdon de Oliveira.

Profissão : operário. Trabalha avulso.

Material apreendido na sede do PC

03. Abel Bezerra.

Membro efetivo.

Motivo: comunista

Material apreendido na sede do PC.

04. Abel Lima.

Membro do partido em PE, o mesmo foi transferido para esta Capital conforme ofício 3990.7.4. 1947 do prestes.

Material apreendido na sede do PC.

05. Abilio Fernandes.

Deputado pelo RS. Tomou parte do movimento de 1935.

Natural de pelotas. Foi condenado pelo T.S. Nacional em 1941, a pena foi de 2 anos.

06. Abnelson Menezes.

Motivo: figura no material de propaganda comunista apreendido pela polícia de Nova Cruz.

07. Acrisio de Araújo.

Profissão : ferreiro ; Est. Civil : casado.

Rua : Esperança, 317.

Militante desde, 1932.

Motivo : fichado no extinto PC no livro de autógrafos, à fl. 7 da célula Ferreira Itajulso - figura o seu nome, segundo parece de próprio punho.

08. Aprodísio de Deus Pereira.

Rua : Travessa S. José 163 - Alecrim.

Profissão : sapateiro no local Voz Gondim, 590.
Proponente : Gregório Bezerra.
Material apreendido na sede do PC.
09. Agostinho Dias de Oliveira.
Membro da comissão executiva do partido no Rio - um agente imediato do prestes. Tomou parte no movimento de 1935 em PE. É perigoso.
10. Agostinho Dias da Silva.
Filiação : Alexandre Claudio e Josefa Tereza da Conceição.
Idade : 51 anos.
Residência : Rua Manoel Vitorino, 264, Alecrim.
Naturalidade : RG.
Profissão : ferreiro - cort, 559. BNN série V 4343.
Motivo - comunista.
Material apreendido na sede do PC.
11. Agostinho Mendonça de Lima.
Profissão : agricultor.
Motivo : comunista.
Material apreendido na sede do PC.
12. Agripino Ferreira de Araújo.
Pertence a célula de Empresa Canavial do município de Macaíba.
Material apreendido na sede do PC.
13. Agripino Rodrigues de Freitas.
Tesoureiro do comitê de Macaíba.
Material apreendido na sede do PC.
14. Aguinaldo Rodrigues Soares.
Filiação : Antônio Rodrigues Soares e Isabel Rejina dos Santos.
Profissão : comerciário.
Naturalidade : RG.
Endereço : Rua Dr. Pedro Velho , 32. Canguaretama.
Filiou-se ao partido em 23/12/1945.
15. Albertina Gomes dos Santos.
Funciona na lista de um telegrama dirigido a prestes no dia de seu aniversário.
Motivo : comunista.
Material apreendido na sede do PC.
16. Albertina Pereira Damasceno.
Membros efetivo.
Motivo : comunista.
Material apreendido na sede do PC.
17. Alberto Caldas.
Funciona na lista de telegrama dirigido a prestes no dia do seu aniversário.
Motivo : comunista.
Material apreendido na sede do PC.
18. Alberto Ribeiro Ramos.
Profissão : motorista.
Estado civil : casado.
Idade : 30.05 1891.
Endereço : R. Coronel Estevam, 1451.

Militante desde 1934.

Motivo : fichado no extinto PC no livro de autógrafos, à fl.3.

Figura o seu nome, segundo parece do próprio punho.

19. Alberto Filgueira da Silva.

Profissão : mecânico.

Estado civil : solteiro.

Idade : 19.07.1909.

Militante desde 1935.

Motivo : fichado no extinto PC no livro de autógrafos, à fl. 6 da célula Ferreira Itajubá.

Figura o seu nome, segundo parece, do próprio punho.

20. Alaídes Apolinaria da Silva .

Presidente “comitê” de Jucurutú.

Material apreendido na sede do PC.

21. Alaídes Woshington Guerra.

Profissão : engenheiro.

Estado civil : casado

Idade: 29.02.1909.

Admitido militante desde 1935.

Motivo : fichado no extinto PC no livro de autógrafos, à fl. 6 da célula Ferreira Itajubá.

Figura o seu nome, segundo parece de próprio punho.

22. Aldo Fonsêca Tinoco .

Identificado em 10 de julho de 1964, por participação subversiva nesse Estado, constante de ofício No. 17, de 05 de julho de 1964, do Delegado especial.

Nascimento : 08.07.1926.

Profissão : professor universitário.

23. Alfredo Gomes.

Membro do comitê do Carrasco.

Ata do dia 05 de abril de 1947.

Motivo apreendido na sede do PC.

24. Alvaro Xavier Dantas.

Inscrição : 13.02.1937.

Delegacia de Macal.

25. Ana Justina da Conceição.

Da célula Olga Prestes.

Material apreendido na sede do PC.

26. Ana Gimenz.

Prisão solicitada pela justiça paulista. Prontuarisado sob No. 1159 no arquivo criminal.

Crime cap. no ort. 3º. n. 9 decreto lei 431 de 18 de maio de 1938.

Comunista.

27. Anotole Pacheco de Andrade.

Profissão : operário.

Material apreendido na sede do PC.

28. André Avelino de Souza.

Material apreendido na sede do PC em Macau.

Anera Galvão de Lima.

Profissão : domestica.

Material apreendi na sede do PC.

29. Angélica S. da Silva.
Funciona na lista de um telegrama dirigido a prestes no dia de seu aniversário.
Motivo : comunista.
Material apreendido na sede do PC.
30. Anísio Fontes .
Profissão : motorista.
Comitê : Caicó.
Material apreendido na sede do PC de Caicó.
31. Antônio Alves de Mendonça.
Membro efetivo da célula Ferreira Itajubá.
Material apreendido na sede do PC.
32. Antônia Bezerra de Souza.
Profissão : domestica.
Material apreendido na sede do PC.
33. Antônia Darc Costa.
Material apreendido na sede do PC.
Vê dados bibliográficos dessa inimiga do Brasil sob No. 14.
34. Antônio de Aguiar Bezerra.
Profissão : motorista.
Material apreendido na sede do PC.
35. Antônio Alfredo Rangel.
Profissão : sapateiro.
Material apreendido na sede do PC.
36. Antônia Alves da Costa.
Data da inscrição 14.05.1934.
Faleceu no dia 20 de março de 1937.
Material apreendido na sede do PC de Macau.
37. Antonia Alves da Silva.
Idade : 20 anos (03.02.1927).
Trabalha no serviço N. de Malaria , 408.
Material apreendido na sede do PC.
Motivo : comunista.
38. Antônio Alves de Medeiros.
Ata superior do comitê de Macaíba.
Material apreendido na sede do PC de Macaíba.
39. Antônio Alves do Nascimento.
Idade : 43 anos (18.06.1904).
Estado civil : casado.
Profissão : Agente da Malária.
Motivo : comunista.
Material apreendido na sede do PC.
40. Antônio Alves Silva Filho.
Profissão : datilógrafo na Base Naval de Natal . RG.
Estado civil : casado.
Ficha aberta em B/ 05 de 1952 mediante informações de Nazareno Maranhão.
41. Antônio Alves de Vasconcelos.
Profissão : ambulante.

Material apreendido na sede do PC.

42. Antônio Amaro Bezerra.

Número de caderneta 116163.

Material apreendido na sede do PC.

43. Antônio Amaro da Silva.

Em 07.07.1947.

Material apreendido na sede do PC.

44. Antônia Maximo de Araújo.

Profissão : comerciante.

Estado civil : solteira.

Trabalha

Motivo : fichado no extinto PC no livro de autógrafos da célula Ferreira de Itajubá, à fl. 4.

Figura o seu nome, segundo parece de próprio punho.

46. Antônio Andrade da Silva.

Membro efetivo da célula Ferreira Itajubá.

Profissão : marceneiro.

Material apreendido na sede do PC.

47. Antônio Andrade da Silva.

Profissão : comerciário.

Material apreendido na sede do partido PC.

48. Antônio A. da Silveira.

Consta em uma seleção de contribuição para a campanha de “Ajuda a liberdade” com a importância de CR\$ 10,00 conforme lista No. 35.

Material apreendido em Canguaretama. (Ver documento No. 4 de Canguaretama).

49. Antônio Anselmo Rodrigues.

Material apreendido na sede do PC.

50. Antônio Artur Almeida Filho.

Profissão : telegrafista.

Estado civil : solteiro.

Trabalha no Telegrafo Nacional.

Admitido em 1945.

Motivo : fichado no extinto PC no livro de autógrafos , à fl. 7 da célula Ferreira Itajubá.

Figura seu nome, segundo parece de próprio punho.

51. Antônio Augusto de Oliveira.

Data a inscrição : 01.07.1933.

Material apreendido na sede do PC em Macau.

52. Antônia Barbosa de Siqueira.

Contribuinte com a importância de CR\$ 5,00.

Pertence a célula Felipe dos Santos - R. Alecrim, Macau.

Apreendido na sede do PC de Macau.

53. Antônio Batista Cavalcante.

Profissão: Pintor.

Material apreendido na sede do PC.

54. Antônio Bento Filho.

Material apreendido na célula 1º. de maio - carrasco.

55. Antônio Bernardo.

Funcionário - serviço N. de malária.

Material apreendido na sede do PC.

Motivo : comunista.

56. Antônio Cabral de Souza.

Profissão : operário - Base Naval de Natal.

Estado civil : casado.

Motivo : ficha aberta em 13/05/1952, mediante informação de Nazareno Maranhão.

57. Antônio Camilo Pegado.

Profissão : agricultor.

Material apreendido na sede do PC.

58. Antônio de Caralho Rabelo.

Membro efetivo da célula Frei Miguelino.

Ata da conferência Distrital do dia 16 de abril de 1947.

Material apreendido na sede do PC.

59. Antônio Cícero Ferreira.

Data de inscrição : 13.02.1937.

Contribuir com suas mensalidades.

Material apreendido na sede do PC.

60. Antônio Cirilo da Silva.

Profissão : carregador.

Material apreendido na sede do PC.

61. Antônio Claudino.

Profissão : serviço braçal.

Material apreendido na sede do PC.

62. Antônio Clementino Almeida.

Nascimento : 02.08.1924.

Funciona na lista de um telegrama dirigido a Prestes no dia de seu aniversário.

Motivo : comunista.

Material apreendido na sede do PC.

63. Antônio Clementino dos Santos.

Idade : 52 anos (08.11.1894).

Profissão : comerciante.

Motivo : comunista.

Material apreendido na sede do PC.

64. Antônio Cosme de Lima.

Nascido : 04.06.1947.

Material apreendido na sede do PC.

65. Antônio Costa.

Profissão : pedreiro.

Material apreendido na sede do PC.

66. Adalto Marcelo de Araújo.

Profissão : auxiliar de comércio.

Material apreendido na sede do PC.

67. Aderbal Morelli.

Idade : 20 anos (25.11.50).

Natal. Delegacia de DOS I .

Data : 13.11.50.

Motivo : foi identificado pela ordem do DOS I. Promovia comércio relâmpago.

Material encontra-se na seção de ordem social.

68. Adalberto Basílio da Silva.

Idade : 14.06.1947.

Data da inscrição : 01.07.1947.

Material apreendido na sede do PC em Macau.

69. Adalberto Cabral de Lima.

Idade : 18.06.1947 (39 anos).

Profissão : mecânico.

Ingressou no partido em 1945.

Material apreendido na sede do PC em Macaíba. Secretário da organização do PC de Macaíba.

70. Adalberto Lima de Paiva.

Idade : 04.06.1947.

Material apreendido na sede do PC.

71. Adalgiza Lopes da Silva.

Da célula de Olga prestes.

Material apreendido na sede do PC.

72. Adalgiza Lopes da Silva.

Profissão : domestica (trabalha em sua residência).

Material apreendido na sede do PC.

73. Adalgiza Siva Soares.

Profissão : domestica.

Material apreendido na sede do PC.

74. Adalto Fernandes da Costa.

Profissão : trabalhador no serviço de Malária.

Motivo : comunista.

Material apreendido na sede do PC.

75. Adalto machado da Silva.

Idade : 17.06.1947.

Data de inscrição : 30.06.1940.

Material apreendido na sede do PC de Macal.

76. Abel Saturnino de Lima.

Profissão : salineiro.

Material apreendido na sede do PC.

77. Antônio da Cruz.

Idade : 04.06.1947.

Profissão : mecânico.

Material apreendido na sede do PC.

78. Antônio da Cunha Cruz Golveia.

Aberta a presente ficha, conforme despacho em a “Folha Popular” 17 de março de 1948 , do Dr. Chefe da polícia.(Ver doc no arquivo). “Folha Popular” 17 de 03. Com despacho datado de 29 de 03 de 1948.

79. Antônio Dionísio.

Idade : 04.06.1947.

Material apreendido na sede do PC.

80. Antônio Félix.

Profissão : panificador.

Material apreendido na sede do PC.

81. Antônio Faustino.

Profissão : pintor.

Material apreendido na sede do PC em Natal.

82. Antônio Félix do Nascimento.

Idade : 12.06.1947.

Profissão : trabalhador de salina.

Material apreendido na sede do PC em Macau.

83. Antônio Félix.

Idade : 26.06.1947.

Profissão : operário da Companhia Força e Luz.

Pertencia ao partido conforme documento numerado por esta delegacia sobre No. 01. A .

84. Antônio Ferreira de Lima.

Profissão : comerciante.

Material apreendido na sede do PC.

85. Antônio Fernandes de Oliveira.

Idade : 21.06.1947.

Contribuinte com a importância de CR\$ 6,00 .

Material apreendido na sede do PC de Macau.

86. Antônio Ferreira.

Membro efetivo do comitê de Mossoró

ANEXO B

**REGISTROS EM CARTÓRIO
DA FUNDAÇÃO DAS LIGAS CAMPONESAS
NO RIO GRANDE DO NORTE**

ANEXO C

MATÉRIA DO JORNAL *A ORDEM* (6/08/62)